

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO – MINTER UEM / FAFIJA**

**O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ:
financiamento e repercussões nas instituições públicas
a UEM e a UEL em foco**

SURLENE ROSA CANDIDO COSTA

**MARINGÁ
2009**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO – MINTER UEM / FAFIJA

**O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ:
financiamento e repercussões nas instituições públicas
a UEM e a UEL em foco**

Dissertação apresentada por SURLENE ROSA CANDIDO COSTA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Política e Gestão em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo

MARINGÁ
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

C837f	Costa, Surlene Rosa Candido O ensino superior no Estado do Paraná : financiamento e repercussões nas instituições públicas, a UEM e a UEL em foco. / Surlene Rosa Candido Costa. -- Maringá : [s.n.], 2009. 165 f. : il., tab. Orientador : Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Educação, Área de Concentração: Educação, 2009. 1. Ensino superior. 2. Financiamento da educação. 3. Universidades estaduais do Paraná. 4. Políticas públicas. 5. Política educacional. 6. Administração da educação. 7. Universidade Estadual de Maringá. 8. Universidade Estadual de Londrina. 9. Universidades - Paraná. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título. CDD 21.ed. 378.106
-------	--

SURLENE ROSA CANDIDO COSTA

**O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ:
financiamento e repercussões nas instituições públicas
a UEM e a UEL em foco**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Orientador

Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral
Universidade Federal de Goiás – UFGO

Prof^a. Dr^a. Neusa Altoé
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Maringá, 26 de agosto de 2009.

Dedico

Este trabalho ao meu marido, **Ney**, e ao meu filho, **Henrique**, que serão eternamente a minha luz.

Às minhas irmãs, **Irene**, **Marlene** e **Sueli**, a quem eu amo muito.

À minha amiga, **Maria Regina**, que sempre esteve ao meu lado.

À minha amiga, **Rosângela Faustino**, pelo apoio, pela motivação e por compartilhar comigo seu conhecimento durante este mestrado.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas fizeram parte desta minha conquista e eu não poderia deixar de agradecer-lhes nesse momento muito especial e único.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, sem a ajuda do Qual nada seria possível.

Agradeço ao Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo pelo apoio e pela dedicação desde o início para que tudo se tornasse realidade.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral e Prof^a. Dr^a. Neusa Altoé, pelas contribuições valiosas para o aprimoramento da qualidade deste trabalho.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Ângela Mara de Barros Lara pelo apoio e amizade ao longo de todo o período do mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo pelo apoio e carinho.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Terezinha de Oliveira por ter compartilhado seus conhecimentos com muita dedicação.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Amélia pelo carinho e apoio sempre.

Agradeço ao Ademir e à Sueli da Pró-Reitoria da Administração da Universidade Estadual de Maringá, que gentilmente me atenderam e foram fundamentais nessa conquista.

Agradeço a todos do Pró-Reitoria de Administração Financeira da Universidade Estadual de Londrina, em especial ao Hermes, pelo carinho e pela atenção.

Agradeço a todos os funcionários da Divisão de Finanças, em especial à Cristina Carla pelo apoio e pela amizade.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Central, em especial à Mariza, Rosa Maria, Neidete, Celma, ao Ademir, à Ivone, Josimar e Carla, que foram muito especiais e atenciosos em todos os momentos.

Agradeço a todos os funcionários do Curso de Pós-graduação que me trataram todos os dias carinhosamente, em especial à Márcia e ao Hugo.

Agradeço, em especial, a alguns amigos do mestrado que, ao longo desse período, foram muito companheiros e estiveram comigo em vários momentos sendo merecedores dos meus mais sinceros agradecimentos: Neuza (*in memorian*), Odair, Madalena, Carmen, Luís Cláudio, Helaine e Maria Ângela.

"Só existe saber na invenção, na reinvenção,
na busca inquieta, impaciente, permanente,
que os homens fazem do mundo, com o
mundo e com os outros."

Paulo Freire

COSTA, Surlene Rosa Candido. **O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ**: financiamento e repercussões nas instituições públicas a UEM e a UEL em foco. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2009.

RESUMO

Esta dissertação tem, como objeto, o estudo das políticas públicas para o ensino superior nas Universidades do Estado do Paraná, implementadas no período de 1987 a 2007. O objetivo é, a partir da análise dos elementos fundamentais que expressam as proposições para a política estadual, entender a situação da educação superior no período delimitado e evidenciar sua estreita relação com as políticas de cunho neoliberal no Estado do Paraná e a reforma do Estado. A problemática de pesquisa focaliza-se no ensino superior no Estado do Paraná: no financiamento e nas repercussões nas instituições públicas. As reflexões realizadas baseiam-se no entendimento de que as políticas educacionais adotadas pelos recentes governos do Estado do Paraná têm vinculações de abrangência mundial, tornando-se obrigatório considerar a influência direta ou indireta das agências internacionais nas reformas liberalizantes implementadas no período delimitado. A pesquisa está fundamentada em análise de dados coletados junto a SEFA – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, nas Demonstrações Contábeis e de dados levantados junto à Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas Educacionais. Financiamento da Educação. Paraná.

COSTA, Surlene Rosa Candido. **HIGHER EDUCATION IN THE STATE OF PARANÁ**: funding and repercussions in public institutions UEM and UEL in focus. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2009.

ABSTRACT

This dissertation aimed the study of the public politics for higher education in the Universities of the State of Paraná, implemented in the period of 1987 to 2007. Regarding the analysis of the basic elements that express the proposals for the state politics the study was aimed to understand the situation of the higher education in the delimited period and to evidence its narrow relation with the neoliberal politics in the State of Paraná and the reform of the State. The problematic of this research is focused in higher education in Paraná: in the funding and repercussions in public institutions. The reflections are based on the fact that the educational policies adopted by recent governments of the State of Paraná have world-wide entailings, becoming an obligation to consider the direct or indirect influence of international agencies in the implemented reforms in the delimited period. The research is based on analysis of collected data in SEFA – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, on the Countable Demonstrations and collected data in Universidade Estadual de Maringá and Universidade Estadual de Londrina.

Key words:. Higher Education. Educational Policies. Education Funding. Paraná.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIESP	–	Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público
BID	–	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	–	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	–	Banco Mundial
BNH	–	Banco Nacional de Habitação
CE	–	Comunidade Europeia
CEPAL	–	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CF	–	Constituição Federal
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
CRAFE	–	Conselho de Re-estruturação e Ajuste Fiscal do Estado
DEC	–	Decretos
ENEM	–	Exame Nacional de Ensino Médio
FGTS	–	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES	–	Financiamento de Instituição de Ensino Superior
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação
FNS	–	Fundação Nacional da Saúde
GATT	–	Convênio Geral de Tarifas e Comércio
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	–	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEES	–	Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES	–	Instituição de Ensino Superior
IFES	–	Instituição Federal de Ensino Superior
INAMPS	–	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPS	–	Instituto Nacional de Previdência Social
IPCA	–	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPVA	–	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
ITCMD	–	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos
LBA	–	Legião Brasileira de Assistência

LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases
MARE	–	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MCO	–	Movimentação de crédito orçamentário
MEC	–	Ministério da Educação
MP	–	Medida Provisória
MPAS	–	Ministério da Previdência e Assistência Social
OCDE	–	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	–	Organização dos Estados Americanos
OPEP	–	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OMC	–	Organização Mundial do Comércio
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PEC	–	Projeto de Emenda Constitucional
PLANASA	–	Plano Nacional de Saneamento
PROUNI	–	Programa de Universidade para Todos
SAEB	–	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEFA	–	Secretaria do Estado da Fazenda
SEPL	–	Secretaria de Planejamento
SETI	–	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SFH	–	Sistema Brasileiro de Habitação
SINAES	–	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
UEL	–	Universidade Estadual de Londrina
UEM	–	Universidade Estadual de Maringá
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Receita tributária do Estado do Paraná (1987-2007)	77
Tabela 2: Recursos da Universidade Estadual de Maringá em relação ao ICMS (1987-2007).....	81
Tabela 3: Recursos Totais sem MCO – UEM (1987-2007)	84
Tabela 4: Recursos Correntes e de Capital da UEM (1987-2007)	86
Tabela 5: Recursos Correntes da UEM por fontes (1987-2007)	88
Tabela 6: Recursos correntes com convênios, separados por fontes UEM (1987-2007).....	89
Tabela 7: Recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento (1987-2007).....	90
Tabela 8: Recursos de Capital na UEM (1987-2007).....	92
Tabela 9: Recursos de capital com convênios na UEM por fonte, período de (1987-2007).....	93
Tabela 10: Recursos com custeio e capital repassados à UEM – COM (2004-2007)	94
Tabela 11: Comparação entre a evolução dos recursos totais da UEM e a sua folha de pagamento com base no ano de 1987 e a representatividade da folha em relação ao recurso total, no período de 1987 a 2007.....	95
Tabela 12: Comparação entre a folha de pagamento, o valor da folha da UEM e o nº de servidores contratados, com base no ano de 1987 (1987-2007)	97
Tabela 13: Evolução dos cursos de graduação e pós-graduação em relação ao ano de 1987 (1987-2007)	98
Tabela 14: Comparação entre a evolução do nº de servidores, da área construída e arrecadação do tesouro, em relação ao ano de 1987 (1987-2007)	99
Tabela 15: Recursos da Universidade Estadual de Londrina em relação ao ICMS (1987-2007)	103

Tabela 16: Recursos Totais – UEL (1987-2007)	105
Tabela 17: Recursos correntes e de capital da UEL (1987-2007).....	108
Tabela 18: Recursos correntes da UEL por fontes (1987-2007)	110
Tabela 19: Recursos correntes com convênios separados por fontes UEL (1987-2007)	111
Tabela 20: Recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento (1987-2007)	112
Tabela 21: Recursos de capital na UEL (1987-2007).....	114
Tabela 22: Recursos de capital com convênios na UEL por fonte, período de (1987-2007)	115
Tabela 23: Recursos de custeio e capital repassados à UEL – COM (1987-2007)	116
Tabela 24: Comparação entre a evolução dos recursos totais da UEL e a folha de pagamento da UEL, com base no ano de 1987 e a representatividade da folha em relação ao recurso total, no período de 1987 a 2007...	117
Tabela 25: Comparação entre a folha de pagamento, o valor da folha da UEL e o nº de servidores contratados, com base no ano de 1987 (1987-2007)	118
Tabela 26: Evolução dos cursos de graduação e pós-graduação em relação ao ano de 1987 (1987-2007)	120
Tabela 27: Comparação entre a evolução do nº. de servidores, da área construída e arrecadação do tesouro, em relação ao ano de 1987 (1987-2007)	120
Tabela 28: Evolução da quantidade de projetos com pesquisa em andamento, desenvolvidos na UEL no período de 1987 a 2007.	122
Tabela 29: Evolução do valor arrecadado com ICMS e repasse à UEM e UEL no período de 1987 a 2007	125
Tabela 30: Recursos correntes próprios e de convênios da UEM e UEL no período de 1987 a 2007	132
Tabela 31: Comparação dos recursos correntes, excluindo-se o valor do repasse para a folha de pagamento da UEM e UEL no período de 1987 a 2007.....	134

Tabela 32: Evolução do quadro de servidores da UEM e UEL no período de 1987 a 2007.....	140
Tabela 33: Evolução dos projetos de pesquisa em andamento na UEM e UEL no período de 1987 a 2007.....	142
Tabela 34: Número de artigos de docentes das universidades paranaenses em artigos de periódicos indexados na ISI Web Of Science	143
Tabela 35: Recursos de capital por diversas fontes da UEL e UEM – no período de 1987 a 2007.....	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução das Receitas Tributárias do Estado do Paraná, em relação ao ano de 1987.....	78
Gráfico 2: Comparação da evolução do valor arrecadado com ICMS pelo Estado do Paraná e o repasse à UEM no período de 1987 a 2007 ..	82
Gráfico 3: Evolução do valor repassado à UEM no período de 1987 a 2007	83
Gráfico 4: Recursos totais da UEM por fontes de recursos, no período de 1987 a 2007	85
Gráfico 5: Comparação da evolução dos recursos da UEM nos anos de 1987-2007	85
Gráfico 6: Comparação entre os recursos correntes e de capital da UEM no período de 1987-2007	87
Gráfico 7: Evolução dos Recursos Correntes e Recursos de Capital em relação ao ano de 1987.....	87
Gráfico 8: Recursos correntes com convênios por fontes no período de 1987-2007	89
Gráfico 9: Recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento no período de 1987-2007	91
Gráfico 10: Recursos custeio e capital repassados à UEM – MCO (2004-2007).	94
Gráfico 11: Comparação da evolução dos recursos da UEM e a folha de pessoal com base no ano de 1987	96
Gráfico 12: Comparação entre o valor da folha da UEM e o nº de servidores contratados, com base no ano de 1987 (1987-2007).....	97
Gráfico 13: Comparação entre evolução da área construída, arrecadação do tesouro e cursos de graduação e pós-graduação e servidores da UEM com base no ano de 1987 (1987-2007).....	100
Gráfico 14: Evolução da quantidade de projetos de pesquisa em andamento, na UEM, no período de 1987 a 2007.....	100

Gráfico 15: Comparação da evolução do valor arrecadado com ICMS pelo Estado do Paraná e o repasse à UEL no período de 1987 a 2007.....	104
Gráfico 16: Evolução do valor repassado à UEL no período de 1987 a 2007	104
Gráfico 17: Recursos totais da UEL por fontes de recursos, no período de 1987 a 2007.....	106
Gráfico 18: Comparação da evolução dos recursos da UEL nos anos de 1987-2007	107
Gráfico 19: Comparação entre os recursos correntes e o capital da UEL no período de 1987-2007	109
Gráfico 20: Evolução dos recursos correntes e recursos de capital em relação ao ano de 1987.....	109
Gráfico 21: Recursos correntes com convênios por fontes (1987-2007).....	111
Gráfico 22: Recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento no período de 1987-2007	113
Gráfico 23: Recursos de custeio e capital repassados à UEL – MCO (2003-2007).....	116
Gráfico 24: Comparação da evolução dos recursos da UEL e a folha de pessoal com base no ano de 1987	117
Gráfico 25: Comparação entre o valor da folha da UEM e o nº. de servidores contratados, com base no ano de 1987 (1987-2007).....	119
Gráfico 26: Comparação entre a evolução da área construída, arrecadação do tesouro, os cursos de graduação e pós-graduação e os servidores da UEL com base no ano de 1987 (1987-2007).....	121
Gráfico 27: Evolução da quantidade de projetos de pesquisa em andamento, na UEL, no período de 1987-2007	122
Gráfico 28: Comparação entre o repasse do tesouro para a UEM e UEL no período de 1987-2007	126
Gráfico 29: Evolução dos recursos próprios da UEM e UEL no período de 1987-2007	131
Gráfico 30: Comparação dos recursos repassados para a UEM e UEL, pela MCO, no período de 2003-2007	133

Gráfico 31: Comparação dos recursos correntes, excluindo-se o valor do repasse para folha de pagamento da UEM e UEL no período de 1987-2007 .	135
Gráfico 32: Valor em R\$ das despesas com a folha de pessoal da UEM e UEL (1987-2007)	136
Gráfico 33: Comparação da evolução da folha de pagamento e do número de servidores da UEM e UEL (1987-2007).....	137
Gráfico 34: Comparação da diferença da folha de pagamento da UEM e UEL e no nº de servidores (1987-2007)	138
Gráfico 35: Evolução da UEM e UEL no período de 1987 a 2007 em relação aos cursos, alunos, servidores e à área construída	139
Gráfico 36: Evolução dos projetos de pesquisa em andamento da UEM e UEL no período de 1987 a 2007.....	142
Gráfico 37: Número de artigos de docentes das universidades paranaenses em artigos de periódicos indexados na ISI Web Of Science	143
Gráfico 38: Comparação das receitas de capital da UEM e UEL no período de 1987-2007	145

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	A CRISE DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTISMO	20
2.1	O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	20
2.2	A CRISE CAPITALISTA E A REDEFINIÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	34
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO	43
2.4	REFORMA DO ESTADO.....	48
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS IEES PARANAENSES A PARTIR DA GRATUIDADE (1987)	54
3.1	EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS	54
3.2	POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ (1987-2007)	62
3.3	AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA	66
4	O FINANCIAMENTO DAS IEES PÚBLICAS PARANAENSES (1987-2007)	76
4.1	ARRECADAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E O REPASSE PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM) E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	76
4.1.1	Arrecadação do Estado do Paraná	76
4.1.2	Universidade Estadual de Maringá	79
4.1.3	Universidade Estadual de Londrina	101
4.1.4	Análise dos Dados	123
5	CONCLUSÃO	146
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICES	161

1 INTRODUÇÃO

Após os anos de 1970, vêm sendo implementados ajustes econômicos por meio de políticas públicas, formatadas em inspiração internacional, que interferem nos projetos de Estado, afetando as administrações no âmbito das esferas público e privado. A partir desse marco histórico, diversos países passaram por várias reformas, inclusive a reforma educacional.

No Brasil também foram implementadas reformas que tiveram repercussões sobre as instituições de ensino superior, principalmente a partir dos anos de 1990, dentre elas a orientação predominante foi de que o ensino superior deveria ser reformulado, buscando-se a transformação de um Estado executor para um Estado normatizador, fiscalizador e avaliador. Nesse sentido, as IES deveriam possuir maior autonomia, desde que estivessem articuladas de acordo com as metas e ações do Governo. O financiamento do ensino é um dos pontos estratégicos da política educacional e, com o predomínio do movimento ideológico neoliberal, o Estado é incentivado a descentralizar os recursos.

Dessa forma, situamos nosso objeto de estudo, ou seja, a Análise do Ensino Superior no Estado do Paraná, a fim de verificar as relações existentes entre as políticas educacionais e a reforma do Estado, fundamentalmente, no que se refere ao financiamento das instituições públicas. Para alcançar os objetivos pretendidos, estruturamos o presente estudo em três capítulos.

No primeiro capítulo, analisa-se a crise do Estado do Bem-Estar Social e do Desenvolvimentismo, segundo duas perspectivas: A primeira centrada na crise fiscal do Estado e no modo de intervenção deste nos sistemas econômicos e sociais, e a segunda, como conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais, centrada nas consequências da crise para os trabalhadores, bem como as relações do Estado, da sociedade e do mercado.

No segundo capítulo, apresentamos as Políticas Públicas para as IEES Paranaenses, iniciando-se em 1987 a partir da gratuidade, sendo estudadas a relação entre as políticas para o ensino superior público paranaense e a autonomia universitária no Estado do Paraná.

No terceiro capítulo, entramos especificamente em nosso objeto de estudo através de um levantamento dos dados junto a SEFA – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, no que tange à arrecadação com os impostos, à UEM – Universidade Estadual de Maringá e à UEL – Universidade Estadual de Londrina, acerca dos recursos repassados no período compreendido, evidenciando os dados por tabelas e gráficos. A análise dos dados e a análise do financiamento das IEES Paranaenses compreenderam o período de 1987 a 2007.

Na conclusão, tecemos comentários acerca dos capítulos estudados, da atual conjuntura em que se encontram as políticas educacionais para o ensino superior público paranaense, nos últimos 21 anos, sempre considerando o aspecto financeiro no que tange ao financiamento do ensino superior.

2 A CRISE DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTISMO

As rápidas mudanças políticas, econômicas e o grande desenvolvimento científico e tecnológico, ocorridos no mundo, desenharam o cenário internacional das últimas décadas do século XX, marcado pela crescente hegemonia do ideário neoliberal como modelo de ajuste estrutural das economias. Essa trajetória foi acompanhada pela evolução de novos conceitos no mundo do trabalho como: qualidade, produtividade e re-engenharia, etc., vindos à tona como resultado da propagação da ideologia neoliberal e da introdução de novas tecnologias na produção e na administração empresarial ou pública.

A crise que se iniciou nos anos 1970 tem indicado pelo menos duas perspectivas: a primeira centrada fundamentalmente na crise fiscal do Estado e no modo de intervenção deste nos sistemas econômico e social, e a segunda como o “conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais” (MOTA, 1995, p.88) que incidem nos processos de produção e reprodução da vida social. Enquanto a segunda centra-se nas consequências da crise para os trabalhadores, a primeira materializa-se no ideário econômico e político que defende a ação reguladora do mercado em substituição aos mecanismos de regulação estatal. De acordo com essa perspectiva, abordaremos a crise do Estado do Bem Estar Social, a crise econômica e a reforma do Estado, bem como as relações Estado/sociedade/mercado, foco de análise deste primeiro capítulo.

2.1 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

O Estado de Bem-Estar Social surgiu após a grande crise em 1929, com a ampliação do conceito de cidadania, bem como com a hegemonia dos governos social-democratas. O Estado de Bem-Estar Social se firmou devido à crescente demanda por igualdade socioeconômica, institucionalizando os direitos sociais, com o desenvolvimento dos direitos civis e políticos. Na Europa a implementação

do *Welfare State* deve-se ao acúmulo de lutas da classe trabalhadora, à transformação do Estado Nacional em democracia de massas a partir das últimas décadas do século XIX e à expansão do capitalismo, que se tornou o modo de produção dominante após a revolução industrial.

O modelo de *welfare state* pressupõe que o Estado exerça direta ou indiretamente o papel de regulador dos acordos salariais e dos direitos dos trabalhadores no âmbito da produção (HARVEY, 1992). De garantidor da segurança externa, da liberdade econômica interna e da igualdade perante a lei, o Estado se legitima como distribuidor de serviços sociais de forma sistemática, não se limitando mais a situações emergenciais. As crises de 1914 e, principalmente, de 1929 tiveram papel decisivo nesse processo (HOBBSBAWM,1995).

Essas crises fizeram com que houvesse um consenso da necessidade de uma presença mais forte do governo, modificando a forma de intervenção estatal. “Os objetivos políticos de pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas ou em ruínas” passaram a ter absoluta prioridade. “O futuro estava na economia mista”, conforme expressa Hobsbawm (1995, p.267-268).

Durante mais ou menos trinta anos houve consenso entre os pensadores e formuladores de decisões “ocidentais”, notadamente nos Estados Unidos, acerca do que outros países do lado não comunista podiam fazer, ou melhor, o que não podiam. Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-los, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. A Era do Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada precisava ser salva de si mesma para sobreviver.

Neste contexto de consenso, conforme Hobsbawm (1995), que os pensadores e formuladores de políticas entenderam que seria difícil conter as massas trabalhadoras sem a ajuda do Estado, diante da miséria proporcionada pelo capitalismo. O fracasso do liberalismo ocorreu devido à incapacidade de se sustentar o desenvolvimento econômico sem grandes crises.

Com isso, ganha força a teoria de John Maynard Keynes, de intervenção estatal na vida econômica, capaz de regular a oferta e a demanda, oferecendo subsídios e estabelecendo uma base planejada de desenvolvimento. Na visão de Harvey (1992, p.124), o problema para Keynes

[...] era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e racionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam.

A partir daí, no período pós-guerra sob uma nova ordem mundial bipolarizada, entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a economia capitalista se reorganiza sob a hegemonia norte-americana, sendo imposta o seu padrão industrial de produção e consumo: o fordismo.

Harvey (1992) concebe o início do fordismo simbolicamente em 1914, quando Henry Ford introduziu a jornada de trabalho de oito horas e o pagamento de cinco dólares aos trabalhadores na linha de montagem de carros de sua fábrica. Racionalizou, ainda, as velhas tecnologias e a divisão do trabalho¹, por meio da linha de montagem, aumentando muito a produtividade do trabalho nas fábricas. Para Ford, a produção em massa geraria consumo em massa, determinando novas formas de regulação social e de trabalho.

O que havia de especial em Ford (e que em última análise, distingue o fordismo do Taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução de força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p.121).

Para Frigotto (1996), as principais características do modelo fordista tratam-se da organização do trabalho fundada em bases tecnológicas, com divisão específica do trabalho e certo nível de conhecimento; um determinado regime de acumulação, com base em uma estrutura de relações que buscou

¹ Divisão de trabalho – surgiu na visão de Frederick Winslow Taylor com a Escola de Administração Científica.

compatibilizar produção em larga escala e consumo de massa; um certo modo de “regulação social que compreende a base ideológico-política de produção de valores, normas, instituições que atuam no plano do controle das relações sociais gerais, dos conflitos intercapitalistas e nas relações capital-trabalho” (FRIGOTTO, 1996, p.70-71).

As teorias de Keynes passam a ganhar crédito após os anos 1930, e, mais precisamente, após a Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social é adotado como modelo de Estado.

O Estado garantiu ganhos reais à classe trabalhadora em um número significativo de países Europeus. Viveu-se, portanto, um período de fortalecimento e auge dos Estados-nação. Esse período foi chamado por Hobsbawm (1995, p.15) de a *Era de Ouro* (1947–1973) foi “cerca de 25 a 30 anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável”.

Mas o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (HARVEY, 1992, p.125).

Entretanto, o conceito de Estado de Bem-Estar Social varia de acordo com as correntes teóricas de onde provêm os estudos. Existe, por exemplo, diferença entre a tradição anglo-saxã e a tradição francesa de “*solidariedade*” e de “*Estado Providência*”. Os primeiros liberais e conservadores partilhavam com a ideia de formas mínimas de intervenção do Estado no mercado, sublinhando o modo individualizado e seletivo de distribuição de recursos, que se destinariam apenas aos necessitados; os segundos, a partir de uma visão intervencionista de Estado, defenderiam a implementação da ação estatal de forma universal, assegurados os serviços sociais como direito político e não como beneficência (DRIABE, 1993). Em consequência, além da forma de concretizar e implementar as políticas

sociais, o formato que essas políticas vão ganhar em cada país será também expressão dessas formas de pensar, podendo assumir caráter abrangente e universal ou caráter seletivo e focalizador.

Isso possibilitaria o agrupamento em três regimes básicos de bem-estar social, desde que levados em consideração os critérios da amplitude e cobertura dos benefícios sociais e ainda o grau de intervenção do Estado no mercado de trabalho dos países desenvolvidos: a) o social-democrata, representado pelos países escandinavos, que se caracteriza pelo universalismo e por importante redução no papel do mercado no âmbito do bem estar social; b) o conservador-corporativo, exemplificado pela Alemanha e pela Itália, que apesar de se basear nos direitos sociais, fazem com que os efeitos redistributivos das políticas sociais sejam mínimos; c) o liberal, cujos representantes maiores seriam os Estados Unidos, o Canadá e a Inglaterra, que são fortemente orientados e dominados pela lógica do mercado (LAURELL, 1995).

Diante disso, achou-se necessário definir o conceito de *Welfare State* para tentar sintetizar as suas especificidades. Para Briggs (1961 apud DRAIBE, 1993, p.5) o *Welfare State* é:

[...] um Estado no qual se usa deliberadamente o poder organizado (através da política e da administração) num esforço para modificar o jogo das forças do mercado em pelo menos três direções: primeiro, garantindo aos indivíduos e às famílias uma renda mínima independente do valor de mercado do seu trabalho ou de sua propriedade; segundo, restringindo o arco de insegurança, colocando os indivíduos e as famílias em condições de fazer frente a certas “contingências sociais” (por exemplo: a doença, a velhice e a desocupação), que, de outra maneira, conduziriam a crises individuais ou familiares; e terceiro, assegurando a todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, sejam oferecidos os padrões mais altos de uma gama reconhecida de serviços sociais.

Para o autor, o Estado de Bem-Estar Social significa padrão mínimo de renda, alimentação, saúde, alojamento e instrução garantidos pelo Estado, assegurado a qualquer cidadão como um direito e não como beneficência, o que significa a possibilidade de o Estado prover, de condições mínimas de sobrevivência, todos os cidadãos, independentemente de classe ou *status* social, e não apenas aquele cidadão contribuinte que está inserido no mercado.

Assim sendo, pode-se concluir que *Welfare State* se resume, em primeiro, a ação estatal na implementação e no provimento das políticas sociais; segundo, a intervenção estatal no livre movimento do mercado tendendo a alterar os seus resultados socialmente contrários; terceiro, a possibilidade de suprimento da renda em caso de doença, velhice, maternidade, desemprego ou incapacidade permanente para o trabalho.

Para Draibe (1993), existe uma variedade de abordagens para análise dos estados de bem-estar social, sujeitas às numerosas influências e modelos teóricos. Dentre elas, são indicadas, pela autora, as que analisam o Estado de Bem-estar Social como conquista dos trabalhadores, portanto como direito do cidadão a uma proteção mínima do governo; ainda as que o analisam como forma de cooptar os trabalhadores para a ordem capitalista, legitimando esse sistema; e as que o consideram passo histórico dado pela classe capitalista a fim de manter a sua dominação², criando uma aceitação consensual do seu papel.

Com todas essas análises, pode-se perceber que o Estado de Bem-Estar Social é considerado instrumento das relações desiguais entre as classes sociais, ou melhor, instrumento que diminui essas desigualdades. Segundo Draibe (1993), o processo histórico de formação do *Welfare State* se caracteriza pela evidência de distintos padrões ou modelos apresentados, de acordo com as raízes e as condições históricas dos países em que foram gerados. Daí a importância de se entender as nuances de cada modelo, no intuito de se compreender a discussão que envolve o caso brasileiro, tendo em vista a polêmica entre estudiosos do assunto a respeito da ocorrência desse tipo de Estado nos países da América Latina, particularmente no Brasil, com o conceito de Estado garantidor de bem-estar para todos.

² Para Weber (1999, p.188), dominação tem a ver com o poder. Assim, “Dominação, no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, pode apresentar-se nas formas mais diversas (...) existem dois tipos radicalmente opostos. Por um lado, a dominação em virtude de uma constelação de interesses (especialmente em virtude de uma situação de monopólio), e, de outro, a dominação em virtude de autoridade (poder de mando e dever de obediência). O tipo mais puro da primeira é a dominação monopolizadora do mercado, e da última, o poder do chefe de família, da autoridade administrativa ou do príncipe”.

Fiori (2003) aponta as dificuldades de discutir espaço e tempo de conjunturas políticas em sociedades dos países 'periféricos' como é o caso do Brasil, onde o processo de industrialização ocorreu de forma tardia e o acesso ao salário social e ao consumo em massa dependia de se estar empregado formalmente, algo bem difícil de se conseguir no Brasil.

Os regimes políticos, assim como as funções estatais, não são coisas que se possam deduzir teoricamente. Mas tampouco as comparações históricas permitem generalizações conclusivas sobre este tema que envolve processos históricos extremamente complexos de competição e de luta entre classes e capitais, nos planos nacional e internacional. Além de uma discussão suplementar, no caso latino-americano, sobre o que seja a condição de "periferia" dentro do sistema mundial hierarquizado e hegemonizado (FIORI, 2003, p.111).

Apesar de considerar as orientações de Fiori (2003) no que tange a generalizar comparações históricas e a complexidade de cada espaço conjuntural, Draibe (1993)³, com seus estudos comparativos, revela que o *Welfare State* pode ser mais 'universalista', 'institucionalizado' e 'estatizado' em alguns casos, e mais 'privatista' e 'residual' em outros. Essa diferenciação de tipologias é derivada das variações na forma de cobertura, financiamento e estrutura institucional para o provimento das políticas sociais. Em função disso são apresentados três tipos de *Welfare State* pela autora: o modelo residual, o meritocrático-particularista e o institucional-redistributivo.

No modelo **residual**, somente as situações consideradas excepcionais se dirigem ao atendimento, isto é, quando a família ou o mercado não conseguem a satisfação das necessidades básicas de determinados indivíduos. Esse modelo focaliza, portanto, um grupo de indivíduos com características específicas e tende a esgotar o atendimento na medida em que o problema é solucionado. No **meritocrático-particularista**, a política social intervém apenas parcialmente para complementar as ações do mercado, ou seja, cada um deve estar em condições de resolver os seus problemas, por si só, e também atribui ao mérito e à

³ Draibe (1993) atribui a tipologia apresentada aos estudos desenvolvidos por R. Titmus, nas obras: Titmus, R. – *Social Policy – An Introduction*, London, Allen e Unwin (1974); Titmus, R. *Essays on the Welfare State*, op.cit. e or Ugo Ascoli, in Ascoli, U. (Org.). *Welfare Satted all Italiana*, Laterza, 1984.

produtividade do trabalho a resolução dos problemas individuais. Esse seria um tipo que tende a assumir, em algumas regiões, critérios corporativos e clientelistas na distribuição dos recursos para as políticas sociais. E o último modelo, o institucional **redistributivo**, supõe a incapacidade do mercado de garantir mecanismos que eliminem a insegurança ou a pobreza absoluta e, assim, objetiva garantir bens e serviços a todos os cidadãos a partir de critérios universalistas, especialmente os de saúde e de educação.

[...] respeitando mínimos historicamente definidos de necessidades e condições de vida, tal sistema tende a mesclar os mecanismos de renda mínima, integração e substituição de renda com aqueles típicos dos equipamentos coletivos públicos gratuitos (DRAIBE, 1993, p.14).

Com base no resultado desses estudos e por meio de novos instrumentos analíticos, a autora concebe que seja possível repensar e reavaliar o caso brasileiro, “compreendendo-o como um padrão entre os vários, sob os quais moldaram-se no mundo capitalista os modos de intervenção e regulação social do Estado” (DRAIBE, 1993, p.5).

Partindo desse estudo, Draibe (1993) enfatiza que o *Welfare State* no Brasil pode ser dividido em três períodos básicos, tendo, como ponto de partida, a década de 1930 com a produção legislativa trabalhista e previdenciária: de 1930 a 1943, período denominado de Introdução e Expansão Fragmentada; de 1964 a 1985, concebido como um período de Consolidação Institucional e Re-estruturação Conservadora e o último, que vai de 1985 a 1988, chamado de Re-estruturação Progressista. Segundo a autora, as políticas sociais no Brasil assumiram características predominantemente residuais ou de seletividade, excetuando-se (teoricamente) apenas a educação fundamental (obrigatória e gratuita) e a saúde (atendimento de urgência). Diante disso, o padrão brasileiro de Estado de Bem-Estar Social apresentaria caráter meritocrático-particularista, uma vez que, ao longo dos anos, diminuiu o acesso às políticas sociais a uma parte da população que estava inserida no mercado de trabalho, população esta que, por “mérito próprio”, obtinha renda, podendo usufruir de certos serviços como financiamento da casa própria ou crédito educativo, sujeitos naturalmente ao ressarcimento da dívida para com o governo, beneficiando, preferencialmente, a

classe média e a alta que tinham como honrar o pagamento desses financiamentos. Germano (1994) afirma que o Sistema Brasileiro de Habitação (SFH), cujos recursos provêm do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores, deu preferência às pessoas de camadas de rendas mais altas, não levando em consideração os mesmos direitos daqueles trabalhadores que se encontravam vinculados ao sistema formal de emprego. Conforme dados obtidos por Germano (1994, p.93), em outubro de 1984 o Banco Nacional de Habitação (BNH) “privilegiou as camadas de renda mais elevadas” na medida em que menos de 6% dos financiamentos favoreceram famílias de até três salários mínimos e 78% se destinou àquelas que tinham renda superior a cinco salários mínimos. Mais que promotor de políticas universais ou de mínimos sociais, o Estado brasileiro caminhou na direção de políticas assistencialistas com conotações corporativistas, patrimonialistas⁴ e clientelistas⁵, o que o distancia das características típicas do tipo “institucional – redistributivo” descrito por Draibe (1993). Apesar de não poder negar a ocorrência de algumas políticas sociais como aquelas de educação e saúde, destacadas por Draibe (1993), o serviço público desenvolvido em nosso país é precário, pois nega, à maioria da população, condições mínimas de qualidade de oferta. É por esses motivos que, para alguns dos estudiosos sobre esse assunto, como Frigotto (1996) e Oliveira (1998), o *Welfare State* teria sido praticamente inexistente no Brasil e no máximo poderia coincidir com o Estado Nacional Desenvolvimentista ou de substituição de importações, vivenciado durante o regime militar. Não teria passado, portanto, de

⁴ Raymundo Faoro (1997, p.20) faz referência à ligação entre o patrimonialismo e o surgimento de um Estado forte e centralizador, atribuindo a manifestação dessa característica brasileira como resquício da colonização pelo Estado patrimonial Português, em que o rei pairava acima de todos os súditos e a economia era gerida como empreendimento pessoal, com os servidores mantidos sob a tutela patriarcal. Assim, “o sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Mais um passo, e a categoria dos auxiliares do príncipe comporá uma nobreza própria, ao lado e, muitas vezes, superior à nobreza territorial. Outro passo ainda e os legistas, doutores e letrados, conservando os fumos aristocráticos, serão sepultados na vala comum dos funcionários, onde a vontade do soberano os ressuscita para as grandezas ou lhes vota o esquecimento aniquilador”.

⁵ No prefácio ao livro de NUNES (1997, p.12), Bresser Pereira afirma que, no período do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, “o clientelismo era ao mesmo tempo o instrumento político por excelência para garantir a implementação de políticas modernas, o seu maior adversário”. Mas a contradição é apenas aparente, porque o clientelismo não está fora do círculo das políticas “modernas” (burguesas). O problema surge quando se concebe o clientelismo como prática oposta à lógica do mercado econômico.

um “padrão de financiamento público da economia capitalista”. Para Oliveira (1998, p.19), o *Welfare State*

[...] pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, do outro, pelo financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.

As políticas de educação implementadas como: saúde, previdência social, subsídios para transporte, salário família, seguro desemprego, auxílio habitação e outras teriam o objetivo de garantir a reprodução da força de trabalho e seriam os gastos sociais. “Esses bens e serviços funcionaram, na verdade, como *antimercadorias* sociais, pois sua finalidade não é gerar lucros, nem mediante sua ação dá-se a extração da mais-valia” (OLIVEIRA, 1998, p.29). É o que Oliveira (1998) vai denominar de *antivalor*⁶, pois, ao portar-se como um anticapital, “sua função [do fundo público] de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor” (OLIVEIRA, 1998, p.29), o que teria levado a uma “*des-mercantilização* da força de trabalho, pelo fato de que os componentes de sua reprodução, representados pelo salário indireto, são *antimercadorias* sociais” (OLIVEIRA, 1998, p.30), o que pressupõe considerar o valor agregado à qualidade de vida do trabalhador através das políticas sociais, como parte de um valor não gerado propriamente por meio das relações competitivas e de busca de lucros imediatos estabelecidos pelo mercado, base da ideia do antivalor.

⁶ “Antivalor – ‘anti-valor’. O prefixo grego, adicionado ao valor, corresponde ao movimento que visa superá-lo: o ‘anti’ corresponde, sobretudo, à ação contrária, à oposição que nega e visa eliminar. Não é simplesmente uma oposição que não encaminha a uma solução. Sabe-se que é própria à formação capitalista a capacidade de gerar formas dentro das quais as contradições podem mover-se. De nada vale uma crítica do capital, do dinheiro, da mercadoria e do valor, que acredita se orientar em sentido contrário ao dessas formas, mas que é por elas absorvida. De nada adianta uma crítica orientada pelos “interesses de classe”, pelo “salário justo”, pelo “trabalho digno”, se, desde o princípio, classe, salário e trabalho são categorias postas pelo capitalismo e que, por isso, não podem ter validade a não ser no interior dessa formação. A negação da classe dominante, da exploração do trabalho e das desigualdades de renda não pode levar a nada além da própria afirmação do modo de produção capitalista, mesmo que o impulso inicial seja o de superá-lo. Essa inversão corresponde à negação polar, limitada, e não à negação que se faz, incorporando aquilo que é negado. Assim, a crítica radical do capitalismo só pode ocorrer por meio da crítica de todas as categorias que lhe correspondam, por mais opositivas que algumas delas pareçam ser. Uma crítica do valor é o início de toda a crítica à sociedade moderna porque esta é a forma geral do “modo burguês de produção”, isso não exclui, porém, a crítica das formas sociais que são comuns ao capitalismo e às sociedades precedentes, mas essas formas, sendo incorporadas pelo capitalismo, subordinam-se ao valor devido à prioridade e determinidade dessa forma básica” (Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/antivalor/tx_antival_001.htm>).

O Estado, a fim de acumular o capital, inicia um grande financiamento de recursos para a ciência e a tecnologia e até subsídios para empresas privadas, como forma de incentivar a produção e a exportação. Mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública, o que certamente favorece o setor privado, para conseguir a liquidez de seus investimentos. O Estado, ainda, financia excedentes agrícolas e o mercado financeiro de capitais através de bancos e/ou fundos estatais. Essa tese também é ratificada por Germano (1994), que, ao pesquisar o Estado militar e a educação brasileira no período de 1964 a 1985, acredita que, uma vez no poder, os militares tinham em mente construir uma “potência”, garantir a “segurança nacional” e obter a “legitimação”, através da construção de grandes obras. Para tal, a política econômica da época “visou conter o trabalho e acelerar a acumulação de capital” (GERMANO, 1994, p.72) – assumindo os Estados contornos de favorecimento à burguesia – na medida em que propiciou “dispêndio de vultosos investimentos em infra-estrutura e na indústria pesada, concessão de créditos, subsídios fiscais e favores a grupos empresariais que, no limite, redundaram em corrupção e negociatas, endividamento interno e externo” (GERMANO, 1994, p.72).

Para Oliveira (1998), financiamentos dessa natureza contribuem para a formação da taxa de lucro do capital, tendo em vista a necessidade de passar obrigatoriamente pela utilização do fundo público, tornando-se elemento estrutural insubstituível para a reprodução e ampliação do capital, uma vez que “a taxa de lucro de setores de ponta, como a aeronáutica, as atividades industriais espaciais, a informática, tem que se referir simultaneamente aos seus próprios capitais e à fração dos fundos públicos utilizados para sua reprodução” (OLIVEIRA, 1998, p.28). Sempre que houver a liberação do *salário direto* para alimentar o consumo de massas, vital para o processo de acumulação capitalista, haverá crescimento do salário indireto através do provimento das despesas sociais pelo setor público. Esse processo é tido como *antivalor* e, com isso, o capitalismo multiplica as suas possibilidades de crescimento, pois o Estado absorve grande parte dos custos de reprodução de mão-de-obra, possibilitando investimento, por exemplo, em desenvolvimento tecnológico e constituindo, assim, o ciclo de reprodução ampliada do capital no Brasil.

Pode-se inferir que, com as transformações do Estado Brasileiro, através da regulação das políticas sociais implementadas a partir dos anos de 1930, se o Estado de Bem-Estar Social se manifestou no Brasil, foi de forma muito discreta, residual e entre os mais diversos vícios políticos e institucionais. Um desses vícios é importante na compreensão das políticas de descentralização implementadas nos anos de 1990: a centralização do poder de decisões e dos controles financeiros no governo federal nas décadas anteriores, os quais geraram uma série de dificuldades para o próprio perfil organizacional do Estado, pelo excesso de burocratização, pela ausência de mecanismos públicos de controle que abriam espaço para o clientelismo e reforçavam as práticas de patrimonialismo no tratamento do órgão público e, ainda, pela fragmentação institucional no atendimento das políticas, ocasionando superposição de programas e de clientela e, assim, desperdiçando recursos. Com a centralização e a fragmentação burocrática e autoritária instalada, principalmente durante o regime militar pós 1964, foi suprimida e/ou evitada a participação de sindicatos, partidos e movimentos sociais na discussão sobre as diretrizes básicas orientadoras das políticas públicas. Nem mesmo os parlamentares tinham acesso a estas, o que levou o sistema de proteção social a apresentar, no início dos anos de 1980, todas as formas de desordem institucional, desorganização administrativa, fraudes, corrupção, etc. (DRAIBE,1993; GERMANO, 1994).

Já Abrúcio e Costa (1998), ao analisar a descentralização das políticas sociais⁷ para as esferas do governo local, consideram que, até recentemente, as políticas sociais brasileiras vinham sendo administradas e financiadas de forma mais ou menos centralizada no governo federal. Diante disso, ainda que tivessem como finalidade a universalização de serviços básicos como educação, saúde e moradia, as políticas sociais exerciam função apenas complementar, de abrangência muito limitada, restringindo-se “a uma pequena parcela das classes médias e da burguesia” (ABRÚCIO; COSTA, 1998, p.111), inserida no mercado de trabalho formal, no setor público ou privado. Assim, “a grande maioria dos

⁷ Segundo Abrúcio e Costa (1998), o Estado brasileiro desenvolveu políticas sociais centralizadas por órgãos e agências do governo federal, como o INAMPS e a Fundação Nacional de Saúde (FNS) na área de saúde; a LBA (Legião Brasileira de Assistência), na assistência social; o BNH (Banco Nacional de Habitação) e o PLANASA no desenvolvimento urbano; e o complexo FAE-FNDE, na educação, entre outros.

setores não plenamente incorporados nos mecanismos da ‘cidadania regulada’ transitavam entre a dependência clientelista tradicional e as estruturas assistencialistas massificadas e burocráticas na periferia dos centros urbanos” (ABRÚCIO; COSTA, 1998, p.111).

Para os autores, as características que assumia a execução dessas políticas eram:

As políticas sociais operavam, em geral, através de “redes” que articulavam burocratas e políticos do Governo Federal aos grupos de poder regionais, chegando até os governos locais, os quais realizavam os programas diretamente por intermédio das Secretarias de Educação, saúde, assistência social ou intermediavam a alocação dos recursos financeiros e materiais junto ao mercado – no caso da construção de equipamentos ou aquisição de produtos – ou junto às entidades filantrópicas, religiosas ou leigas, no caso da saúde e, em menor escala, na educação (ABRÚCIO; COSTA, 1998, p.111).

Abrúcio e Costa (1998, p.112) destacam que as características assistencialistas eram asseguradas pelo “controle patrimonial dos cargos estratégicos para a gestão do serviço nos níveis regional e local”. Através da criação de um sistema nacional de previdência e assistência social, a partir de agências centrais de planejamento como a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o próprio regime militar, com a burocratização e a massificação das políticas de assistência social, tentou desarticular o controle das oligarquias regionais e locais, porém, não teve êxito, predominando a força das oligarquias locais e regionais, geralmente com fins eleitorais.

Diante disso, os autores defendem a importância da existência de mecanismos de coordenação e cooperação dentro da Federação Brasileira em relação ao provimento das políticas sociais, haja vista coibir as barganhas federativas através da autopromoção de alguns governantes meramente interessados em votos e que as utilizariam para obter vantagens político-eleitorais:

Em áreas como saúde a educação pública é cada vez mais evidente a necessidade de constituição de complexas “redes” que articulem e coordenem a ação dos sistemas públicos das três esferas de governo com as das organizações da sociedade civil e mesmo da iniciativa privada, criando-se um jogo de responsabilidades mútuas e não um jogo de distribuição de perdas e benefícios entre os agentes do Poder público municipal, estadual e federal (ABRÚCIO; COSTA, 1998, p.114).

Segundo Abrúcio e Costa (1998, p.114), as ações isoladas e as estruturas rigidamente hierarquizadas não foram capazes de atender a demanda da sociedade por serviços que reunissem “a sensibilidade e a flexibilidade da iniciativa privada na relação com seus clientes, com a capacidade de prover serviços com a qualidade e eqüidade que se deve a todo cidadão”, influenciando, assim, nas características que deve assumir o novo perfil das políticas sociais nos anos de 1990, respondendo ao conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas a partir do final do século passado.

Para os autores acima citados, as políticas sociais estão condicionadas a três processos interligados: **a)** o tipo de Estado que emergirão das transformações econômicas, políticas e sociais que vem sofrendo o setor público no Brasil; **b)** os impactos que terão essas mudanças estruturais no sistema político e institucional; **c)** os efeitos dessas transformações na esfera das relações intergovernamentais e nas relações público/privado em relação às políticas sociais e, ainda, as distorções do “progresso” social brasileiro que apresentam diferenças substanciais das propostas feitas pelas sociedades desenvolvidas, quando se considera a possibilidade de pleno emprego. O grande número de trabalhadores que sobrevivem com empregos informais, ou seja, sem carteira assinada, afeta a base contributiva e, em consequência, a quantidade e qualidade dos benefícios. O Estado, por sua vez, tende a “assistencializar” e a focalizar os programas como forma de combater a extrema pobreza. Com isso, acaba diminuindo sua atuação na educação e saúde e, conseqüentemente, negando o bem-estar prometido pelo dito “progresso econômico”. Em suma: além de não apresentar políticas sociais de forma universal e de boa qualidade ao longo do tempo, o Estado brasileiro tende atualmente a restringir ainda mais o escopo de sua atuação nessa área, ao adotar a focalização e a flexibilização do atendimento dessas políticas para o setor privado como parâmetros de sua ação. O Estado

passa de “provedor” a “regulador” das políticas sociais. Assim sendo, achou-se importante estudar a redefinição do papel do Estado e, ainda, quais os fatores que desencadearão a crise do Estado de Bem-Estar Social e sua nova reconfiguração. Para tanto, seguem, no próximo tópico, a crise capitalista e a redefinição do Estado de Bem-Estar Social.

2.2 A CRISE CAPITALISTA E A REDEFINIÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Este tópico tem como objetivo identificar a natureza, o contexto e as possíveis influências da crise capitalista dos anos de 1970 sobre a redefinição do papel do Estado no final do século passado, tendo em vista que o modelo de Estado e as políticas sociais implementadas na educação estão estritamente relacionados com a forma como a sociabilidade capitalista se re-estrutura ao longo de seu desenvolvimento.

Tomando por referência Hobsbawm (1995), podemos entender e contextualizar a crise mundial do capital no século passado a partir da divisão do que ele chama de Breve Século XX (1914-1991). Este período, para Hobsbawm (1995), pode ser dividido em: a *Era da Catástrofe* (1914-1946); a *Era de Ouro* (1947-1973), e nova *Era de Crise*, a partir de 1973, sendo este último o foco de nossa análise. Antes, porém, importa fazer algumas considerações a respeito do contexto e da natureza da crise para sua melhor compreensão.

Os 20 anos de crise após 1973 não foram mais uma “grande depressão” igual às da década de 1930 ou de 1873, que aconteceram de forma inesperada (HOBBSAWM, 1995). O crescimento econômico no mundo capitalista desenvolvido continuou embora num ritmo mais lento que o vivido durante a *Era do Ouro*, o que de fato acabou não acontecendo nas outras regiões do mundo como a África, a Ásia Ocidental e a América Latina, que, historicamente, sempre se desenvolveram lentamente. A partir do ano de 1973, o mundo perdeu suas referências, tornando-se instável, mas curiosamente não foi fácil para o mundo ocidental admiti-lo, até a queda do socialismo real na URSS e na Europa Oriental.

A crise também foi influenciada pelo aumento da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, cujo volume da dívida de países como o Brasil, o México e a Argentina, quando somado, chegavam a ser calculado entre 60 a 110 bilhões de dólares. E, ainda, no plano sociológico, com o aparecimento de “novos movimentos sociais”, pessoas abaladas pelo sentimento de incerteza, de perda de referências e frustrações, abrigam-se em movimentos que vão desde grupos xenófobos e racistas da direita, a grupos étnicos, nacionalistas que, em algumas regiões, adotaram essas práticas talvez como expressão de rejeição à atuação partidária tradicional. Esse fenômeno é assim referido por Harvey (1992, p.161):

[...] as normas, os hábitos e as atitudes culturais e políticas se modificaram a partir de 1970 e do grau até o qual essas mudanças se integram à transição do fordismo para a acumulação flexível. Como o sucesso político do neoconservadorismo dificilmente pode ser atribuído às suas realizações econômicas globais [...], vários comentadores têm atribuído sua ascensão a uma mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida.

O empreendedimentismo, como parte desses novos valores destacados por Harvey, traduz-se, segundo ele, no aumento da competitividade presente nas mais diversas ações desenvolvidas, em diferentes campos da atividade humana, tanto na ação dos negócios quanto na administração municipal, no aumento da produção do setor informal, na organização do mercado de trabalho, na área de pesquisa e desenvolvimento, na vida acadêmica, literária e artística. A crise se traduz, portanto, numa crise de valores que expressam novas formas de relações sociais de extrema competitividade acentuada a partir do último quarto do século XX. (HARVEY, 1992).

Arrighi (1994) defende que o movimento da crise parte de ciclos sistêmicos de acumulação. Que esses ciclos destacam a alteração de duas fases: de mudanças contínuas e descontínuas. Elas constituem o que se denomina *ciclo sistêmico de acumulação*⁸. Durante a fase de mudanças contínuas, a economia

⁸ Arrighi (1994) se baseia na fórmula geral utilizada por Karl Marx para descrever a lógica da capacidade de multiplicar-se do capital como: DMD', em que o capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha; o capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo produto, visando ao lucro e em que D' representa a ampliação da liquidez.

capitalista cresce por uma única via de desenvolvimento de expansão material, na qual o capital monetário “coloca em movimento” produtos transformados em mercadoria (inclusive a força de trabalho); já a fase de mudanças descontínuas corresponde às fases de expansão financeira, quando os agentes capitalistas passam a “preferir” a liquidez de seu capital. Isto é, quando o crescimento do capital pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia capitalista mundial então “se desloca”, ou seja, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” da forma de mercadoria e a acumulação se faz através de acordos nos grandes centros de investimento financeiro.

As expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto às negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. Nessa situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente como na fórmula marxista (DD') (ARRIGHI, 1994, p.8).

A finalidade desses ciclos sistêmicos seria descrever e esclarecer a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelo qual a economia capitalista mundial se expandiu, desde o seu nascimento subsistêmico do fim da Idade Média, até a sua dimensão na atualidade.

É importante evidenciar que o aspecto central desse padrão seria a alteração entre épocas de expansão material e expansão financeira conforme descrito pelo autor. O capitalismo passaria por fases de investimento em mercadorias e outras fases em que ele simplesmente se reproduziria mediante a aplicação financeira em bolsa de valores ou através de juros obtidos com o financiamento de empréstimos. O fato é que, na medida em que o capital opta por essa forma de ampliação puramente especulativa, deixa de gerar emprego e, assim, contribui ainda mais para o distanciamento entre ricos e pobres.

Conforme Arrighi (1994) existem quatro ciclos sistêmicos de acumulação em escala mundial, que assumem ideias que expressam características essenciais do capitalismo histórico: a “flexibilidade ilimitada”, o “ecletismo” e a máxima capacidade de “adaptação”, independentemente das formas concretas assumidas por esse sistema, temporal e geograficamente. Tais ciclos se dividem em:

1. ciclo genovês – do século XV ao início do XVII;
2. ciclo holandês – do fim do século XVI até a maior parte do século XVIII;
3. ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e;
4. ciclo norte-americano, iniciado a partir da primeira metade do século XX e que prossegue na atual fase de expansão financeira.

Enquanto Hobsbawm (1995) concebe o século passado como “o breve século XX”, Arrighi (1994) parte da concepção de “século longo”, tendo em vista que os ciclos sistêmicos – nos quais apoia sua análise sobre o processo mundial de acumulação de capital – embora sejam períodos progressivamente mais curtos, extrapolam a duração de um século.

A finalidade de se recuperar a contribuição desses autores para essa discussão não é para se comparar ou avaliar o mérito das mesmas e sim evidenciar que a história da acumulação capitalista vem sendo marcada por sucessivos estágios ou ciclos permeados por crises e que essas crises implicam “a irremediável re-estruturação da relação capitalista e, portanto, simultaneamente, de suas formas econômicas e políticas” (FIORI, 2003, p.109).

E, ainda que, é em meio às crises que aparecem as contradições e se exacerbam os conflitos, é também esse o momento em que as decisões vitoriosas inovam as estruturas. O processo de desenvolvimento de cada sociedade concreta, considerando-se suas peculiaridades, interfere no movimento cíclico de reprodução e expansão do capital. E o papel do Estado nesse processo é de especial relevância, como destaca Fiori (2003, p.110):

As crises são, portanto, por excelência, o momento em que se repõem ou se refazem as relações entre as formas política e econômica de dominação. E, nesse sentido, elas são, sempre, estatais, ainda quando não impliquem alteração na forma dos regimes políticos, impondo, apenas, uma expansão ou retração na presença ativa do seu aparato no interior das relações de produção. Em síntese, se o Estado se renova permanentemente na organização das relações sociais, é no momento das crises que essa organização se faz mais profunda e a inovação é mais radical.

Sendo assim, o Estado se reconfigura à medida que situações de crise aparecem e, dependendo do contexto, o Estado assume função de maior ou menor intervenção nas relações de produção. Oliveira (1998) diz que é importante observar que o meio século de relativa estabilidade do capitalismo avançado, sob a égide dos Estados nacionais fortes vividos durante o *Welfare State*, não foi capaz de suplantar o caráter destrutivo e excludente das leis de acumulação, concentração e centralização do capital, típicas desse regime. Nesse sentido, o capital foi rompendo os limites reguladores dos Estados nacionais e a economia se transnacionalizou. Os Estados nacionais, diante da impossibilidade de conter o fluxo de capitais, que nessa fase não mais se circunscrevem aos limites de seus territórios, não tinham como suportar financeiramente os custos da reprodução de um capital que não mais apresentava garantia de circulação interna, o que, de acordo com Oliveira (1998, p.26), compromete sua possibilidade de autossustentação. Assim,

A regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos de produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites – relativos por certo – da territorialidade nacional [...] Ultrapassados certos limites, a internacionalização produtiva e financeira dissolveu relativamente a circularidade nacional dos processos de retro-alimentação. Pois des-territorializam-se o investimento e a renda, mas o padrão de financiamento público do *Welfare State* não pôde – nem pode até agora – des-territorializar-se, levando o Estado ao déficit público.

Oliveira (1998) enfatiza que, sem a garantia da circulação financeira dos investimentos internamente por causa da internacionalização da economia, o modelo de Estado nacional entra em crise pela impossibilidade de impedir a fuga desses capitais, que lhe dariam lastro para continuar honrando e até ampliando os investimentos sociais. A crise de acumulação capitalista começa a se aprofundar a partir de meados da década de 1970, quando se manifesta um estancamento econômico propiciado pela crise financeira, do comércio internacional e inflação crônica, fenômeno denominado de *estagflação*, que reflete a existência de problemas estruturais no padrão de acumulação e crescimento (HARVEY, 1992).

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista (HARVEY, 1992, p.140).

Além das contradições geradas pelo modelo econômico keynesiano, outras situações conjunturais, como a “crise do petróleo”, são consideradas causas dessa recessão econômica. De acordo com Harvey (1992), a crise do petróleo foi desencadeada pelos efeitos da decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar os preços desse produto⁹ e pela decisão árabe de embargar a exportação petrolífera para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. Isso não apenas elevou o custo relativo dos produtos derivados do petróleo, de maneira drástica, forçando sua economia através da busca de alternativas tecnológicas, como também levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes pelos bancos comerciais com apoio velado dos governos ocidentais, o que reforçou a instabilidade dos mercados financeiros mundiais.

Nas condições gerais de deflação e alta competitividade, as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas corporações ganham prioridade, sendo bem diversificadas. Vão desde a adoção de “mudanças tecnológicas, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões para acelerar o tempo de giro do capital” (HARVEY, 1992, p.137), entre outras.

Os problemas que tinham sido amenizados pelo Estado de Bem-Estar Social, como pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade, reaparecem depois de 1973, inclusive nos países desenvolvidos. E nenhum governo sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial que não era mais a mesma, já que seu sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, o que fez emergir uma onda de desemprego estrutural (HARVEY, 1992). Desemprego agravado pela divisão internacional do trabalho,

⁹ O preço do petróleo foi alterado em 1973 de US\$ 1,90 para US\$ 9,76 por barril, e, depois, em 1979, de US\$ 12,70 para US\$ 28,76 por barril como respostas aos acontecimentos políticos ocorridos entre Irã e Iraque.

que provocou a transferência de indústrias de um lugar para outro, ao sabor das conveniências da maior lucratividade do capital, transformando a paisagem de certos países em “cinturões de ferrugem”. A tragédia da crise foi a de que a produção, então, dispensava os seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado era capaz de gerar empregos. Além do mais, a competição global, a dificuldade financeira dos governos, aliadas ao enfraquecimento dos sindicatos, agravaram esse processo e o resultado foi a expansão da economia informal (HARVEY, 1992; IANNI, 1998).

Paralelamente, a revolução na base técnica do processo produtivo leva à luta intercapitalista de grandes conglomerados pelo monopólio da ciência e da técnica. Os novos poderes econômicos, representados pelos bancos internacionais, tais como: Banco Mundial (BM) ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criam uma nova ordem internacional capitalista, que controla o fluxo de capitais e estabelece as condições em que esse capital se distribui a partir de um modelo de ajuste das economias dos países devedores a fim de garantir a recuperação dos empréstimos concedidos. Essa estratégia favorece o controle e a influência que esse poder exerce sobre os países periféricos em relação não somente à economia, mas também às políticas sociais desses países com a colaboração de outros organismos internacionais como: Organização dos Estados Americanos (OEA), Comunidade Europeia (CE), Convênio Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (HARVEY, 1992).

O esgotamento do modelo de produção fordista-taylorista é substituído pelo que se convencionou chamar de regime de acumulação “flexível” (HARVEY, 1992, p.119), com fortes repercussões nas relações entre capital e trabalho. Para esse autor,

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de

desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como, a “Terceira Itália”, Flandres, vários vales e gargantas de silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista (HARVEY, 1992, p.140).

Setores de produção inteiramente renovados por diferentes maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, inovações tecnológicas e de organização diferenciadas da rigidez fordista caracterizam essas novas relações produtivas flexíveis, anunciando uma nova fase no processo de acumulação capitalista do tipo mundializado, ou seja, globalizado, forçando a uma revisão do papel do Estado-Nação (HARVEY, 1992)

Para Ianni (1998), o capitalismo se torna propriamente globalizado justamente quando declinam os Estados-Nação, tanto os dependentes como os dominados. Chesnais (1996, p.17) utiliza a expressão “mundialização do capital” para traduzir o termo “globalização”. A “mundialização do capital” é concebida por ele como “a capacidade de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’ (...) incluindo-se a esfera financeira”. Nesse processo, o Estado passaria por mudanças em suas estruturas internas e em suas funções, no sentido de adaptar-se a essa nova conjuntura global, em que a centralização internacional do capital também pode fazer-se acompanhar pelo desmantelamento do poder de vários Estados nacionais burgueses e pelo surgimento de “um novo poder estatal federal, um estado burguês supranacional” (IANNI, 1998, p.41). Essa nova configuração conjuntural coloca o Estado numa situação especial, com funções que requerem a condição de “mediador” entre os interesses nacionais e que tendem a favorecer o capital internacional, haja vista que,

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no

interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos do controle de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas (HARVEY, 1992, p.160).

De protetor das economias nacionais, cuja prioridade era o bem-estar social, nas últimas décadas, o Estado viria modificando-se no sentido de adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial, tornando-se correia de transmissão da economia mundial à economia nacional. Essa “rendição” às influências do mercado mundial não estaria restrita apenas aos Estados, mas a outras esferas da vida. Assim,

As próprias metrópoles declinam, em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados, movendo-se por países e continentes, ao acaso dos negócios, dos movimentos do mercado, das exigências ampliadas do capital. Os processos de concentração e centralização do capital adquirem maior força, envergadura, alcance. Invadem cidades, nações e continentes, formas de trabalho e vida, modos de ser e de pensar, produções culturais e formas de imaginar. Muitas coisas desenraizam-se, parecendo flutuar pelos espaços e tempos do presente (IANNI, 1998, p.39).

Sendo assim, as características da globalização vão além da internacionalização da produção, da globalização das finanças, da mudança da divisão internacional do trabalho e da competição que perpassa esses processos. Os modos de sentir e de viver também são afetados. As barreiras culturais são quebradas e a informação em tempo real aproxima distâncias. Hobsbawm (1995). Mas todo esse movimento também traz muito de insegurança e dúvida. Trata-se até mesmo de uma crise de paradigmas, de momentos de perplexidade e incertezas, como assinala Hobsbawm (1995, p.15):

A última parte do século foi uma era de decomposição, incerteza e crise – e, com efeito, para grandes áreas do mundo, como a África, a ex-URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa, de catástrofe. [...] de crescente melancolia fin de siècle. Visto do privilegiado ponto de vista da década de 90, o Breve Século XX passou por uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico. Contudo, como talvez os historiadores queiram lembrar aos especuladores metafísicos do ‘Fim da História’, haverá futuro. A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história.

É preciso deixar claro que a crise do capitalismo, no final do século passado, demonstrou a necessidade de superar a violência, destruição e exclusão. No desenho de lutas e contradições, as forças hegemônicas do capital têm se sobressaído, buscando saídas que lhes permitam restaurar suas taxas de lucro e se recompor.

No próximo tópico serão discutidas as políticas públicas e o papel do Estado. Para discutirmos essas questões, faz-se necessário um estudo sobre o papel do Estado e as políticas públicas contemporâneas.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO

Para discutir o papel do Estado, faz-se necessário entendermos o significado de Estado. Para Höfling (2001, p.31), Estado é um conjunto de instituições permanentes como os órgãos legislativos, tribunais, o exército e outras que não formam um bloco monopolítico necessariamente, mas que possibilitam a ação do governo como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade e que se propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política que assume e desempenha as funções de Estado por um dado período.

Gramsci (2002, p.36) defende que “[...] o Estado não é concebível mais que como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção”. O Estado é, assim, a expressão, no terreno das superestruturas, de uma determinada forma de organização social da produção. As relações entre Estado capitalista e o mundo econômico não podem ser determinadas de maneira fácil, sob a forma de um simples esquema. Para entendê-las é preciso ter em mente que esses dois conjuntos formam uma totalidade que possui, em seu interior, diversas temporalidades.

O desenvolvimento desses conjuntos encontra-se ligado e marcado por influências, pelas lutas de classes em presença e pelas formas superestruturais destas no terreno nacional e internacional. Reconhecer esses vínculos não implica admitir que transformações no mundo econômico provoquem reação

imediate para modificar as formas superestruturais, ou vice-versa. Certo descompasso entre as mudanças ocorridas nesses conjuntos é, até mesmo, previsível, muito embora exista tendência à adequação de um a outro. Essa tendência não é, senão, a busca de uma otimização das condições de produção e reprodução das relações sociais capitalistas através da unidade econômica e política da classe dominante, unidade que se processa no Estado (GRAMSCI, 2002).

Dessa forma, o Estado é concebido, segundo Gramsci, como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo. Essa expansão, para ser eficazmente levada a cabo, não pode aparecer como a realização dos interesses exclusivos dos grupos diretamente beneficiados. Ela deve apresentar-se como uma expansão universal (expressão de toda a sociedade), por intermédio da incorporação à vida estatal das reivindicações e dos interesses dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na ordem vigente. Incorporação essa que é o resultado contraditório de lutas permanentes e da formação de equilíbrios instáveis e de arranjos de força entre as classes, processo limitado pelas necessidades de reprodução da própria ordem e que se restringe, portanto, ao nível das reivindicações econômico-corporativas.

Diante disso, a definição de Estado procura evitar uma concepção que o reduz a “aparelho coercitivo”. A construção do consenso também encontra lugar nesse Estado. O Estado é entendido em seu sentido orgânico e mais amplo como o conjunto formado pela sociedade política e sociedade civil. (GRAMSCI, 2002). Tomem-se esses dois termos-chave: sociedade política e sociedade civil. O conceito de sociedade política está claro no texto gramsciano. Trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente. Gramsci não perde, em momento nenhum, essa dimensão do Estado, ou seja, não perde de vista sua dimensão coercitiva, muito embora não reduza o Estado a ela.

Embora seja aparelho de coerção, o Estado também reforça e garante a estabilidade da classe dominante através de instituições que reproduzem sua

ideologia, como a escola, os meios de comunicação, a Igreja. A aceitação da exploração como natural e eterna, a aceitação passiva da divisão em classes são ideias ostensivamente difundidas pelos aparelhos ideológicos do Estado. (GRAMSCI, 2002).

Diante desse contexto, as recomendações sugerem que, em cada Estado, devem ser promovidas ações para delimitar o seu tamanho para que se torne mais eficiente nas suas tarefas e mais barato, aliviando o custo que incide sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente. Segundo Semionatto (2000), o Estado deve se encarregar apenas das funções essenciais (justiça, segurança interna e relações exteriores), repassar para o setor privado as políticas públicas de saúde, educação, previdência e assistência e propiciar maior liberdade à iniciativa privada e individual.

Höfling (2001) enfatiza que as políticas públicas são entendidas como o Estado em ação, isto é, o Estado é quem implanta um projeto de governo através dos programas, das ações voltadas para setores específicos da sociedade. Portanto, o Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implantariam as políticas públicas.

A Sociedade Civil, diante da lógica do Mercado e do descaso do Estado, passa a assistir os interesses de instituições privadas que não acreditam na existência de diferentes classes, tornando-se mecanismo institucional de controle das ações governamentais com a descentralização, passando a ter a responsabilidade no encaminhamento de projetos de intervenção das novas manifestações da 'questão social' e realizando diversas parcerias (SEMIONATTO, 2000).

Com todo esse processo, a (des)responsabilização social do Estado também passa a ser efetuada através da tática do apelo à Solidariedade Social, da (re)filantropia, depositando a responsabilidade pelo sucesso das ações públicas na própria sociedade (SIMIONATTO, 2000).

Devido à privatização do Estado, o Mercado é defendido como o lugar da garantia da eficiência e da eficácia. É a esfera que propicia controle mais geral e automático, em que a competição passa a ser o melhor controle, aquele que traz os melhores resultados com os custos mais baixos. Disfarça que a superioridade

hierárquica do Mercado é fundamental para desmobilizar o envolvimento da sociedade, pois o individualismo da administração gerencial tenta sobrepujar as ações de natureza coletiva e procura reorganizar a oferta e a gestão das políticas sociais segundo a sua ótica e de acordo com a cultura de focalização (SIMIONATTO, 2000). Dessa forma, o Brasil, cada vez mais, passa a incorporar determinações da política externa efetivada através de reformas que implicam novamente a introdução, no país, de políticas liberalizantes, privatistas e de mercado, acompanhadas de profundas mudanças na estrutura institucional, organizativa e de atuação do Estado, para torná-lo mais barato.

Interposto pelas ideias da sua ineficácia, da sua incidência nos estratos de maior renda e da causa primeira do déficit público, as Políticas Sociais passam também a ser o alvo preferido do ajuste estrutural do governo. As recomendações dos organismos internacionais são: o abandono dos instrumentos de controle político e a restrição da alocação de recursos públicos, principalmente na área social, racionalizando os investimentos nessa área, diminuindo as funções estatais e fortalecendo as ações de natureza privada (SIMIONATTO, 2000).

O Banco Mundial argumenta que as políticas públicas devem contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade e que elas são uma forma de se assegurar que o crescimento seja compartilhado por todos. Verifica-se, aí, o caráter compensatório atribuído a elas, segundo uma perspectiva de focalidade que atende os seguimentos mais vulneráveis, em detrimento da universalização. Mesmo o Estado tendo ainda papel essencial para o processo de desenvolvimento econômico e social, não lhe compete mais atuar como agente direto do crescimento, devendo ele, segundo o Banco Mundial, ser apenas um “sócio, elemento catalizador e impulsionador desse processo” (SIMIONATTO, 2000, p.13).

Como visto, em países como o Brasil, onde o Estado de Bem-Estar Social não chegou a ser plenamente consolidado, as políticas universais sofrem perdas irreparáveis, deixando a população ainda mais fragilizada, pois, a partir da Reforma do Estado, com a delimitação do campo da intervenção estatal, através da passagem de um modelo universalista para programas de compensação

social, as Políticas Sociais passam a compreender as seguintes características: Focalização, Descentralização e Privatização (SIMIONATTO, 2000).

A Focalização pressupõe que os recursos públicos devem ser concentrados em setores de extrema pobreza, perseguindo os seguintes objetivos: “eficiência, eficácia e metas quantitativas. Apesar do combate à burocratização e à ineficiência do gasto social ser um objetivo apregoado pela Descentralização de modo geral, esse princípio se refere a ações diferenciadas de acordo com a sua abrangência.” Na esfera nacional, a Descentralização pretende a transferência de formas de gestão e decisão para os Estados e municípios. Mas, em nível local, ela pressupõe a participação das organizações não-governamentais, instituições filantrópicas, comunitárias e empresas privadas. Já a Privatização prevê o deslocamento da produção de bens e serviços da esfera pública para a privada (SIMIONATTO, 2000, p.14).

Assim, para se diminuir os custos sociais do processo de ajuste estrutural, atendendo aos interesses do Mercado, foram elaboradas políticas focalizadas de ‘compensação social’, implementadas através de programas assistenciais. As políticas sociais públicas passaram a ser delimitadas através de um modelo seletivo de proteção social e vistas como o alvo prioritário das privatizações que favorecem a sua deslegitimação através da restrição para o seu financiamento, da dinâmica perversa do Mercado, da diminuição de Recursos Humanos para operá-las e da redução do papel do Estado. (SIMIONATTO, 2000).

Percebemos, nesse contexto, que essa nova concepção de política social se torna mais distante das propostas universalizantes e de afirmação de direitos, à medida que tal política também vem subordinada “à lógica do mercado, à contenção de custos, à redução do papel do Estado, à transferência direta das ações para indivíduos, à organização da sociedade civil e comunidades, e à focalização de programas para os segmentos mais pobres da população [...]” (SIMIONATTO, 2000, p.28).

A reforma estrutural imposta pelo Banco Mundial e pelo FMI tratava de um conjunto de medidas econômicas, políticas e institucionais, com o intuito de conseguir profundas mudanças na sociedade. No pensamento neoliberal, a educação tem o papel de diminuir ou nivelar as desigualdades sociais. Diante

disso, reformar a educação passa a ser o grande interesse dos centros de poder internacional. Essa reforma interferiu muito em todos os campos da organização escolar (OLIVEIRA, 2000).

2.4 REFORMA DO ESTADO

Essas reformas compreendem a privatização, a desregulamentação e a liberalização das economias, a elevação das taxas de juros e o rebaixamento de impostos sobre rendimentos altos, a flexibilização dos mercados com abertura ao capital estrangeiro e a internacionalização do mercado interno, a criação de maciças taxas de desemprego e o ataque às legislações trabalhistas para rebaixar os salários, enfraquecendo as organizações sindicais e a diminuição das responsabilidades do Estado com as questões sociais. Tal processo configura o que Dalila Oliveira (2000) denomina de “nova regulação” econômica.

O modelo neoliberal adotado caracteriza-se pelo afastamento do Estado em relação à gestão de diversos setores da economia. Destacam-se, entre suas funções, a de restringir o papel do Estado na garantia dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais e a de terceirizar, privatizar e publicizar empresas públicas para favorecer o mercado. No Brasil, isso se deu nos anos 1990, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

Para Silva Júnior e Sguissardi (1997) essa proposta de reforma para o sistema ancorou-se em quatro características fundamentais: privatização, diferenciação, flexibilização e descentralização das estruturas e centralização de controle das IFES. Instituição Federal de Ensino Superior (esta sigla consta na lista de siglas e abreviaturas)

No Brasil, programas de descentralização financeira têm sido implantados desde o final dos anos 80, mas estão presentes, de maneira mais marcante, a partir de 1995, quando o próprio governo federal criou o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, e incentivou, com isto, o conjunto de estados e municípios da federação a fazer o mesmo. Este programa, financiado com recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, repassa, observando o número de alunos por escolas, recursos diretamente às instituições de ensino fundamental. O

repassa é feito uma vez ao ano, e com tais recursos elas podem custear material de consumo, pequenos reparos e adquirir, com parte do dinheiro, alguns bens de capital (GOUVEIA, 2004, p.5).

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, fica clara a urgência do governo em reformar o Estado, principalmente na área social, transferindo as obrigações à sociedade.

[...] a redefinição do papel do Estado é um tema de alcance universal nos anos 90. No Brasil esta questão adquiriu importância decisiva, tendo em vista o peso da presença do Estado na economia nacional: tornou-se, conseqüentemente, inadiável equacionar a questão da reforma ou da reconstrução do Estado, que já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social (BRESSER PEREIRA, 1995b, p.10).

Bresser Pereira (1995b) enfatiza a urgência de reformar o Estado tendo em vista que o mesmo necessita “resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas”.

Neste sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRESSER PEREIRA, 1995b, p.11)

Para Bresser Pereira (1995b, p.11), “reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado”. Para o Ministro, outro processo tão importante quanto à privatização das empresas estatais é a descentralização dos serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas que devem ser subsidiados pelo mesmo, como: educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Para esses, a descentralização será para o setor público não-estatal, denominando-se de publicização tal processo.

Vera Peroni (2003) afirma que, no Brasil, o processo de reformas na área de educação, nos anos de 1990, deu-se em duas frentes: uma, por meio de

apresentação de um projeto global para a educação – a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – e outra, que se constituiu na implementação de um conjunto de planos setoriais e decretos executivos.

A Lei n.9.394/96, entendida como lei complementar que regulamenta as diretrizes e bases para a educação nacional, foi promulgada com base na Constituição Federal de 1988, que trouxe, consigo, um conjunto de regras para a educação, destacando-se a gratuidade no ensino público em todos os níveis¹⁰, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outras. Tanto a elaboração da Constituição de 1988 como da LDB de 1996 ocorreram em período de muitas mudanças no país e no mundo. No Brasil, os anos de 1980 são marcados pelo fim do governo militar e pelo processo de reforma do Estado, visando à construção da democracia.

A LDB caracteriza-se por estar inserida em um projeto de reformas liberais do Estado. Em relação à educação superior, essa Lei estabelece um conjunto de princípios que indicam significativas alterações para esse nível de ensino, delimitado, de um lado, contraditoriamente, pelos processos ditos de descentralização e flexibilização presentes nessa legislação e, de outro lado, por novas formas de controle e padronização por meio de processos avaliativos. Cury (2001) chama a atenção para as várias vozes diferentes, presentes na legislação, cujos sons não são uníssonos.

Os desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos nos anos 1970 contribuíram para reafirmar a ideia de mercado central nas reformas do Estado na década de 1980. Com isso, os países de economia periférica vêm implementando ações sugeridas pelo programa de ajuste estrutural, proposto pelas agências financeiras internacionais, cujos efeitos e consequências só vieram à tona a partir dos anos 90 (PERONI, 2003).

¹⁰ A interação dos políticos e os conflitos de interesses produziram um texto que, em linhas gerais, combinava a coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino e a manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (CARVALHO, 2006).

Com relação ao papel do Estado no ensino superior, a orientação predominante foi a de que ele deveria ser reformulado, transformando-se em normatizador, fiscalizador e avaliador, em vez de executor. As IES deveriam possuir maior autonomia, desde que estivessem articuladas as metas e ações de Governo. No âmbito do Governo, a bandeira do ajuste neoliberal, patrocinada pelos organismos internacionais para o conjunto dos países latino-americanos, encontra forte acolhida do MARE¹¹, cujo diagnóstico da crise mundial e nacional – presente nas suas propostas – segue a ótica e as diretrizes daqueles organismos. Nesse diagnóstico se destacam o papel do Estado como causa da crise e a necessidade de sua reforma.

Para o Ministro Bresser Pereira (1995b, p.1), reformar o Estado:

[...] significa superar de vez a crise fiscal, de forma que o país volte a apresentar uma poupança pública que lhe permita estabilizar solidamente os preços e financiar os investimentos. Significa completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, através de reformas voltadas para o mercado e para a justiça social. Reformar o Estado significa, finalmente, rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas práticas patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade.

Bresser Pereira (1995b) considera a crise do Estado a causa básica da crise econômica do país. Para ele, crise fiscal é a perda do crédito público e a poupança pública negativa. Entende-se por crise do modo de intervenção o “esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações”. E, por crise do aparelho do Estado, o clientelismo, a profissionalização insuficiente e o “enrijecimento burocrático extremo” da Constituição de 1988. Bresser Pereira (1995b) condena quase tudo o que a Constituição teria normatizado no campo da administração estatal, em especial a fixação do Regime Jurídico Único do funcionalismo público federal e a transformação de celetistas em estatutários.

Como premissa das propostas de reformas do Estado, propõe-se que o Estado moderno se constitua de duas esferas fundamentais: “um núcleo

¹¹ Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado

burocrático voltado para consecução das funções exclusivas do Estado e um setor de serviços sociais e de obras de infra-estrutura”. Comparando-se esses núcleos, percebem-se diferenças quanto à sua natureza: no núcleo burocrático, o essencial seria a segurança das decisões tomadas; no setor de serviços, a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. No núcleo burocrático, o princípio administrativo básico seria o da efetividade, o da capacidade de realização das decisões; no setor de serviços, o princípio seria o da eficiência ou de uma relação ótima entre qualidade e custo dos serviços à disposição do público (BRESSER PEREIRA, 1995, p.1).

Essas distinções conduzem ao sentido último dessa reforma, que se traduz numa administração pública mais flexível, eficiente, menos onerosa, visando à melhor qualidade dos serviços sociais do Estado (BRESSER PEREIRA, 1995). Além da flexibilização, propõe-se, como outra grande meta da reforma do aparelho do Estado, no plano social, sua radical descentralização (BRESSER PEREIRA, 1995, p.1).

A eficiência e a agilidade dos serviços do Estado deveriam ser para o Ministro, semelhantes às do setor privado. Para isso, o Ministro procura uma forma de administração “mais flexível do que a adotada no núcleo burocrático da administração direta” e encontra-a, principalmente, no projeto das “organizações sociais” (BRESSER PEREIRA, 1995, p.1). O grande obstáculo à consecução dessas metas é a rigidez burocrática imposta pela Constituição de 1988, que requeria urgente reforma.

Com isso, o Ministro objetiva para maior flexibilidade, “(1) permitir a existência de mais de um regime jurídico dentro do Estado; (2) manter o regime jurídico estatutário apenas para os funcionários que exercem funções no núcleo burocrático do Estado; (...)” (BRESSER PEREIRA, 1995, p.1). Da mesma forma, o Ministro propõe “uma série de medidas para tornar a previdência dos funcionários menos onerosa e mais semelhante à vigente no setor privado” (BRESSER PEREIRA, 1995, p.11-12).

Uma das estratégias dessa reforma é a publicização, que consiste “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que [...] o Estado presta” (BRESSER PEREIRA, 1995, p.13). Publicização, no

plano, significa “transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública, não-estatal” (BRESSER PEREIRA, 1995, p.13).

Além da publicização, existem mais duas estratégias de reforma: a privatização (transferência das empresas estatais para o setor privado) e a terceirização (processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio) (BRESSER PEREIRA, 1995).

Para Bresser Pereira (1995, p. 60), as Universidades se enquadram como serviços não-exclusivos do Estado, portanto, o ideal é que se transformem em organizações sociais.

A transformação dos serviços não-exclusivos estatais em organizações sociais se dará de forma voluntária, a partir da iniciativa dos respectivos ministros, através de um Programa Nacional de Publicização. Terão prioridade os hospitais, as universidades e escolas técnicas, os centros de pesquisa, as bibliotecas e os museus. A operacionalização do Programa será feita por um Conselho Nacional de Publicização, de caráter interministerial.

A interação entre o Estado e essas organizações sociais se daria por meio de um contrato de gestão, no qual estariam previstos os serviços que seriam prestados, as metas a serem atingidas e os recursos financeiros que deveriam ser transferidos a cada ano, do governo para a organização.

Esse projeto diminuiria drasticamente os investimentos do Estado no setor social – pois, é o mercado que deve determinar onde serão feitos os “investimentos” – abrindo espaço para o crescimento de empresas privadas em setores de bens e serviços com a utilização de dinheiro público.

Os bens públicos são considerados mercadorias que devem competir no mercado. Nessa concepção, o conhecimento – categoria central do processo educacional – é tratado como um conjunto de habilidades e técnicas que deve dar suporte ao desenvolvimento econômico, à retomada de crescimento do capital e à acumulação flexível. Esse processo reduz a educação a um setor da economia, subordinando-a aos seus interesses, pela qual se planeja formar a população para o consumo e a resignação política, oferecendo-lhe apenas a capacitação necessária para o trabalho com as novas tecnologias de produção.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS IEES PARANAENSES A PARTIR DA GRATUIDADE (1987)

Nas últimas décadas, assistimos a significativas transformações no modo de produção capitalista em âmbito mundial. As modificações nos processos de produção de mercadorias desencadeiam mudanças que atingem as várias dimensões da produção da existência humana nesse momento histórico. Neste capítulo, analisaremos rapidamente a educação superior e as políticas neoliberais, destacando as políticas públicas para as instituições paranaenses no ensino superior público, a partir da gratuidade.

3.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

As universidades brasileiras vivenciam situações complexas que registram, por um lado, exigências cada vez maiores por parte da sociedade e, por outro, uma política de ensino superior calcada em visões imediatistas, quantitativistas e utilitaristas, que buscam sufocá-las, restringindo o financiamento das suas atividades por parte do Estado. Segundo Dias Sobrinho (2003d, p.161),

A educação superior vem experimentando, em todos os continentes, problema semelhante. [...] De um modo geral, as tendências internacionais e as experiências locais ou nacionais se alimentam mútua, conjunta e compreensivamente. Evidentemente não se pode falar de um sistema global de educação superior, mas é possível se vislumbrar aspectos semelhantes ou tendentes a uma certa convergência nas experiências levadas a cabo em muitos países. A ter sido sempre assim, agora as tendências mais importantes apresentam muitas similitudes no quadro das reformas gerais dos sistemas de educação superior e, inseparavelmente, dos Estados.

Para Dias Sobrinho (2003d), existem tendências que afetam os países, os sistemas de educação superior e as instituições em particular. Embora cada país apresente suas peculiaridades, destacam-se pontos em comum em todos eles, como: a expansão quantitativa (número de matrículas e instituições), crise no financiamento, diversificação institucional e internacionalização.

Segundo Sguissardi (2003), as tendências apontadas por Dias Sobrinho (2003d) vêm articuladas a um contexto econômico-financeiro mundial em que as diretrizes que visam à abertura comercial, à liberalização financeira, à desregulamentação dos mercados, a privatizações de empresas estatais, etc., prevalecem, atendendo uma visão gerencial de mercado.

[...] os organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial, exercem imprescindível influência na definição das políticas para a educação superior nos diferentes países e na disseminação dos pressupostos neoliberais (SGUISSARDI, 2003, p.199)

Em todos os países aumentaram muito as matrículas na educação. Os países em desenvolvimento se esforçam para poder atender a demanda, passando de um regime elitista para um de massificação, enquanto que os países centrais buscam a universalização do atendimento. Porém, a ampliação do atendimento à demanda por educação superior não tem sido acompanhada da garantia de qualidade necessária a esse nível de educação:

[...] tendo em vista a predominância do utilitarismo e da produtividade segundo as determinações e as urgências da esfera pragmática da vida e à sensibilidade às demandas do mercado, parece se universalizar a tendência a uma concepção menos exigente da formação, porém mais rápida e adequada às demandas imediatas [do mercado] (DIAS SOBRINHO, 2003d, p.188)

Os Estados não estavam preparados para essa ampliação, porém, devido ao contexto e às exigências, são pressionados a adotarem uma série de políticas que facilitem a expansão da oferta privada na educação superior.

A incapacidade do poder público federal de ampliar os gastos em educação, em grande medida devida ao processo de ajuste fiscal dos anos de 1990, fez com que não se conseguisse atender plenamente à crescente demanda por educação superior. Esse processo de enfraquecimento do setor público federal foi um dos elementos centrais para a forte expansão na oferta de vagas e o aumento das matrículas no setor privado, favorecidos por certa desregulamentação do setor, no que se refere à flexibilização dos requisitos para a criação de cursos e instituições. Outra implicação da perda relativa de poder do papel desempenhado pela União refere-se à ampliação da participação dos estados, sobretudo aqueles de maior expressão econômica, e de alguns municípios,

na oferta desse nível do ensino (CORBUCCI, 2004, p.6).

Com a evolução desses novos conceitos no mundo do trabalho: qualidade, produtividade, re-engenharia, etc., vindos à tona como resultado do neoliberalismo e da introdução de novas tecnologias na produção e administração empresarial e pública, a educação, que era vista como investimento público para o desenvolvimento econômico dos países, passa a ser encarada como parte da crise dos Estados, e estes são levados à diversificação de suas fontes de financiamento, incentivados a buscar recursos junto a outras instâncias.

A expansão do atendimento nesse nível de ensino vem articulada, entretanto, à ação da Organização Mundial do Comércio (OMC¹) de compreender a educação, no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, como um dos doze setores de serviços a ser regulamentado pelo GATT instigando, assim, progressivo programa de privatização da educação – em todos os seus níveis, com destaque para o superior –, pelo controle externo às políticas educacionais e pela estimulação da evidente mercantilização da educação (DOURADO, 2002, p.250). Nesse sentido, Gazzola (apud DOURADO, 2002, p.250) realiza importante alerta:

Ao arrolar a educação como um item de serviço a ser regulamentado pelo GATT, estariam dadas todas as condições para a remoção de quaisquer obstáculos à sua completa mercantilização. Passariam a vigorar para os então chamados serviços educacionais as mesmas normas atinentes aos demais serviços. (...) A soberania das nações na condução de suas políticas educacionais, condição imprescindível para a consolidação e para a garantia de sociedades menos desiguais e

¹ “A Organização Mundial do Comércio foi criada em 1995 como um dos mais importantes resultados da rodada de negociações do General Agreement on Trade and Tariffs (GATT), realizada no Uruguai, entre 1986 e 1994. É, sem dúvida, uma instituição inovadora nas Relações Internacionais, pois ela difere dos Comitês das Nações Unidas, difere dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que são coordenados por um grupo de diretores. Além disso, apresenta um sistema de resolução de controvérsias de grande eficácia e atividade. Há uma distinção que se faz necessária entre o GATT e a OMC. O primeiro, cuja origem remonta ao período subsequente à Conferência de *Bretton Woods* em 1948, faz parte do projeto de liberalização econômica do comércio internacional, é um acordo entre partes contratantes (Estados). Já a segunda é uma organização, que, por sua vez, possui personalidade jurídica e é constituída por membros. A estrutura legal da OMC engloba as regras estabelecidas pelo antigo GATT, as modificações efetuadas ao longo dos anos e os resultados das negociações passadas de liberalização do comércio”. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=4101>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

mais desenvolvidas, cederá lugar a um mercado voltado exclusivamente para a lucratividade crescente. Assim concebida, a educação estará transformada em mercadoria, deixando de ser vista como o espaço onde as nações buscam sua autonomia, constroem, conservam e desenvolvem seus valores e plasam sua cultura. A inclusão da educação, particularmente do ensino superior, como um dos setores de serviço incluídos no GATT, assinala a permanência inaceitável da estratégia colonialista tradicional das potências hegemônicas no cenário mundial.

Embora a educação apresente especificidades e, portanto não se configure como mercadoria qualquer, a partir do desenvolvimento das macro-políticas, cria-se uma atmosfera de privatização na educação superior, em pelo menos dois sentidos. O primeiro refere-se à privatização direta, ou seja, à ampliação, pela liberalização de serviços, do papel do mercado na área da educação superior que, até poucos anos, era característica do Estado, acarretando na expansão da educação superior pela criação/ampliação desenfreada de instituições privadas, a maior parte caracterizada pelo objetivo de obtenção de lucro pelo desenvolvimento apenas da atividade de ensino. O segundo, mais sutil, refere-se à privatização indireta, ou seja, ao estabelecimento, nas instituições públicas, de mentalidade e racionalidade próprias do meio empresarial, através da “introdução de mecanismos de administração e gerenciamento corporativo-empresariais e busca de recursos junto ao mercado” (SGUISSARDI, 2003, p.200).

Em função da nova racionalidade adotada, as reformas da educação superior nos diversos países são fundamentadas na crença de que são necessárias:

- ⇒ . cobrança para que as instituições universitárias fossem mais eficientes na alocação e utilização de seus recursos, sendo responsáveis pelas estratégias de sua “missão”;
- ⇒ . transferência do modelo de gestão política para modelo de gestão empresarial;
- ⇒ . exigências para que as instituições universitárias correspondessem às demandas de sua região;
- ⇒ . concentração da responsabilidade das atividades nas mãos das instituições que demonstram excelência; e
- ⇒ . transposição de valores técnicos do mundo dos negócios para o mundo acadêmico (ALMEIDA JÚNIOR, 2002, p.175).

A adoção da lógica empresarial mercadológica e da competição inerente a esta na organização da educação superior vem legitimada pelas teses disseminadas pelos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial,

de que o ensino superior é, antes, um bem privado do que público, que o retorno dos investimentos em educação superior é inferior ao dos investimentos na educação básica² e que a universidade de pesquisa (ou seja, o modelo de universidade apoiado no tripé ensino-pesquisa-extensão) é inapropriadamente mantida pelos países, em especial em desenvolvimento, pelos custos muito elevados que engendra. A diversificação institucional vem a calhar ao modelo de educação superior proposto, tanto ao que concerne a facilitar a ampliação ao atendimento à demanda, quanto a expandir as instituições privadas (DIAS SOBRINHO, 2003d).

Essas ofertas se mostram (...) bastante sensíveis e ajustadas às demandas do mercado. Por essa razão, surgem cursos diferenciados quanto à duração e qualidade e bastante diversificados, com conteúdos específicos – de massoterapia a consultoria de informática ou formação de técnicos de futebol, de musicoterapia a designer de moda ou web, de MBA a mestrados profissionalizantes etc. (DIAS SOBRINHO, 2003d, p.171).

Depreende-se que a educação superior passa a ser considerada uma *quase-mercadoria* a ser comercializada no *quase-mercado* educacional. Na definição de Le Grand (apud AFONSO, 2000, p.115):

[...] quase-mercados são mercados porque substituem o monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos. São quase porque diferem dos mercados convencionais em aspectos importantes. Assim, por exemplo, as organizações competem por clientes mas não visam necessariamente à maximização dos seus lucros; o poder de compra dos consumidores não é necessariamente expresso em termos monetários e, em alguns casos, os consumidores delegam em certos agentes a sua representação no mercado.

Nesse sentido, a expressão *quase-mercado* traduz o movimento presente na educação, e na educação superior em particular, no qual as forças do mercado encontram-se presentes, entretanto com características específicas que as diferem do clássico *mercado livre*, tanto no que diz respeito à oferta, quanto à procura. Outro ponto importante pregado no *quase-mercado* educacional é o conceito de educação eficiente e a autonomia tem muito a ver com esse termo. A

² Tese difundida pelo Banco Mundial na década de 1990, mas revista no ano 2000.

autonomia, por ser característica fundamental da educação, sofre importante alteração:

A autonomia, que classicamente é o fundamento da idéia de universidade, garantia de ampla liberdade na produção de conhecimentos e na formação qualificada de profissionais e cidadãos, segundo critérios de verdade e justiça, agora se restringe quase só à liberdade de organização e de administração dos meios e processos. Um forte incentivo vem sendo dado às instituições para que elas assumam cada vez mais a responsabilidade de tomar em suas próprias mãos sua sobrevivência e seu desenvolvimento, enquanto decrescem significativamente os financiamentos públicos. Nesse sentido, autonomia tem muito a ver com os conceitos de “educação eficiente”, “gestão empresarial”, “planejamento racional” e “auto-regulação” (DIAS SOBRINHO, 2003d, p.174).

As instituições, agora, passam a sofrer intervenção do governo no que diz respeito à “subordinação a uma ordem imposta por agentes externos”, através da adequação de significativa parte das atividades desenvolvidas às necessidades da indústria e do Estado, em detrimento da autonomia, princípio que se relaciona à “capacidade de autodeterminação, independência e liberdade” (SGUISSARDI, 2003, p.202). Sob o signo do neoliberalismo, a autonomia refere-se à capacidade de cada instituição de deliberar o como fazer aquilo que o Estado, em função das demandas do mercado, decidiu que deve ser feito. Nesse contexto, a avaliação da educação superior realizada pelo Estado ganha imprescindível importância. A política educacional do governo em relação ao ensino superior apoiava-se em três pilares, a saber: avaliação, autonomia universitária plena e melhoria de ensino.

A avaliação do ensino superior, no Brasil, surgiu no início dos anos 1990 por exigência das agências internacionais de financiamento, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Os relatórios do Banco Mundial, na década de 1990, trazem um diagnóstico do ensino superior brasileiro em que buscam demonstrar o grande desperdício de recursos públicos na educação superior em detrimento do ensino fundamental. Analisam, ainda, a separação existente entre a universidade e o sistema produtivo e defendem a necessidade de o governo brasileiro ser mais austero com os gastos públicos, eliminando a gratuidade no ensino superior. Com essa análise, afirmam a necessidade de um sistema rígido de avaliação do ensino em todos os níveis, para que se

economizem recursos para se pagar os juros das dívidas interna e externa.

Esse diagnóstico do Banco Mundial é assumido por todos os governos na esfera federal a partir dos anos 1990. Teve início com Collor de Mello, que, devido ao *impeachment*, não pôde avançar nessa política. Ao assumir o governo em 1994, Fernando Henrique Cardoso nomeou o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, que era consultor do Banco Mundial e, muito afinado com a política dessa instituição internacional.

O governo FHC criou vários mecanismos de avaliação, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (PROVÃO) que foram introduzidos por meio de medidas provisórias: MP n.938, de 16 de março de 1995, situação sustentada com alterações de fundo, por força da edição de sucessivas medidas provisórias até a edição da Lei n.9.131, de 24 de novembro de 1995, que, em seu art. 3º, § 1º, prevê a realização desses exames como parte dos procedimentos destinados à avaliação de cursos e instituições. A Lei n.9.131/95 também adiantou providências de natureza diretivo-basilar, pela alteração dos artigos 6º, 7º, 8º, e 9º, da Lei n.4.024/61, para ampliar as competências do Ministério da Educação e do Desporto, extinguir o Conselho Federal de Educação e criar e definir as competências do Conselho Nacional de Educação. As modificações sobrepuseram o MEC ao Conselho, subordinando-o ao Ministro de Estado da Educação por meio da exigência de homologação de suas decisões.

Para assegurar o controle do sistema, os governos costumam impor uma vigorosa e vasta regulamentação e uma poderosa avaliação. Os Estados contemporâneos têm adotado muito comumente uma atitude legiferante e aumentado significativamente seu poder fiscalizador. Entretanto, esse controle é exercido sobre resultados e muitas vezes não consegue eliminar os riscos que representa o ingresso de instituições frágeis no campo da competição e tampouco evita a precarização de muitos serviços educacionais (DIAS SOBRINHO, 2002, p.174).

Essa avaliação permite, também, a introdução de mecanismos de quase-mercado nas IES, levando à privatização das instituições públicas, seja pela diversificação de suas fontes de financiamento – que configura o fornecimento de ensino público a partir de recursos públicos e privados (provenientes de empresas, taxas escolares, etc.) – e/ou via introdução da lógica empresarial

(própria da esfera privada) no âmbito das instituições públicas.

O governo lançou o Programa Crédito Educativo (FIES³) – recomendado de forma recorrente pelo Banco Mundial, mantido e ampliado no governo Lula até o ano de 2003, o qual era direcionado aos alunos de baixa renda para ingressarem em faculdades particulares. De certa forma, o governo estava financiando as IES privadas, no quadro de esgotamento do crescimento privado. Tratava-se não mais de priorizar a expansão de matrículas, cursos e instituições particulares, mas de criar condições para a sustentação financeira dos estabelecimentos já existentes. (DAVIES, 2004).

Em 2003, o governo Lula criou uma comissão para propor um novo modelo de avaliação do ensino superior. A comissão apresentou um relatório no qual propunha um sistema nacional de avaliação. Em dezembro de 2003, por medida provisória, o governo federal instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Em dezembro de 2004, o MEC baixou a Portaria 2.051, que regulamentou os procedimentos de avaliação do ensino superior, sem qualquer debate com a comunidade universitária, caracterizando, assim, a implantação de uma medida já acordada anteriormente com os organismos internacionais.

Além disso, o governo federal lançou o Programa Universidade para Todos (PROUNI), divulgado na mídia em 2004, acompanhado por um discurso de *justiça social*⁴, que encobriu a pressão das associações representativas dos interesses do segmento particular, justificada pelo alto grau de vagas ociosas (CARVALHO, 2006).

A trajetória expansiva, entre 1998 e 2002, resultou em um número excessivo de vagas, que, segundo informações recentes do INEP, é superior aos formandos no ensino médio. Embora a demanda potencial por ensino superior não se restrinja ao número de concluintes do ensino médio, é muito difícil estimar o total de pleiteantes. Neste cálculo inclui-se não apenas parte dos recém-

³ Financiamento de Instituição de Ensino Superior.

⁴ Na verdade, o Programa estabelece que parte das bolsas deverá ser direcionada a ações afirmativas, aos portadores de deficiência e aos autodeclarados negros e indígenas. A formação de professores de ensino básico da rede pública também consta como prioridade. A intenção é a melhoria na qualificação do magistério com possíveis impactos positivos na qualidade e no aprendizado dos alunos da educação básica e o cumprimento da LDB, em seus artigos 62 e 63, a qual estabelece que os professores da rede pública, atuantes na educação básica, devem ter concluído os cursos de Pedagogia, Normal Superior ou Licenciatura (CARVALHO, 2006).

formados, como também aqueles que retornam tardiamente aos bancos escolares. No entanto, este fenômeno dá indícios que o segmento privado disponibiliza vagas não procuradas pelos estudantes (CARVALHO, 2006, p.8).

Diante disso, a política emergente para educação superior no Brasil vem se contradizendo, tanto no discurso como na prática, afirmando que a educação superior é um bem público, com função social, mas, ao mesmo tempo, justificando constantemente seu investimento, por trazer retorno econômico futuro à sociedade, nos moldes da lógica do investimento em capital humano⁵. Na prática, estreitaram-se as relações público/privado e optou-se pela solvência das instituições privadas através do PROUNI, bem como se mantiveram, e até mesmo se aprofundaram os parâmetros avaliativos e a função regulatória do Estado através do SINAES⁶.

3.2 POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ (1987-2007)

No Estado do Paraná, em 1987, no governo de Álvaro Dias, foi instituída a Lei n.8.675, que estabelece a gratuidade do ensino superior, sendo consequência da mobilização da comunidade universitária e da sociedade paranaense. Com isso, o financiamento público para o ensino superior ficou totalmente a cargo do Estado, tendo em vista que, na Constituição de 1988, a educação deveria ser pública, gratuita e de qualidade, sendo direito de todos, e dever do Estado, a sua organização, oferta e o seu financiamento.

Esse princípio constitucional é contraditório aos interesses do neoliberalismo. Com a disseminação das políticas neoliberais nos anos 1990, iniciando-se com a eleição de Collor em 1989 e se concretizando no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, as universidades públicas começam a

⁵ A teoria do capital humano tem, como um de seus pressupostos, o de considerar o ensino um investimento no próprio indivíduo, como se o aprendizado fosse um simples *input* produtivo que, por essa razão, deveria ser financiado pelo “adquirente” (AZEVEDO, 2008, p.1).

⁶ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

sofrer pressões.

Com a eleição de Jaime Lerner como governador do Estado do Paraná, em 1994, foram introduzidas as primeiras medidas para se reformar o ensino superior, sendo a primeira a permissão para as IES paranaenses de prestar serviço à comunidade, autorização que se deu com a Lei n.11.500/96. A segunda é a proposta de gratuidade seletiva⁷, e a terceira, transformar as IES em Agências Sociais Autônomas⁸, que foram barradas pela mobilização da comunidade universitária, contrária à Reforma Administrativa⁹. O Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná e a União Paranaense dos Estudantes (UPE) coordenaram esse processo de mobilização que se iniciou, em janeiro de 1997, na Assembleia Legislativa do Paraná¹⁰, impedindo, naquele momento, a implementação da reforma/privatização do ensino superior no Paraná.

Diante desse contexto, é notório que o Estado do Paraná estava se adequando às políticas implementadas mundialmente e seguindo as orientações do Banco Mundial quanto ao financiamento.

⁷ Proposta apresentada em dezembro de 1996 pelo deputado Eduardo Lacerda Trevisan, da bancada governista, que instituía o ensino pago nas Instituições Estaduais de Ensino Superior Paranaenses (ALTOÉ, 2007, p.252).

⁸ O Projeto ASA propunha regulamentar o exercício da autonomia de gestão financeira das IEES. O projeto ASA estabelecia o mecanismo para efetivar a proposta de “financiamento compartilhado” do sistema estadual de ensino superior. De acordo com a lógica deste financiamento, o Estado deveria destinar parte dos recursos necessários ao financiamento da IEES e a necessária complementação do orçamento seria efetivada pelas próprias IEES que, no uso das atribuições da “autonomia de gestão financeira”, buscariam fontes alternativas de recursos para complementar o orçamento repassado pelo Tesouro do Estado (ALTOÉ, 2007, p.258).

⁹ “O Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná e a União Paranaense dos Estudantes – UPE coordenam o processo de mobilização que, em janeiro de 1997, na Assembleia Legislativa do Paraná, impede, naquele momento, o avanço da reforma/privatização do ensino superior do Paraná” (CAMOTTI, 2006, p.69).

¹⁰ “A mobilização contra os projetos que pretendiam instituir a “Gratuidade Seletiva” e alterar o regime jurídico das IEES, transformando-as em Agências Sociais Autônomas ocorreu no dia 07 de janeiro de 1997, em Curitiba. Naquele momento, as universidades estavam em férias e as lideranças do movimento temiam que, face à desmobilização das universidades, o projeto do deputado Trevisan pudesse ser aprovado. A mobilização iniciou-se com ato público na ‘Boca Maldita’, seguido de passeata até a Assembleia Legislativa. Na Assembleia, representantes do Comitê e da UPE reuniram-se com o presidente do Poder Legislativo, Deputado Aníbal Khury, que assumiu o compromisso que qualquer projeto de reformulação das IEES seria apreciado somente após o mês de março, quando as universidades já teriam retomado às suas atividades normais. Depois da negociação na Assembleia, um grupo de estudantes, professores e funcionários realizaram protesto contra o governador, Jaime Lerner, durante a posse dos novos Secretários de Estado” (REIS, 2002, p.260).

El Grupo Especial sugiere un modelo de financiamiento mixto para maximizar los ingresos provenientes del sector privado, de instituciones e individuos que llevan a cabo misiones filantrópicas, y de los estudiantes; ello requiere a su vez mecanismos de financiamiento público más sistemáticos y productivos (BANCO MUNDIAL, 2000, p.13-16).

Assim sendo, o Banco reafirma suas orientações quanto ao financiamento da educação superior. As orientações contidas no Documento do Banco, publicado em 2000, não são diferentes daquilo que o Banco recomendava no documento “Prioridades y estrategias”, publicado em 1995.

Una política óptima sería que las instituciones públicas de enseñanza superior recuperaran plenamente los costos y que los estudiantes pagaran derechos con cargo a los ingresos de sus padres o con cargo a sus propios ingresos futuros, a través de un sistema de prestamos o de un impuesto a los graduados. [...] Una buena medida para empezar sería cobrar derechos para cubrir el 100% del costo ordinario de los servicios sociales para los estudiantes, tales como comida y alojamiento, y el 30% de los costos de instrucción [...]. Educación superior. En general, el cobro de derechos se justifica en las instituciones públicas de educación superior. También es aceptable la eliminación de los subsidios para cubrir costos no educacionales como alojamiento y comida de los estudiantes, excepto en los casos en que los sistemas de impuestos sobre la renta son muy progresivos o incluyen un impuesto a los graduados; uno y otro pueden permitir recuperar los costos de la enseñanza superior a partir de ingresos permanentes (BANCO MUNDIAL, 1995, p.80).

Lauglo (1997, p.12) enfatiza a opinião de um dos autores do documento “Prioridades y estrategias”, na sua crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial, afirmando que o documento prescreve que:

[...] para a educação superior, a privatização é mais do que um mero complemento. Financiamento privado e provedores particulares são aqui a principal ferramenta para assegurar, ‘em todas as regiões’, a sustentação fiscal da educação superior.

Com essas orientações, o Banco propõe a definitiva desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral das instituições públicas de educação superior. Para tanto, defende que o Estado deve fomentar a diversificação das fontes de recursos das instituições públicas através da cobrança de mensalidades, da obtenção de doações e da captação de recursos de ex-alunos e da indústria privada. Propõe, ainda, que o Estado deve estimular a ampliação da

oferta da educação superior através de instituições privadas com vistas a reduzir a pressão da demanda sobre ele.

Corroborando com toda essa política, o projeto que pretendia transformar as IEES em Agências Sociais Autônomas estabelecia o mecanismo para efetivar a proposta de “financiamento compartilhado”¹¹ do sistema estadual de ensino superior. O projeto de lei definia que o orçamento das IEES, a ser repassado pelo Estado, seria vinculado a determinado percentual da arrecadação do ICMS.

O governo Lerner, no intuito de se antecipar em relação à Reforma Administrativa¹² que estava sendo discutida no Congresso Nacional, lançou o projeto que pretendia transformar as IEES em Agências Sociais Autônomas e “regulamentar” a autonomia de gestão financeira. Era necessário que a proposta de Reforma Administrativa, em discussão no Congresso, fosse transformada em lei. Assim, a Assembléia Legislativa do Paraná poderia deliberar sobre o projeto que pretendia transformar as IEES paranaenses em Agências Sociais Autônomas, “concedendo-lhes” autonomia de gestão financeira, tendo em vista que a reforma administrativa proposta pelo governo federal, dentre outros itens, propunha a criação das Organizações Sociais Autônomas, entidades públicas não-estatais. Porém, a **reforma administrativa** foi transformada em lei somente em junho de 1998.

Logo após a re-eleição de Lerner, em outubro de 1998, a “concessão” da autonomia às IEES passou a ser, formalmente, o instrumento utilizado por Lerner para a implementação da reforma pretendida desde o início de seu governo. Com a apresentação da proposta de “concessão” de autonomia às IEES, o governo Lerner retomou, oficialmente, parte daquilo que estava previsto no Projeto de Lei que pretendia transformar as IEES em Agências Sociais Autônomas.

Durante o mês de novembro de 1998, a SETI iniciou um processo de

¹¹ “De acordo com a lógica do financiamento compartilhado, o Estado deveria destinar parte dos recursos necessários ao financiamento das IEES e a necessária complementação do orçamento seria efetivada pelas próprias IEES que, no uso das atribuições da “autonomia de gestão financeira”, buscariam fontes alternativas de recursos para complementar o orçamento repassado pelo Tesouro do Estado”. (REIS, 2002, p.258)

¹² A Reforma Administrativa foi desencadeada pelo governo federal com a apresentação da PEC 173/95 que foi convertida em ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional n.19, em junho de 1998.

negociações com a APIESP com o objetivo de “conceder” autonomia às universidades e faculdades estaduais paranaenses. Desse processo de negociações resultou a assinatura, em março de 1999, do “Termo de Autonomia” que concedeu provisoriamente autonomia financeira às IEES.

Como autonomia é questão muito importante para as universidades, uma vez que necessita de liberdade científica, “indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão”, abordaremos o assunto no próximo tópico, enfocando a autonomia em seus três aspectos: pedagógico, administrativo e financeiro.

3.3 AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O conceito de autonomia diz respeito à “liberdade”; quando se fala em autonomia universitária, entende-se que as universidades são livres para cumprir sua finalidade, a de formar cidadãos com a produção do ensino, da pesquisa e extensão com qualidade. As Universidades têm, por propósito, o livre pensar, a pesquisa, a criação, a disseminação do conhecimento, e a sua essência deve ser a independência do saber.

Enquanto as universidades lutam pela liberdade, o Estado tende a fixar limites, interferir, controlar a ação institucional, alegando que os recursos não são suficientes, ou a fiscalizar a sua aplicação. O debate sobre a autonomia universitária vem se desenvolvendo num terreno semeado por divergências do qual se geram muitas polêmicas.

Diante disso, a Constituição de 1988, em seu artigo 207, resguardou a autonomia universitária, enfatizando que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A autonomia didático-científica tem a ver com as atividades-fim da universidade. Segundo Ranieri (1994, p.117), a “autonomia didática implica o reconhecimento da competência da universidade para definir a relevância do conhecimento a ser transmitido, bem como sua forma de transmissão”. E a

autonomia científica, junto à didática, tem a ver com a liberdade do conhecimento. Conforme o artigo 206 da Constituição de 1988, “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte e o saber”.

[...] liberdade acadêmica, garantia do progresso do conhecimento e da transmissão do saber essencial às gerações futuras, e que compreendem, além da própria autonomia coletiva, a liberdade pessoal. Aquela, referida à autogestão da universidade em matéria de seu peculiar interesse; esta garantindo o direito de o professor universitário pesquisar e ensinar o que ele crê que seja verdade. (RANIERI, 1994, p.121).

Já a autonomia administrativa possibilita a auto-organização, é com ela que as universidades regulamentam suas atividades-fim. Para Ranieri (1994, p.124-125), a autonomia administrativa:

[...] consiste basicamente no direito de elaborar normas próprias de administração interna, em matéria didático-científica e de administração de recursos humanos e materiais; e no direito de escolher dirigentes. [...] a universidade é uma entidade normativa. Produz direito; suas normas integram a ordem jurídica porque assim determinou a norma fundamental do sistema.[...] a legislação universitária, no âmbito de sua competência, afasta a incidência de normas gerais que não tenham natureza diretivo-basilar, quando invadem sua esfera de incidência (não seria tolerável, v.g., aceitar que as Assembléias Legislativas Estaduais promulgassem leis que dispusessem sobre a forma de realização de concursos docentes, ou sobre a forma e a constituição de órgãos internos, nas universidades estaduais públicas).

Para a autora, não seria justo que as normas internas das universidades fossem legisladas pelas assembléias estaduais, tendo em vista que aquelas deixariam de ter autonomia administrativa. Ainda, para que suas atividades-fim sejam executadas na sua totalidade, é essencial que as universidades tenham autonomia de gestão financeira e patrimonial, a mesma provém da:

[...] competência de a universidade gerir, administrar e dispor, de modo autônomo, seus recursos financeiros. Revela-se a autonomia financeira assegurada constitucionalmente em duplo aspecto: de um lado, significa dizer que a universidade tem o direito de receber, do ente político que a institui, recursos financeiros necessários e ao menos suficientes para exercer seu fim último; de outro, assinala no sentido de que a universidade disporá desses recursos financeiros – que lhe são próprios de direito – e dos demais recursos que vier a dispor por meios

legalmente admissíveis, gerindo-os e administrando-os de modo autônomo. [...] a autonomia de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição, implica o poder-dever dos entes políticos, mantenedores de universidades, de colocarem à disposição destas, todos os recursos necessários para concretizá-la. Constitui omissão inconstitucional a não-concessão, a estes entes autônomos, dos recursos de que necessitam para cumprir seus objetivos fundamentais (FERRAZ, 1998)¹³

Ranieri (1994, p.130) enfatiza o dever do Estado em financiar as universidades públicas. Segundo a autora, as universidades têm o papel de cumprir a finalidade social para o Estado, e a Constituição Federal de 1988 diz que é obrigação do Estado o dever de financiar as universidades públicas:

O Estado mantém a universidade porque é seu dever promover e incentivar a educação (art. 205 da Constituição Federal), o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas (art. 218 da Constituição Federal), com o objetivo primordial de construir uma sociedade livre, justa e solidária, além de garantir o desenvolvimento nacional (art. 3º, I e II da Constituição Federal), valorizando, sob este aspecto, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (art. 206, IV, da Constituição Federal).

A autora defende que os recursos públicos são repassados às universidades para que as mesmas possam, por delegação do Estado, cumprir sua finalidade social. Tais recursos, uma vez repassados pelo Estado, tornam-se bens institucionais e a universidade pode deles dispor livremente, sem perder a natureza pública específica desses recursos. A autora enfatiza a responsabilidade da instituição mediante essa autonomia:

[...] a autonomia de gestão exige responsabilidade institucional, o que supõe o processamento interno das demandas, o estabelecimento de prioridades, de planos de desenvolvimento a médio e longo prazos, bem como a conseqüente promoção da democratização interna da universidade (RANIERI, 1994, p.131).

A Constituição Federal de 1988 disciplina a forma de controle dos recursos colocados à disposição das universidades em seu artigo 70, destacando que o controle do Estado sobre os recursos financeiros utilizados pela universidade será

¹³ FERRAZ, A.C.C. A Autonomia Universitária na Constituição de 05.10.1988. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo: Edição Especial, set. 1998. Disponível em: <<http://pge.sp.gov.br/revista/tes5.htm>> Acesso em: 10 out. 2008.

exercido *a posteriori*, com o auxílio dos Tribunais de Contas. Cabe a cada universidade estabelecer mecanismos internos de controle com o objetivo de garantir que os recursos colocados à sua disposição sejam utilizados de forma criteriosa na execução das finalidades sociais. Segundo a Constituição,

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Diante disso, pode-se dizer que a autonomia de gestão financeira pressupõe que o Estado cumpra o seu dever constitucional e repasse regularmente um montante de recursos suficiente para o financiamento integral das atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas pela universidade.

A autonomia das universidades públicas é parte central das políticas educacionais que vêm sendo implementadas pelo governo federal e pelo governo do Estado do Paraná, no intuito de redefinir o papel do Estado na oferta, organização e financiamento da educação superior. Essas políticas vêm de encontro com as orientações do Banco Mundial, que propõem a reforma administrativa e financeira dos sistemas educacionais dos “países em desenvolvimento”.

Para o Banco Mundial, a “concessão” da autonomia às universidades se constitui em mecanismo para reformar os sistemas de educação superior, tendo em vista que, se a reforma acontecer, contribuirá para a condução da universidade pública em buscar fontes alternativas de recursos, objetivando a sua autossustentação financeira. Essa concepção de autonomia fere a autonomia universitária, consagrada na Constituição Federal brasileira de 1988.

Como já discutido no capítulo anterior, o Estado do Paraná, com a eleição de Jaime Lerner em 1994, iniciou o processo de adequação a essas políticas e foram várias as tentativas de enquadrar o Estado às reformas sugeridas pelo

Banco Mundial.

O governo do Paraná em 1998 criou o Conselho de Re-estruturação e Ajuste Fiscal do Estado (CRAFE), através do Decreto n.4.959/98, com a finalidade de “proceder estudos e deliberar sobre assuntos que visem à promoção do equilíbrio Fiscal do Estado do Paraná” (PARANÁ, 1998a). É importante que haja um órgão que estude e delibere sobre o equilíbrio fiscal do Estado, porém um dos artigos desse decreto já fere a Constituição Federal no quesito ‘autonomia universitária’. O artigo 4º do Decreto n.4.959/98 enfatiza que compete ao Conselho, fundamentalmente:

- a) formular diretrizes, propor e praticar quaisquer atos necessários à adequação das despesas com pessoal da Administração Direta e da Indireta, inclusive das Instituições de Ensino Superior, aos limites legais;
- b) pronunciar-se sobre alterações na legislação de pessoal;
- c) deliberar sobre proposições ou lavratura de diplomas legais visando majorações remuneratórias dos servidores civis ou militares, ativos e inativos, criação e transformação de cargos, empregos e funções;
- d) manifestar-se sobre revisões, promoções ou acordos de natureza salarial e de caráter coletivo;
- e) examinar e aprovar propostas de criação e alteração de planos de cargos e salários e de quadros de pessoal estatutário e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho;
- f) pronunciar-se quanto à conveniência e oportunidade da extinção, ocupação ou vacância de cargos comissionados ou funções gratificadas;
- g) formular diretrizes e determinar medidas para aumentar a eficiência e reduzir os custos da atuação dos órgãos da Administração Direta e da Indireta, inclusive propondo a fusão, transformação ou extinção de órgãos e entidades;
- h) deliberar sobre a celebração de novos convênios e contratação de novas obras e serviços, bem como atos de aditamentos, inclusive prorrogações e suspensões de contrato e convênios em andamento;
- i) definir a programação das despesas de capital, investimentos e custeio no Estado, visando o equilíbrio das metas a serem atingidas;
- j) exercer outras atribuições e competências necessárias para a consecução dos objetivos do Conselho (PARANÁ, 1998a).

Tudo indica que o governador ‘não se deu conta’ de que, diferentemente de outros órgãos da administração direta e indireta, as universidades não poderiam ser atingidas pelas medidas do CRAFE, pois gozam de autonomia, inclusive de gestão financeira e administrativa, garantida constitucionalmente.

Após estabeleceu-se o Decreto n.4.960/98, de 16 de novembro de 1998, que tratava das normas para a contenção de despesas dos órgãos da administração direta e indireta do Estado e que submetia esses órgãos às regras determinadas pelo CRAFE. Esse decreto demonstrou claramente a intervenção inconstitucional do CRAFE em relação às universidades:

Art. 5º - Os convênios, locações e contratos de prestação de serviços deverão ser revistos de forma a se obter, nos exercícios de 1998 e 1999, uma redução de, no mínimo, 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento), respectivamente, do valor atual dos mesmos.

Art.7º: Fica vedada aos órgãos estaduais, a partir da publicação deste decreto, a prática dos seguintes atos:

- I- aquisição, locação ou arrendamento mercantil de veículos;
- II- locação ou assinatura de serviço móvel celular;
- III- locação de aeronaves, salvo para uso do Governador do Estado;
- IV- aquisição e locação de imóveis;
- V- aquisição, locação ou arrendamento mercantil de equipamentos de reprografia e de informática;
- VI- **abertura de concurso público ou realização de teste seletivo para admissão de pessoal, ainda que temporário;**
- VII- contratação de serviços técnicos profissionais especializados enquadrados no artigo 13 da Lei n.8.666, de 21 de junho de 1993;
- VIII- **autorização de afastamento de servidores ao exterior, que importe despesas ao Estado, em especial com: passagens, diárias, estadias, ajudas de custo, inscrições, reembolsos e outros gastos com deslocamentos;**
- IX- **autorização de afastamento de servidores dentro do território nacional, que importe despesas ao Estado, para participação em cursos, seminários, congressos, programas, palestras, elaboração de teses e dissertação, estágio técnico supervisionado, ou outras atividades de estudo; [...]** (PARANÁ, 1998b, grifo nosso).

A partir desses decretos, todas as viagens dos servidores, independente do motivo, poderia ser atividades do curso de mestrado, doutorado, pesquisa, apresentação de trabalho em outros órgãos ou em congressos internacionais, necessitava da autorização do CRAFE, não existia mais autonomia nem mesmo se as viagens fossem com recursos próprios e as universidades estavam impedidas de autorizar e custear qualquer despesa. Isso inviabilizou o funcionamento das universidades estaduais que, sem autonomia de gestão financeira e administrativa, deixaram de participar de vários eventos importantes, os quais poderiam ser somados à qualidade do ensino. A resposta do CRAFE em

relação à autorização de viagem normalmente demorava muito, na maioria das vezes não dava tempo de se adquirir a passagem com valor promocional.

É preciso lembrar que a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a LDB e os estatutos das universidades lhes garantem a autonomia de gestão financeira e patrimonial. Em relação a esse tipo de autonomia, Ranieri (1994, p.129-130) afirma:

A ação autônoma das universidades públicas no plano financeiro e patrimonial consiste, basicamente, no ato de gerir os recursos públicos (financeiros e patrimoniais) que são postos à sua disposição. [...] o que implica capacidade genérica de elaborar, executar e reestruturar orçamentos; constituir patrimônio e dele dispor.

De acordo com a autora, o Estado tem a obrigação constitucional de manter as universidades e isso justifica o valor a ser repassado.

[...] diante de tais obrigações é que se justifica o repasse de verbas públicas para as universidades estatais, repasse este que por seu fundamento não presume, nem admite, a idéia de ‘favor’ governamental, e nem a de contraprestação em nível ideológico. Uma vez repassados os recursos públicos às universidades, são estes por elas apropriados (sem perda da natureza pública específica) de modo a assegurar o acometimento das finalidades que visam suportar. Tais recursos, por intermédio dessa operação, tornam-se bens institucionais. É dentro desse contexto que a autonomia de gestão financeira e patrimonial mostra-se inquestionável (RANIERI, 1994, p.130).

Paralela a esses Decretos que instituíram o CRAFE e submeteram os órgãos estaduais às normas do mesmo, a SETI iniciou um processo de negociações com a APIESP com o objetivo de “conceder” autonomia às universidades e faculdades estaduais paranaenses. Desse processo de negociações, resultou a assinatura, em março de 1999, do “Termo de Autonomia”, que concedeu, provisoriamente, autonomia financeira às IEES.

Em março de 1999, o governo do Estado e as administrações superiores das IEES assinaram um Termo de Autonomia provisório para aquele ano. Em abril de 2000, o Termo foi renovado, provisoriamente, até o final daquele ano. O Termo de Autonomia foi celebrado entre o Governo e cada IEES individualmente, mas o conteúdo do Termo era o mesmo para todas as IEES. A única diferença era o montante de recursos destinado a cada instituição. No início do ano 1999, o Governo Estadual lançou documento onde tornou pública a sua intenção de “conceder”, por meio de Lei estadual, a “autonomia plena” às

universidades. [...] A “autonomia” concedida através desse Termo às IEES foi chamada de provisória, tendo em vista que teria vigência apenas para um ano. A implementação da autonomia definitiva, conforme informação veiculada pela SETI, deveria ocorrer a partir de 2001, após a aprovação de uma lei na Assembléia Legislativa. A SETI anunciou que enviaria à Assembléia Legislativa o projeto de lei, para regulamentar a autonomia plena das IEES paranaenses, até o dia 31 de outubro de 2000. A assinatura desse Termo de Autonomia abriu caminho para o aprofundamento da privatização do ensino superior em nosso Estado e o desfecho desse processo poderá ser a introdução do financiamento privado, como complemento ao financiamento estatal. Esse Termo estabeleceu que: os recursos a serem repassados representam parcela de responsabilidade do Estado na cobertura de todas as despesas com pessoal, encargos sociais, custeio e investimentos, ficando a cargo da instituição a complementação necessária para o desenvolvimento de suas atividades¹⁴. Com a assinatura do Termo de Autonomia, o Estado desobrigou-se, tacitamente, de sua responsabilidade de financiar integralmente as IEES. As administrações das universidades e das faculdades foram coniventes com o governo Lerner nesse processo e, ainda, equivocadamente, assumiram parcela de responsabilidade quanto ao financiamento das atividades a serem desenvolvidas nas universidades e faculdades públicas estaduais. [...] as administrações superiores, representadas pela APIESP, no processo de discussão e implementação do Termo de Autonomia, acabaram assumindo a tarefa de gerir as IEES e buscar a complementação de seus orçamentos por meio de recursos adicionais ao Tesouro do Estado. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrhfitg, no dia 18/03/99, comentando a assinatura do “Termo de Autonomia”, indicou aos reitores e diretores de IEES o caminho para conseguir esses recursos adicionais para complementar o orçamento das IEES: “A partir de agora [com a ‘autonomia’] as universidades e faculdades terão mais flexibilidade para buscar na própria comunidade recursos para novos investimentos¹⁵ (REIS, 2002, p. 267-268).

Para Reis (2002), o discurso – o qual foi muito divulgado – de que as universidades deveriam buscar novas fontes de recursos em função da crise fiscal do Estado origina-se das orientações do Banco Mundial.

Sendo assim, pode-se compreender que a política educacional

¹⁴ PARANÁ, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Termo de Autonomia, Curitiba, 1999. In: REIS, Luiz Fernando A autonomia universitária: de princípio fundante às orientações do Banco Mundial e sua relação com as reformas atuais do ensino superior no Brasil e no Estado do Paraná. Maringá/PR.

¹⁵ LERNER confirma autonomia para universidades estaduais. Jornal Hoje, Cascavel, 19 mar. 1999, p.7. In: REIS, Luiz Fernando A autonomia universitária: de princípio fundante às orientações do Banco Mundial e sua relação com as reformas atuais do ensino superior no Brasil e no Estado do Paraná. Maringá/PR.

paranaense, implementada no governo de Jaime Lerner, revelava “[...] a aparentemente infinita capacidade de renovação do liberalismo, que se perpetua como ‘base e diretriz’ da nossa educação” (XAVIER, 2000, p.8). Produzindo mudanças estrutural, funcional, cultural e pedagógica, as quais prejudicaram o desenvolvimento social.

Na transição de governo de Lerner para Requião, a mudança que houve foi na forma de governo, podendo-se chamar de centralismo do governo. O atual governo Roberto Requião vem demonstrando política contrária à autonomia das universidades estaduais do Paraná, pois, em julho de 2005, determinou, conforme Decreto n.5.098/05¹⁶, que os servidores das instituições estaduais de ensino superior ficariam impedidos de se afastar ao exterior sem apreciação do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com antecedência mínima de 30 dias. Roberto Requião atua centralizadamente em sua administração, no Estado do Paraná, e, ao invés de autonomia, o que existe aqui pode ser chamado de heteronomia direta. Para Ferreira (1993) heteronomia é a “condição de pessoa ou de grupo que receba de um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho à razão, **a lei a que se deve submeter**” Ou seja, a heteronomia é, assim, por contraposição à autonomia, com significado oposto.

No governo Requião se vive uma heteronomia direta e não via mercado. Apesar de as universidades continuarem com a prestação de serviço, submetendo-se ao mercado, o Estado vem aumentando o financiamento junto às instituições. Porém, ao invés de as instituições se submeterem diretamente à lógica do mercado, tem atendido em grande medida à agenda estatal, cumprindo com as exigências do Estado.

Algumas das alterações estruturais e institucionais foram paralisadas parcialmente pelo atual governo estadual Roberto Requião (2003-2009). Uma delas é o Projeto de Lei que pretendia transformar as IEES em Agências Sociais Autônomas; e a outra seria a não-formalização de novos empréstimos à educação junto aos organismos financeiros multilaterais. Essas alterações são pequenas

¹⁶ Esse decreto está suspenso devido a uma liminar concedida pela juíza titular da 2ª vara da Fazenda Pública de Curitiba e à orientação administrativa n.001/09 PRA-PGE.

diante de todo o aparato da reforma, e não se pode afirmar que isso seja um rompimento com a política de ajuste estrutural e setorial vigente no país e no Estado.

As reformas estruturais e setoriais¹⁷ implementadas expressaram o resultado teórico-ideológico que sustentou o direcionamento do neoliberalismo aqui instituído e adaptado aos interesses internos advindos dos interesses externos econômicos e políticos hegemônicos.

¹⁷ **Ajuste estrutural e setorial:** trata-se de um conjunto de condicionalidades econômicas, financeiras, políticas e ideológicas exigidas, propostas e requeridas pelas agências financeiras multilaterais, produzidas e ancoradas nas proposições dos países cênicos do capitalismo mundial: EUA, Itália, Alemanha, Inglaterra, Canadá, França e Japão. O ajustamento estrutural ganhou força sistêmica principalmente a partir do início dos anos 1980, período em que se agravou o endividamento externo dos países, particularmente dos países periféricos e endividados. Desse modo, o receituário de reformas condicionadas pelas instituições multilaterais (agentes destacados do capitalismo), como o Banco Mundial/BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, o FMI - Fundo Monetário Internacional e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que houvesse anuência para a formalização de empréstimos em qualquer área, passou a exigir um conjunto de reformas como a estatal, educacional, trabalhista, previdenciária, fiscal etc. verbete elaborado por Roberto Deitos (Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ajuste_estrutural_e_setorial.htm#_ftn1>. Acesso em: 28 maio 2009.

4 O FINANCIAMENTO DAS IEES PÚBLICAS PARANAENSES (1987-2007)

As políticas de ajuste fiscal do Estado brasileiro, na década de 1990, produziram um relativo afastamento do Estado no que se refere ao tradicional financiamento do Ensino Superior. A intenção foi a de incentivar as universidades públicas e os institutos de pesquisas a firmarem “contratos de gestão” e a buscarem recursos no mercado por meio de “parcerias” com o setor privado, aproximando essas instituições do modelo de empresas prestadoras de serviços que conduzem às novas formas de organização e gestão.

Esse tipo de políticas adotadas pelos governantes brasileiros levou à maior participação do setor privado na oferta de ensino superior. Cresceu muito o número de instituições privadas de ensino superior nos últimos anos. A partir dessa premissa, procurou-se pesquisar sobre O Ensino Superior no Estado do Paraná: financiamento e repercussões nas instituições públicas. Entre outros procedimentos, foram levantados os dados sobre a arrecadação do Estado do Paraná e os repasses para as universidades UEM e UEL no período de 1987 a 2007.

4.1 ARRECADAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E REPASSES PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM) E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

4.1.1 Arrecadação do Estado do Paraná

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 212, que os recursos mínimos anuais a serem repassados para o financiamento da educação brasileira, na esfera federal, estadual e municipal, não deveriam ser nunca menos que 18% para a União, 25% para os Estados, o Distrito Federal e os municípios, da receita arrecadada com impostos mais repasses.

Sendo assim, o volume mínimo de recursos estaduais que deveriam ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino seria sobre a arrecadação do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), ITCMD (Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos) taxas mais os repasses.

Os recursos referentes à arrecadação tributária do Estado do Paraná no período de 1987 a 2007 estão discriminados na tabela 1 e tecnicamente separados por categoria de impostos, incluindo-se as taxas.

Tabela 1: Receita tributária do Estado do Paraná (1987-2007)

ANO	ARRECADÇÃO COM RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ								
	ICMS	%	IPVA	%	ITCMD	%	AIR/ITBI/TAXAS	%	TOTAL ARRECADADO
1987	3.722.263.098,14	96,20	32.008.035,06	0,83	0	0	115.002.785,85	2,97	3.869.273.919,05
1988	3.016.747.246,74	96,35	23.730.333,87	0,76	0	0	90.561.176,02	2,89	3.131.038.756,63
1989	3.569.087.264,81	96,81	23.711.200,86	0,64	19.223.646,65	0,52	74.848.927,22	2,03	3.686.871.039,54
1990	3.522.593.423,40	96,06	39.096.725,92	1,07	15.947.991,66	0,43	89.499.490,93	2,44	3.667.137.631,91
1991	3.032.736.748,19	96,15	32.231.289,09	1,02	13.909.263,41	0,44	75.166.415,33	2,38	3.154.043.716,02
1992	2.942.062.239,49	94,22	85.153.817,02	2,73	12.658.626,10	0,41	82.789.013,82	2,65	3.122.663.696,42
1993	2.890.462.757,80	93,55	157.543.372,51	5,10	15.004.864,57	0,49	26.743.632,90	0,87	3.089.754.627,79
1994	4.138.819.682,13	95,99	133.355.430,57	3,09	22.713.900,26	0,53	16.608.247,97	0,39	4.311.497.260,93
1995	4.383.654.095,53	95,85	143.745.469,01	3,14	25.748.119,68	0,56	20.542.127,90	0,45	4.573.689.812,12
1996	4.310.122.042,60	94,91	187.352.879,77	4,13	28.075.781,00	0,62	15.802.488,83	0,35	4.541.353.192,19
1997	4.010.199.639,34	94,13	199.616.381,01	4,69	33.342.084,79	0,78	17.203.554,65	0,40	4.260.361.659,79
1998	3.963.507.494,60	93,72	220.459.784,16	5,21	33.060.595,10	0,78	12.127.225,97	0,29	4.229.155.099,83
1999	4.478.307.554,19	94,34	223.359.241,93	4,71	36.758.883,42	0,77	8.468.023,71	0,18	4.746.893.703,26
2000	5.248.335.920,83	94,36	266.381.962,62	4,79	39.112.325,47	0,70	8.403.159,27	0,15	5.562.233.368,19
2001	7.577.411.814,19	92,91	525.583.957,12	6,44	43.713.916,02	0,54	8.908.042,91	0,11	8.155.617.730,24
2002	8.023.332.666,27	88,69	571.687.831,51	6,32	47.362.157,26	0,52	403.781.109,48	4,46	9.046.163.764,53
2003	8.408.449.099,42	88,94	578.938.266,86	6,12	57.698.344,35	0,61	409.364.062,88	4,33	9.454.449.773,51
2004	9.141.394.498,89	88,74	622.081.707,69	6,04	65.192.773,00	0,63	472.442.209,31	4,59	10.301.111.188,90
2005	9.590.438.524,54	88,39	694.119.101,28	6,40	58.263.483,17	0,54	507.821.370,92	4,68	10.850.642.479,91
2006	9.756.668.419,34	87,59	779.230.876,19	7,00	66.434.177,82	0,60	536.223.025,84	4,81	11.138.556.499,19
2007	10.251.009.405,41	86,27	910.557.888,05	7,66	76.972.978,03	0,65	644.029.428,46	5,42	11.882.569.699,95

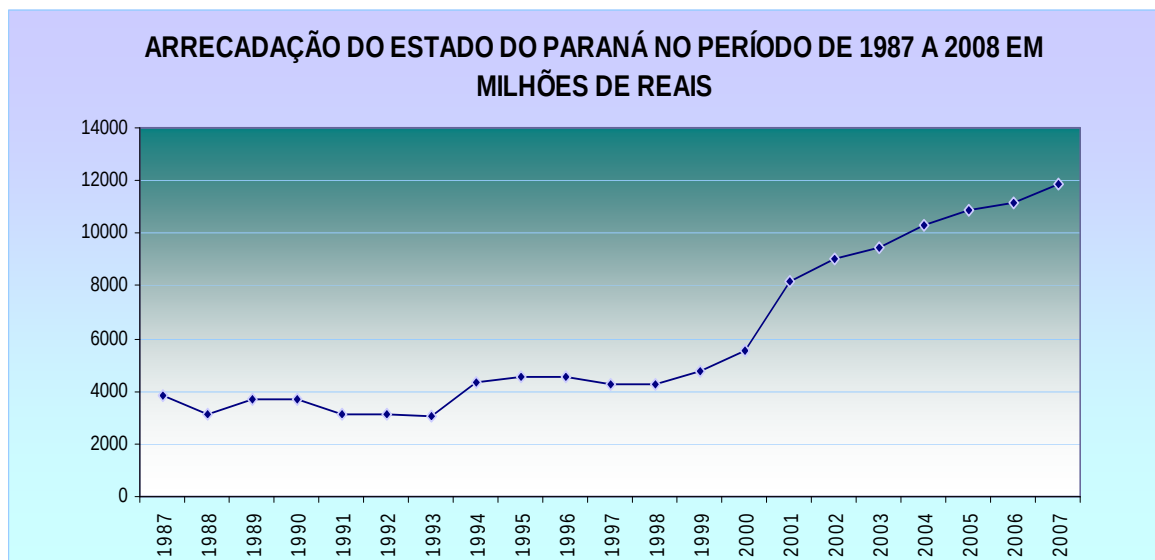
Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná – SEFA.

Nota-se que o ICMS é o imposto que tem o valor de arrecadação maior em relação à receita tributária, variando em 10 pontos percentuais no período de 1987 a 2007 do total arrecadado com impostos. No período analisado, com exceção do período de 1988 a 1993, devido a altas taxas de inflação que

desvalorizaram a moeda brasileira, a arrecadação teve um aumento gradativo, como podemos visualizar melhor no Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução das Receitas Tributárias do Estado do Paraná, em relação ao ano de 1987



Entretanto, no período de 1988 a 1993, houve queda na arrecadação, relacionada com o período de instabilidade financeira, pois o alto índice de inflação do período se encarregava de desvalorizar a moeda. Nesse período, houve várias tentativas de se vencer a inflação por parte dos governos e foram criados diversos planos anti-inflacionários: Bresser (1987), Verão (1989), Collor (1990) e Collor II (1991), todos com efeitos cada vez menos duradouros. Toda essa instabilidade financeira causou redução gradativa do financiamento das instituições de ensino superior por parte do Estado, uma vez que se acreditava que o Estado deveria passar por uma reforma nesse nível de ensino.

Para Altoé (2007), nas décadas de 1980 e 1990, a educação superior pública no Brasil enfrentou redução gradativa de seu financiamento por parte do Estado. Essa redução tornou-se o ponto fundamental da reforma desse nível de ensino. A desobrigação gradativa do Estado com a manutenção do sistema público de educação superior começou num período em que o mundo capitalista, passou a sofrer importante recessão, associada às elevadas taxas de inflação e significativa queda da produtividade.

Após terem sido pesquisados os dados da arrecadação com os impostos no Estado do Paraná, foram levantados dados financeiros e de produção da

Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina.

4.1.2 Universidade Estadual de Maringá

A Universidade Estadual de Maringá¹ foi criada em 1970 com a junção de faculdades estaduais, como a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, a Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966. No conjunto, essas faculdades ofereciam um total de sete cursos: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências do 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas. A UEM obteve seu reconhecimento em 1976. No final da década de 1980, foram implantados os dois primeiros cursos de mestrado. Atualmente, essa universidade oferece 52 cursos de graduação, 93 de especialização, 28 de mestrado e 12 de doutorado.

As instalações gerais da UEM incluem os terrenos e as áreas construídas em Maringá-Campus Sede; o Programa Interdisciplinar de Pesquisas Aplicadas à Agricultura; a Fazenda Experimental de Iguatemi; o Centro de Pesquisa em Aquicultura de Floriano; a Base Avançada do Nupélia, em Porto Rico, e os Campus de Cianorte, Goioerê, do Arenito, em Cidade Gaúcha, do Noroeste (Colégio e Fazenda), em Diamante do Norte, e o de Umuarama, incluindo a Sede, o Sesi e a Fazenda. A área total do terreno é de 6.344.212,17m², a área total construída é de 230.032,51m² e, em construção, de 49.788,18m².

Os servidores da UEM somam-se num total de 4.157, sendo 1.482 docentes e 2.675 técnicos administrativos. O número de acadêmicos matriculados em 2008 na graduação foi de 17.063, na especialização: 2.161, no mestrado: 950, no doutorado: 350. Além desses cursos de educação superior, há o curso Técnico em Música com 49 alunos, o curso Técnico Agrícola em Diamante do Norte: 226 alunos, o curso de línguas estrangeiras 1.173 alunos e educação básica entre Creche e o CAP (Colégio de Aplicação Pedagógica) 1.173 alunos.

¹ FOLDER, 2008.

A UEM em 2008 apresenta 42 convênios internacionais em vigência, nove celebrados e 35 em negociação, cujas atividades são desenvolvidas pelo ECI – Escritório de Cooperação Internacional, através do qual são efetuados também intercâmbios internacionais.

São prestados serviços à comunidade por intermédio dos: SAJ – Serviço de Assistência Judiciária, Pró-egresso (Pena de Prestação de Serviço), Núcleo de Psicologia Aplicada, convênio UEM/DETRAN e CSD – Coordenadoria de Serviços e Desenvolvimento Regional. Além desses serviços, a UEM possui um complexo de Saúde que envolve o HUM – Hospital Universitário de Maringá, o LEPAC – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas, o Hemocentro, a Clínica Odontológica e a UPA – Unidade de Psicologia Aplicada.

A UEM é financiada parcialmente pelo governo do Estado do Paraná, aproximadamente 80% dos recursos provêm do tesouro, que se destinam ao pagamento da folha de pessoal e custeio, e o restante está ligado à prestação de serviço e à arrecadação junto aos órgãos federais, estaduais e privados, através de convênios para pesquisa e desenvolvimento.

As análises se concentraram no repasse do Estado do Paraná, segundo as receitas correntes, tendo em vista que estas são para manutenção das instituições (custeio) e pagamento do pessoal. Além das receitas correntes, têm-se as receitas de capital, porém esta categoria é para formação do patrimônio.

Na Tabela 2 estão evidenciadas a evolução dos valores repassados à UEM pelo Estado do Paraná e a evolução dos valores arrecadados pelo Estado com ICMS.

Tabela 2: Recursos da Universidade Estadual de Maringá em relação ao ICMS (1987-2007)

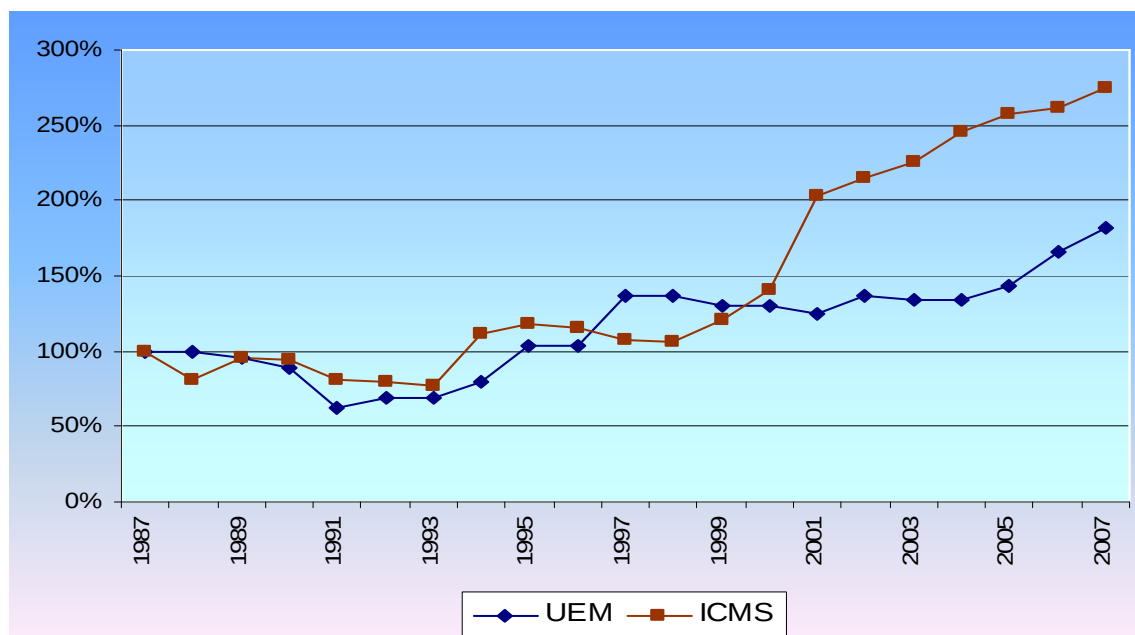
ANO	ICMS	UEM RECURSOS CORRENTES	% RELAÇÃO AO ICMS	% UEM - RELAÇÃO AO ANO 1987	% ICMS RELAÇÃO 1987
1987	3.722.263.098,14	106.641.909,61	2,86%	100%	100%
1988	3.016.747.246,74	106.293.940,00	3,52%	99,67%	81,05%
1989	3.569.087.264,81	102.094.187,02	2,86%	95,74%	95,88%
1990	3.522.593.423,40	95.094.252,12	2,70%	89,17%	94,64%
1991	3.032.736.748,19	67.120.668,43	2,21%	62,94%	81,48%
1992	2.942.062.239,49	73.491.626,32	2,50%	68,91%	79,04%
1993	2.890.462.757,80	73.349.424,34	2,54%	68,78%	77,65%
1994	4.138.819.682,13	85.272.004,04	2,06%	79,96%	111,19%
1995	4.383.654.095,53	109.736.903,45	2,50%	102,90%	117,77%
1996	4.310.122.042,60	109.926.743,96	2,55%	103,08%	115,79%
1997	4.010.199.639,34	145.190.734,44	3,62%	136,15%	107,74%
1998	3.963.507.494,60	145.249.709,09	3,66%	136,20%	106,48%
1999	4.478.307.554,19	138.918.052,67	3,10%	130,27%	120,31%
2000	5.248.335.920,83	138.729.361,31	2,64%	130,09%	141,00%
2001	7.577.411.814,19	132.367.374,67	1,75%	124,12%	203,57%
2002	8.023.332.666,27	146.098.293,64	1,82%	137,00%	215,55%
2003	8.408.449.099,42	142.541.632,80	1,70%	133,66%	225,90%
2004	9.141.394.498,89	142.450.095,49	1,56%	133,58%	245,59%
2005	9.590.438.524,54	152.929.824,80	1,59%	143,40%	257,65%
2006	9.756.668.419,34	177.102.807,13	1,82%	166,07%	262,12%
2007	10.251.009.405,41	194.271.936,68	1,90%	182,17%	275,40%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Pode-se perceber que o valor repassado à UEM, no período de 1987 a 2000, oscilou de 2,86% a 1,90%, atingindo, em 1994, o índice de 2,06% e, em 1998, o índice de 3,66% do valor arrecadado com ICMS, devido à implantação da carreira técnica administrativa. A partir de 1999, a tendência foi redução gradativa, chegando-se a um patamar de 1,90% do valor arrecadado com ICMS.

Para que se possa visualizar melhor a comparação da evolução da arrecadação do Estado do Paraná com ICMS e dos recursos repassados à UEM pelo Estado do Paraná, no período de 1987 a 2007, segue o gráfico 2 onde evidencia a oscilação do período.

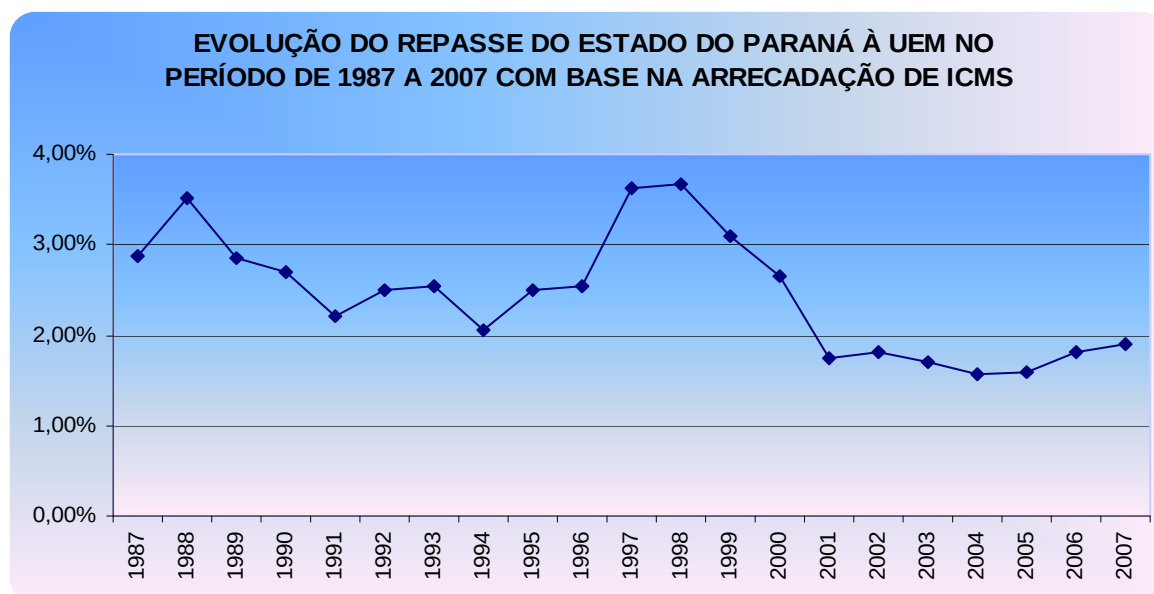
Gráfico 2: Comparação da evolução do valor arrecadado com ICMS pelo Estado do Paraná e o repasse à UEM no período de 1987 a 2007



Diante do Gráfico 2, pode-se perceber que, embora a arrecadação com ICMS no Estado do Paraná teve um aumento gradativo, os repasses para a UEM não acompanharam tal aumento. Enquanto no Estado do Paraná houve crescimento de 275% aproximadamente, na UEM o índice ficou na casa de 182%. Isso vem reforçar a política implementada no Estado do Paraná de redução do financiamento do ensino superior.

No Gráfico 3 é demonstrado a oscilação dos repasses em comparação ao ICMS no período de 1987 a 2000 e a tendência da redução nos anos subsequentes até 2007.

Gráfico 3: Evolução do valor repassado à UEM no período de 1987 a 2007



No Gráfico 3, pode-se observar que, nos anos de 1997 e 1998, o valor repassado aumentou de 2,65% para 3,62% em 1997 e 3,66% em 1998. Esse fato deve-se à implantação de novas carreiras dos docentes e técnicos administrativos, aumentando-se a folha de pessoal. Após esse período, nos anos subsequentes os recursos foram gradativamente diminuindo, chegando a 1,9% da arrecadação de ICMS do Estado do Paraná.

Na sequência, tem-se a Tabela 3 que evidencia os recursos totais da UEM no período de 1987 a 2007, com exceção do MCO², separados entre recursos próprios – arrecadados pela Universidade através de prestação de serviço; recursos com convênios – recebidos de órgãos externos, federal, estadual e privados e recursos repassados pelo Estado do Paraná, aos quais denomina-se de recursos do tesouro.

² Movimentação de crédito orçamentário – recursos de um órgão da administração pública estadual, que através de convênios, disponibilizam seu orçamento para o órgão conveniente.

Tabela 3: Recursos Totais sem MCO – UEM (1987-2007)

ANO	RECURSOS PRÓPRIOS		CONVÊNIOS		RECURSOS TESOUREIRO		TOTAL ARRECADADO	
1987	8.700.390,71	6,92	10.373.837,52	8,25	106.641.909,61	84,83	125.716.137,85	100%
1988	13.111.020,88	9,96	9.558.897,64	7,26	108.962.487,17	82,78	131.632.405,69	100%
1989	21.347.782,82	16,04	7.901.978,53	5,94	103.809.240,71	78,02	133.059.002,05	100%
1990	9.049.104,92	8,15	5.634.822,88	5,08	96.321.645,99	86,77	111.005.573,78	100%
1991	9.415.163,24	11,66	3.865.272,94	4,79	67.485.108,14	83,56	80.765.544,32	100%
1992	12.274.816,44	13,95	2.235.234,20	2,54	73.491.626,32	83,51	88.001.676,96	100%
1993	15.245.161,30	15,60	8.351.043,83	8,55	74.115.910,24	75,85	97.712.115,37	100%
1994	11.507.981,42	10,96	7.399.067,05	7,04	86.130.657,33	82,00	105.037.705,80	100%
1995	10.762.486,50	8,46	6.736.769,74	5,29	109.736.903,45	86,25	127.236.159,70	100%
1996	9.655.662,54	7,44	10.111.577,60	7,79	110.009.520,32	84,77	129.776.760,46	100%
1997	12.216.521,41	7,14	13.135.773,24	7,68	145.655.691,04	85,17	171.007.985,69	100%
1998	12.215.599,90	7,10	14.477.246,23	8,41	145.383.011,64	84,49	172.075.857,78	100%
1999	12.955.159,87	7,82	13.821.578,76	8,34	138.918.052,67	83,84	165.694.791,30	100%
2000	15.006.821,98	8,97	13.530.409,87	8,09	138.729.361,31	82,94	167.266.593,17	100%
2001	18.336.399,94	11,44	9.586.836,40	5,98	132.367.374,67	82,58	160.290.611,01	100%
2002	18.937.498,25	10,58	8.273.923,05	4,62	151.849.072,59	84,80	179.060.493,89	100%
2003	22.869.232,42	13,21	7.697.359,20	4,45	142.541.632,80	82,34	173.108.224,43	100%
2004	24.627.436,34	13,74	11.273.264,42	6,29	143.314.980,55	79,97	179.215.681,32	100%
2005	29.583.684,82	15,44	9.044.460,42	4,72	152.929.824,80	79,83	191.557.970,04	100%
2006	31.822.182,47	14,66	8.169.164,05	3,76	177.102.807,13	81,58	217.094.153,66	100%
2007	33.690.243,24	14,28	7.919.505,20	3,36	194.271.936,68	82,36	235.881.685,12	100%

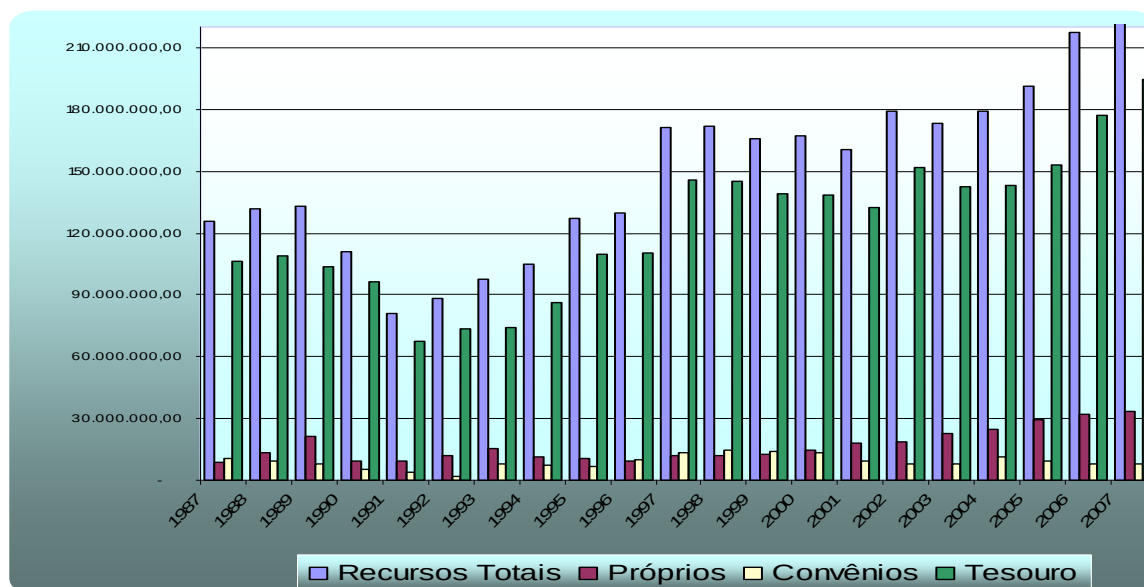
Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Diante da Tabela 3, percebe-se que o valor dos recursos próprios até 1996 é bastante inconstante e que, após esse período, existe um crescimento gradativo em função da Lei n.11.500/96, que regulamenta sobre a prestação de serviço das IEES paranaenses prestados à comunidade. Esses recursos alteraram de 7,44% em 1996 a 14,28% em 2007. Já os recursos com convênios oscilaram de 8,25% em 1987 para 3,36% em 2007 e os do tesouro tiveram queda de 2,47% aproximadamente, considerando-se os anos de 1987 e 2007, respectivamente.

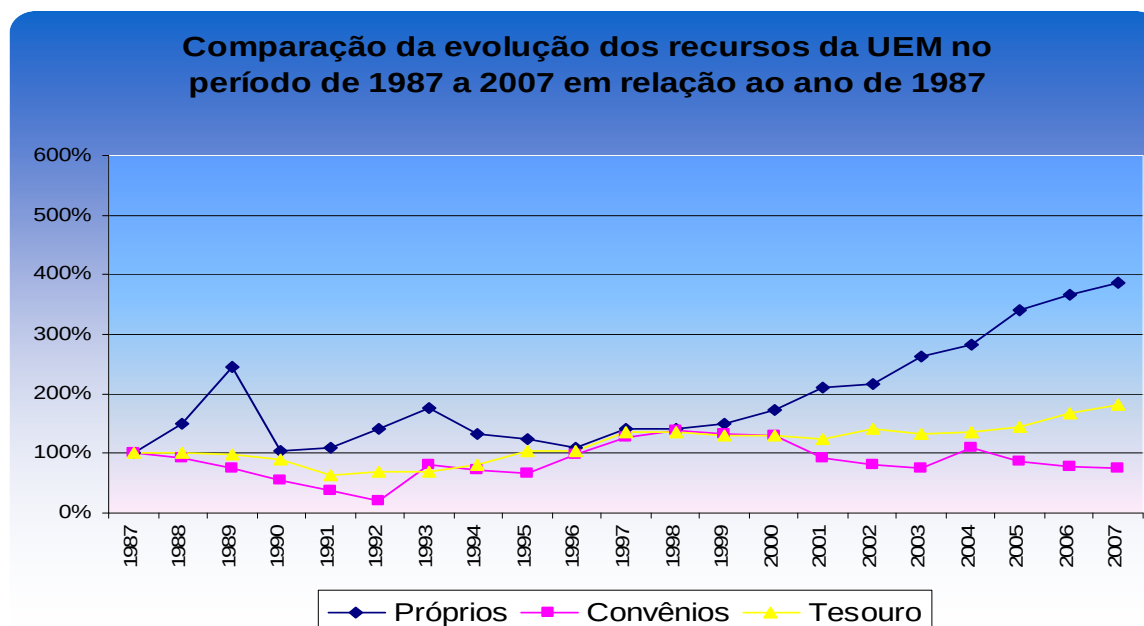
Para se obter uma visualização mais clara da evolução dos recursos próprios e convênios, segue o Gráfico 4, o qual demonstra os recursos totais da UEM por diferentes fontes de recursos, com exceção dos recursos com MCO (recursos próprios, recursos de convênio e recursos do tesouro), no período compreendido entre 1987 e 2007.

Gráfico 4: Recursos totais da UEM por fontes de recursos, no período de 1987 a 2007.



Com o Gráfico 4 o aumento dos recursos próprios e, ainda, a oscilação com os recursos dos convênios, os quais dependem de órgãos externos (estadual, federal e privado) dispostos a financiar as instituições no que tange à pesquisa e ao desenvolvimento, é de fácil visualização. Diante dessas informações, achou-se necessário demonstrar, com o Gráfico 5, uma comparação da evolução dos recursos mencionados acima, no período já referido.

Gráfico 5: Comparação da evolução dos recursos da UEM nos anos de 1987-2007



Percebe-se claramente que os recursos próprios tiveram crescimento gradativo, chegando a um patamar de 287%, enquanto que os repasses do tesouro continuaram na casa dos 82%. Como comentado acima, com a eleição de Jaime Lerner, em 1994, foram introduzidas às primeiras medidas para reformar o ensino superior, sendo a 1ª a regulamentação para as IES paranaenses de prestar serviço à comunidade, através da Lei n.11.500/96, isso colaborou no aumento da prestação de serviço nas instituições de ensino superior no Estado do Paraná.

Na Tabela 4 abaixo, têm-se os recursos corrente e capital da UEM, no período estudado. Evidenciando que os recursos correntes perfazem a maior fatia, oscilando de 95% a 99% do total. Isso deve-se à sua finalidade que é manter as instituições. Esses montantes são destinados à folha de pessoal e ao custeio, o restante refere-se aos recursos com capital, os quais são destinados ao investimento do patrimônio que gira em torno de 0,5% a 4%.

Tabela 4: Recursos Correntes e de Capital da UEM incluindo MCO (1987-2007)

ANO	RECURSOS CORRENTES	% DOS RECURSOS TOTAIS	RECURSOS COM CAPITAL	% DOS RECURSOS TOTAIS	TOTAL DOS RECURSOS	%	% EVOLUÇÃO RECURSOS CORRENTES	% EVOLUÇÃO RECURSOS CAPITAL
1987	123.739.787,77	98,43	1.976.350,08	1,57	125.716.137,85	100	100	100
1988	126.236.454,73	95,90	5.395.950,96	4,10	131.632.405,69	100	102,02	273,03
1989	129.110.666,58	97,03	3.948.335,48	2,97	133.059.002,06	100	104,34	199,78
1990	107.275.188,10	96,64	3.730.385,68	3,36	111.005.573,78	100	86,69	188,75
1991	79.370.513,96	98,27	1.395.030,36	1,73	80.765.544,32	100	64,14	70,59
1992	87.064.397,35	98,93	937.279,60	1,07	88.001.676,95	100	70,36	47,42
1993	93.422.732,04	95,61	4.289.383,33	4,39	97.712.115,37	100	75,50	217,04
1994	103.150.175,58	98,20	1.887.530,22	1,80	105.037.705,80	100	83,36	95,51
1995	126.459.743,27	99,39	776.416,43	0,61	127.236.159,70	100	102,20	39,29
1996	128.802.877,92	99,25	973.882,54	0,75	129.776.760,46	100	104,09	49,28
1997	169.393.637,52	99,06	1.614.348,17	0,94	171.007.985,69	100	136,90	81,68
1998	170.687.956,75	99,19	1.387.901,02	0,81	172.075.857,77	100	137,94	70,23
1999	164.493.338,48	99,52	796.654,44	0,48	165.289.992,92	100	132,93	40,31
2000	165.079.830,72	98,83	1.954.484,94	1,17	167.034.315,66	100	133,41	98,89
2001	157.580.439,25	98,31	2.710.171,76	1,69	160.290.611,01	100	127,35	137,13
2002	170.539.135,62	95,24	8.521.358,28	4,76	179.060.493,90	100	137,82	431,17
2003	171.447.161,49	99,04	1.661.062,94	0,96	173.108.224,43	100	138,55	84,05
2004	175.716.237,58	96,32	6.716.847,63	3,68	182.433.085,21	100	142,00	339,86
2005	189.498.220,46	97,47	4.927.326,98	2,53	194.425.547,44	100	153,14	249,31
2006	215.311.386,23	96,54	7.723.764,12	3,46	223.035.150,35	100	174,00	390,81
2007	234.687.158,51	96,49	8.527.187,65	3,51	243.214.346,16	100	189,66	431,46

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Os recursos correntes atingiram 99,5% em 1999 dos recursos totais da UEM, a média do período ficou em 97,8%, enquanto que os recursos com capital chegaram a, no máximo, 4,76% em 2002 e a sua média foi de 2,2%.

Se observar a evolução desses recursos percebe-se que o crescimento dos recursos correntes foi de 2% em 1988 para 89% em 2007, enquanto que os recursos com capital têm grandes oscilações, chegando ao máximo de 331% em 2002 e 2007.

Para melhor visualização do comportamento desses recursos achou-se necessário incluir os Gráficos 6, que compara os recursos em valores reais, e 7, que demonstra a evolução dos mesmos em comparação com o ano de 1987.

Gráfico 6: Comparação entre os recursos correntes e de capital da UEM no período de 1987-2007

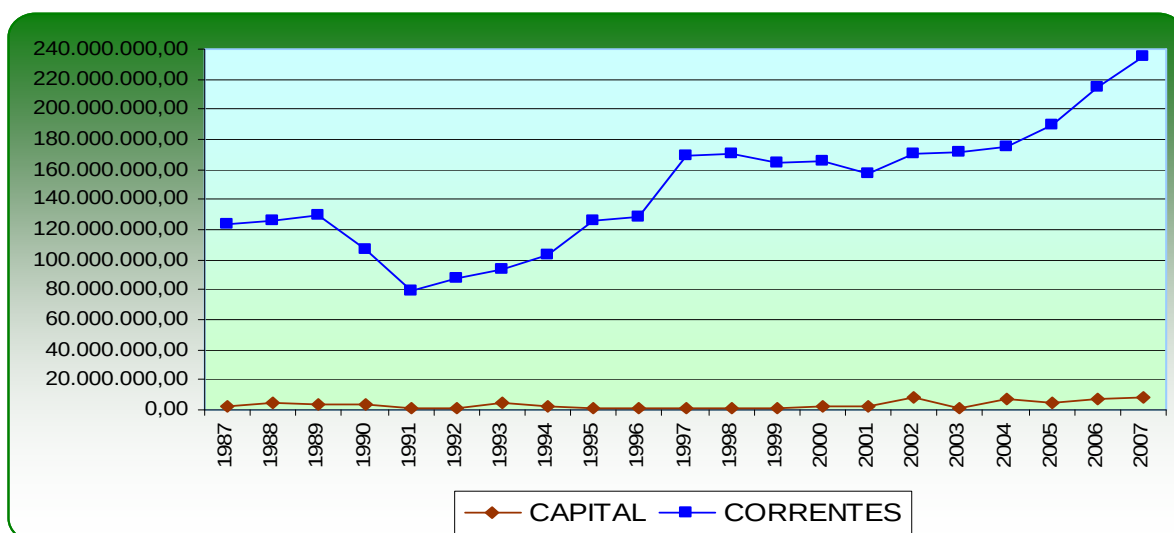
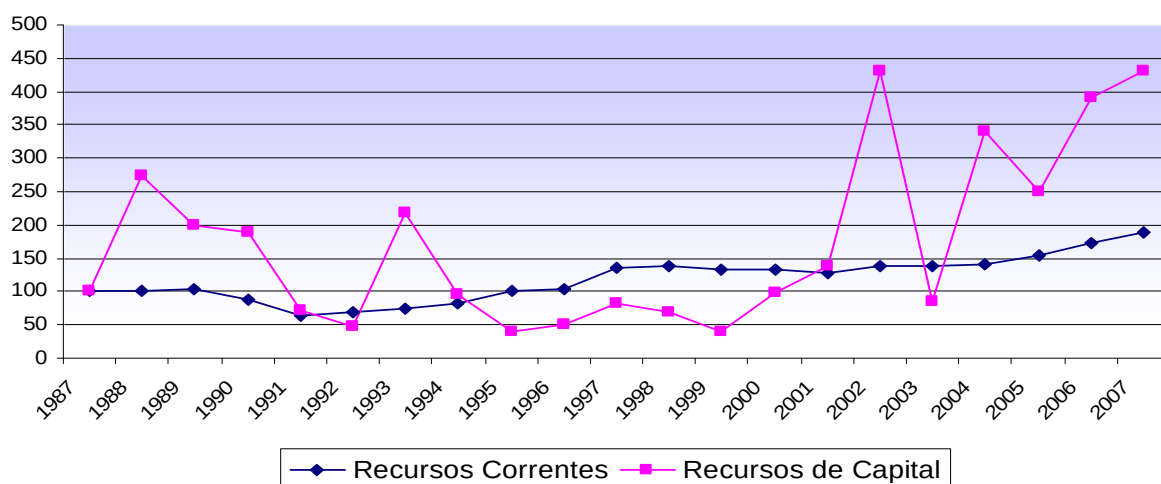


Gráfico 7: Evolução dos Recursos Correntes e Recursos de Capital em relação ao ano de 1987



Seguindo, têm-se os recursos correntes separados por fontes e a sua representação em relação ao valor total dos recursos, representado pela Tabela 5.

Tabela 5: Recursos Correntes da UEM por fontes (1987-2007)

RECURSOS CORRENTES										
ANO	RECURSOS PRÓPRIOS		CONVÊNIOS		RECURSOS DO TESOUREIRO		MCO		TOTAL DOS RECURSOS	
1987	8.689.439,55	7,02%	8.408.438,60	6,80%	106.641.909,61	86,18%			123.739.787,77	100%
1988	13.111.020,88	10,39%	6.831.493,84	5,41%	106.293.940,00	84,20%			126.236.454,73	100%
1989	21.347.564,03	16,53%	5.668.915,53	4,39%	102.094.187,02	79,07%			129.110.666,58	100%
1990	9.049.104,92	8,44%	3.131.831,06	2,92%	95.094.252,12	88,65%			107.275.188,10	100%
1991	9.394.284,40	11,84%	2.855.561,14	3,60%	67.120.668,43	84,57%			79.370.513,96	100%
1992	12.229.480,48	14,05%	1.343.290,55	1,54%	73.491.626,32	84,41%			87.064.397,35	100%
1993	15.245.161,30	16,32%	4.828.146,40	5,17%	73.349.424,34	78,51%			93.422.732,04	100%
1994	11.507.981,42	11,16%	6.370.190,13	6,18%	85.272.004,04	82,67%			103.150.175,58	100%
1995	10.762.486,50	8,51%	5.960.353,32	4,71%	109.736.903,45	86,78%			126.459.743,27	100%
1996	9.655.662,54	7,50%	9.220.471,42	7,16%	109.926.743,96	85,34%			128.802.877,92	100%
1997	12.216.521,41	7,21%	11.986.381,67	7,08%	145.190.734,44	85,71%			169.393.637,52	100%
1998	12.215.599,90	7,16%	13.222.647,76	7,75%	145.249.709,09	85,10%			170.687.956,75	100%
1999	12.955.159,87	7,88%	12.620.125,94	7,67%	138.918.052,67	84,45%			164.493.338,48	100%
2000	15.006.821,98	9,09%	11.343.647,42	6,87%	138.729.361,31	84,04%			165.079.830,72	100%
2001	18.336.399,94	11,64%	6.876.664,65	4,36%	132.367.374,67	84,00%			157.580.439,25	100%
2002	18.937.498,25	11,10%	5.503.343,72	3,23%	146.098.293,64	85,67%			170.539.135,62	100%
2003	22.840.172,92	13,32%	6.065.355,77	3,54%	142.541.632,80	83,14%			171.447.161,49	100%
2004	24.627.436,34	14,02%	6.395.637,02	3,64%	142.450.095,49	81,07%	2.243.068,72	1,28%	175.716.237,58	100%
2005	29.583.684,82	15,61%	4.538.102,62	2,39%	152.929.824,80	80,70%	2.446.608,21	1,29%	189.498.220,46	100%
2006	31.822.182,47	14,78%	4.919.165,68	2,28%	177.102.807,13	82,25%	1.467.230,95	0,68%	215.311.386,23	100%
2007	33.690.243,24	14,36%	4.414.321,28	1,88%	194.271.936,68	82,78%	2.310.657,31	0,98%	234.687.158,51	100%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Como já foi mencionado anteriormente, os recursos próprios têm aumentado ano a ano, enquanto que os recursos do tesouro diminuem, isso comparado ao valor arrecadado pelo Estado com ICMS. Diante dessas evidências, percebe-se uma política de afastamento do financiamento do Estado, havendo o incentivo de se buscar recursos junto às outras fontes. Para tanto, são firmados entre a Universidade Estadual de Maringá e órgãos públicos e privados convênios para realização de atividade de interesse comum entre as partes, sendo esses convênios realizados com órgãos federais, estaduais, municipais e privados.

Seguem a Tabela 6, que detalha os recursos correntes de convênios separados por fontes, e o Gráfico 8 onde fica mais fácil a visualização dos recursos com convênios e suas respectivas fontes.

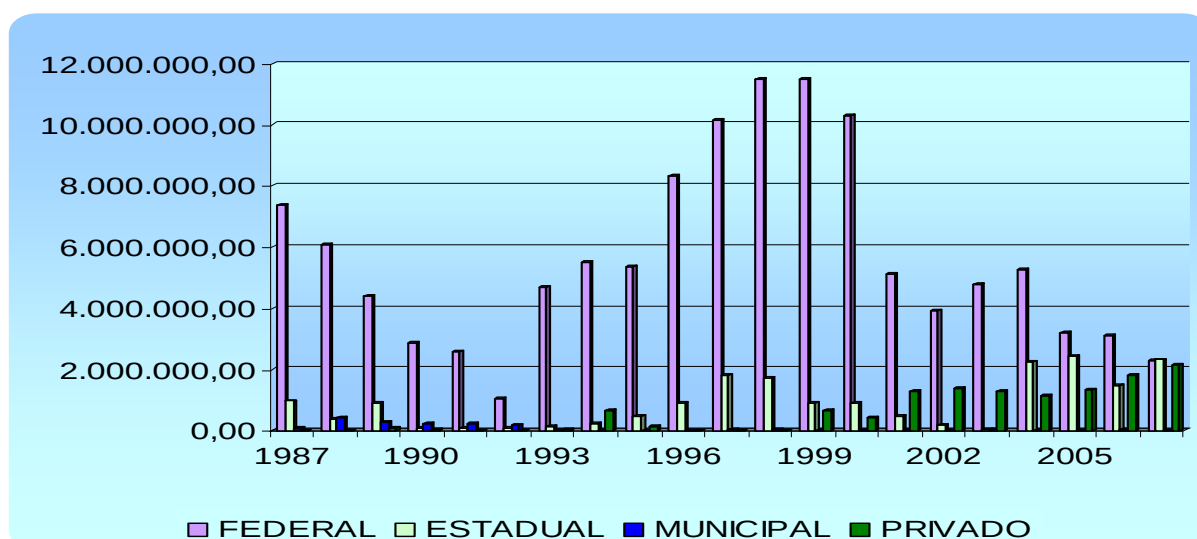
Tabela 6: Recursos correntes com convênios, separados por fontes UEM (1987-2007)

ANOS	RECEITAS CORRENTES									
	RECURSOS COM CONVÊNIOS									
	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PRIVADO	%	TOTAL	%
1987	7.346.140,34	87,37%	969.341,55	11,53%	92.956,71	1,11%	0	0,00%	8.408.438,60	100%
1988	6.050.591,29	88,57%	376.351,09	5,51%	396.212,32	5,80%	8.339,15	0,12%	6.831.493,85	100%
1989	4.397.081,76	77,56%	908.107,92	16,02%	268.267,21	4,73%	95.458,63	1,68%	5.668.915,52	100%
1990	2.842.564,66	90,76%	59.731,04	1,91%	213.753,62	6,83%	15.781,75	0,50%	3.131.831,07	100%
1991	2.579.307,00	90,33%	60.894,32	2,13%	215.359,82	7,54%	0	0,00%	2.855.561,14	100%
1992	1.055.980,28	78,61%	86.375,19	6,43%	200.935,09	14,96%	0	0,00%	1.343.290,56	100%
1993	4.662.984,52	96,58%	152.049,54	3,15%	0	0,00%	13.112,34	0,27%	4.828.146,40	100%
1994	5.497.756,23	86,30%	210.804,60	3,31%	0	0,00%	661.629,30	10,39%	6.370.190,13	100%
1995	5.367.784,86	90,06%	468.276,35	7,86%	0	0,00%	124.292,11	2,09%	5.960.353,32	100%
1996	8.322.907,69	90,27%	891.469,32	9,67%	0	0,00%	6.094,41	0,07%	9.220.471,42	100%
1997	10.139.755,81	84,59%	1.820.906,01	15,19%	25.719,85	0,21%	0	0,00%	11.986.381,67	100%
1998	11.475.166,93	86,78%	1.695.541,36	12,82%	51.939,47	0,39%	0	0,00%	13.222.647,76	100%
1999	11.493.158,53	88,24%	887.876,09	6,82%	0	0,00%	643.889,70	4,94%	13.024.924,32	100%
2000	10.275.857,53	88,77%	900.397,98	7,78%	0	0,00%	399.669,42	3,45%	11.575.924,93	100%
2001	5.104.673,90	74,23%	476.790,50	6,93%	0	0,00%	1.295.200,25	18,83%	6.876.664,65	100%
2002	3.907.940,07	71,01%	198.614,35	3,61%	0	0,00%	1.396.789,30	25,38%	5.503.343,72	100%
2003	4.759.170,16	78,46%	11.769,88	0,19%	18.882,17	0,31%	1.275.533,56	21,03%	6.065.355,77	100%
2004	5.261.357,03	60,90%	2.243.068,72	25,97%	3.531,23	0,04%	1.130.748,75	13,09%	8.638.705,73	100%
2005	3.182.427,83	45,56%	2.446.608,21	35,03%	4.405,84	0,06%	1.351.268,96	19,35%	6.984.710,84	100%
2006	3.086.654,22	48,33%	1.467.230,95	22,97%	32.080,65	0,50%	1.800.430,81	28,19%	6.386.396,63	100%
2007	2.287.546,66	34,02%	2.310.657,31	34,36%	0	0,00%	2.126.774,62	31,63%	6.724.978,59	100%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Gráfico 8: Recursos correntes com convênios por fontes no período de 1987-2007



Diante da Tabela 6 e do Gráfico 8 se percebe que são os órgãos federais que financiam a maior parte dos convênios, ou seja, em média aproximadamente 83% dos recursos com convênios provêm de órgãos federais. Atualmente a UEM tem convênios com os órgãos federais: Ministério da Educação (CAPES, INEP, FNDE e SESU), Ministério de Ciência e Tecnologia (FINEP, CNPQ), Ministério da Saúde (FNS, FDNS, OPAS, OMS), Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente e Combate à Fome; órgãos estaduais: Fundação Araucária e diversos órgãos privados.

Quando se analisam os recursos totais da UEM, o valor com o convênio representa uma pequena fatia, porém se deduzir o valor da folha de pagamento, pode-se ter uma visão mais clara da representatividade dos recursos próprios e com convênios. A Tabela 7 evidencia os valores com os recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento no período de 1987 a 2007.

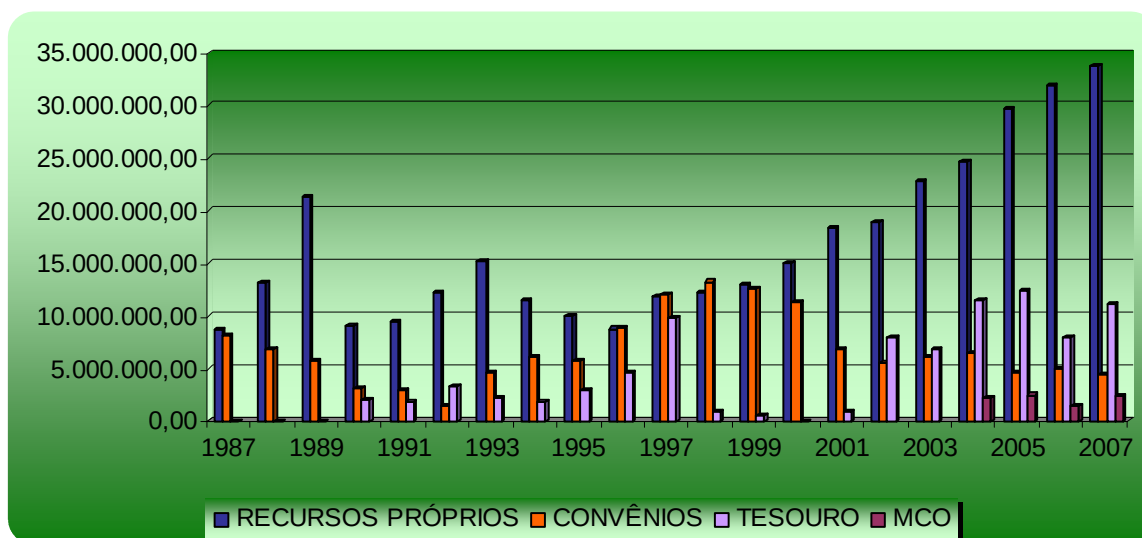
Tabela 7: Recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento (1987-2007)

RECURSOS CORRENTES										
ANOS	RECURSOS PRÓPRIOS	%	CONVÊNIOS	%	MCO	%	TESOURO	%	TOTAL RECURSOS	%
1987	8.689.439,55	51,72	8.110.732,84	48,28			0,00	0,00	16.800.172,39	100
1988	13.111.020,88	66,00	6.753.721,47	34,00			0,00	0,00	19.864.742,36	100
1989	21.347.564,03	79,02	5.668.915,53	20,98			0,00	0,00	27.016.479,56	100
1990	9.049.104,92	63,88	3.131.831,06	22,11			1.984.061,38	14,01	14.164.997,36	100
1991	9.394.284,40	66,91	2.855.561,14	20,34			1.790.434,07	12,75	14.040.279,60	100
1992	12.229.480,48	72,92	1.343.290,55	8,01			3.199.459,54	19,08	16.772.230,58	100
1993	15.241.310,19	69,35	4.565.589,37	20,77			2.170.312,39	9,88	21.977.211,94	100
1994	11.507.981,42	59,23	6.101.445,04	31,40			1.819.012,80	9,36	19.428.439,26	100
1995	9.921.619,51	53,49	5.680.625,32	30,63			2.944.871,27	15,88	18.547.116,10	100
1996	8.766.725,58	39,63	8.804.325,04	39,80			4.552.463,53	20,58	22.123.514,15	100
1997	11.887.207,84	35,26	11.986.381,67	35,55			9.840.704,60	29,19	33.714.294,11	100
1998	12.215.599,90	46,52	13.222.647,76	50,35			821.249,34	3,13	26.259.497,00	100
1999	12.955.159,87	49,55	12.620.125,94	48,27			567.719,90	2,17	26.143.005,72	100
2000	15.006.821,98	56,95	11.343.647,42	43,05			1.374,64	0,01	26.351.844,04	100
2001	18.336.399,94	70,50	6.876.664,65	26,44			796.072,11	3,06	26.009.136,70	100
2002	18.937.498,25	58,59	5.503.343,72	17,03			7.880.923,86	24,38	32.321.765,83	100
2003	22.840.172,92	63,85	6.065.355,77	16,96			6.867.414,82	19,20	35.772.943,51	100
2004	24.627.436,34	55,07	6.395.637,02	14,30	2.243.068,72	5,02	11.450.506,29	25,61	44.716.648,38	100
2005	29.583.684,82	60,47	4.538.102,62	9,28	2.446.608,21	5,00	12.358.100,97	25,26	48.926.496,62	100
2006	31.822.182,47	68,89	4.919.165,68	10,65	1.467.230,95	3,18	7.985.371,17	17,29	46.193.950,28	100
2007	33.690.243,24	65,44	4.414.321,28	8,57	2.310.657,31	4,49	11.067.907,45	21,50	51.483.129,29	100

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Gráfico 9: Recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento no período de 1987-2007



O Gráfico 9 demonstra o financiamento da UEM pelos recursos com convênios, próprios e do tesouro. Ficam evidentes o aumento gradativo dos recursos próprios³ e a representatividade dos recursos com convênios diante da manutenção e do funcionamento da UEM. No período de 1987 a 2003, os recursos com o tesouro se mantiveram abaixo dos recursos próprios e com convênios. Somente a partir de 2002 é que os recursos com o tesouro excedem os dos convênios e, ainda assim, ficam bem abaixo dos recursos próprios.

Na sequência se têm as receitas com capital, demonstradas com a Tabela 8, destinadas ao investimento do patrimônio, que gira em torno de 0,5 a 4%, demonstrando baixo investimento, o que também vem reforçar a teoria de afastamento do Estado no que tange ao investimento nas instituições de ensino superior.

³ Os recursos próprios da UEM são utilizados para despesas com capital além de custeio, dependendo da necessidade da Instituição.

Tabela 8: Recursos de Capital na UEM (1987-2007)

RECURSOS DE CAPITAL										
ANO	RECURSOS PRÓPRIOS		CONVÊNIOS		MCO		RECURSOS DO TESOURO		TOTAL DOS RECURSOS	
1987	10.951,16	0,55%	1.965.398,92	99,45%	-	0,00%	-		1.976.350,08	100%
1988	0,00	0,00%	2.727.403,80	50,55%	-	0,00%	2.668.547,16	49,45%	5.395.950,96	100%
1989	218,79	0,01%	2.233.063,00	56,56%	-	0,00%	1.715.053,69	43,44%	3.948.335,48	100%
1990	0,00	0,00%	2.502.991,82	67,10%	-	0,00%	1.227.393,86	32,90%	3.730.385,68	100%
1991	20.878,85	1,50%	1.009.711,80	72,38%	-	0,00%	364.439,72	26,12%	1.395.030,36	100%
1992	45.335,96	4,84%	891.943,65	95,16%	-	0,00%	-	0,00%	937.279,60	100%
1993	0,00	0,00%	3.522.897,42	82,13%	-	0,00%	766.485,90	17,87%	4.289.383,33	100%
1994	0,00	0,00%	1.028.876,92	54,51%	-	0,00%	858.653,30	45,49%	1.887.530,22	100%
1995	0,00	0,00%	776.416,43	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	776.416,43	100%
1996	0,00	0,00%	891.106,18	91,50%	-	0,00%	82.776,36	8,50%	973.882,54	100%
1997	0,00	0,00%	1.149.391,57	71,20%	-	0,00%	464.956,60	28,80%	1.614.348,17	100%
1998	0,00	0,00%	1.254.598,47	90,40%	-	0,00%	133.302,55	9,60%	1.387.901,02	100%
1999	0,00	0,00%	796.654,44	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	796.654,44	100%
2000	0,00	0,00%	1.954.484,94	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	1.954.484,94	100%
2001	0,00	0,00%	2.710.171,76	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	2.710.171,76	100%
2002	0,00	0,00%	2.770.579,33	32,51%	-	0,00%	5.750.778,95	67,49%	8.521.358,28	100%
2003	29.059,50	1,75%	1.632.003,44	98,25%	-	0,00%	-	0,00%	1.661.062,94	100%
2004	0,00	0,00%	4.877.627,40	72,62%	974.335,17	14,51%	864.885,05	12,88%	6.716.847,63	100%
2005	0,00	0,00%	4.506.357,80	91,46%	420.969,18	8,54%	-	0,00%	4.927.326,98	100%
2006	0,00	0,00%	3.249.998,37	42,08%	4.473.765,75	57,92%	-	0,00%	7.723.764,12	100%
2007	0,00	0,00%	3.505.183,92	41,11%	5.022.003,73	58,89%	-	0,00%	8.527.187,65	100%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Observa-se que o maior financiador do capital são os órgãos externos (federal, estadual e privado), porém a partir de 2006 estão sendo utilizados recursos através de movimentação de crédito orçamentário – MCO, tendo um investimento superior a 57% do total dos recursos em capital. Considerando-se que os recursos com convênios são os que mais investem no capital da UEM, faz-se necessária uma maior evidenciação dos mesmos, através da Tabela 9 que detalha esses recursos por fonte e período.

Tabela 9: Recursos de capital com convênios na UEM por fonte, período de (1987-2007)

ANOS	RECEITAS DE CAPITAL									
	RECURSOS COM CONVÊNIOS									
	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADO		TOTAL CONV. CAPITAL	
1987	807.892,42	41%	1.157.506,50	59%	-	0%	-	0%	1.965.398,92	100%
1988	1.751.131,09	64%	265.341,48	10%	710.931,22	26%	-	0%	2.727.403,80	100%
1989	63.206,40	3%	774.156,86	35%	1.395.699,73	63%	-	0%	2.233.063,00	100%
1990	462.547,66	18%	843.956,77	34%	1.196.487,39	48%	-	0%	2.502.991,82	100%
1991	730.589,13	72%	155.382,53	15%	123.740,14	12%	-	0%	1.009.711,80	100%
1992	398.378,70	45%	373.665,09	42%	70.041,51	8%	49.858,35	6%	891.943,65	100%
1993	3.235.935,87	92%	145.508,27	4%	141.453,28	4%	-	0%	3.522.897,42	100%
1994	853.352,72	83%	129.741,61	13%	36.146,89	4%	9.635,70	1%	1.028.876,92	100%
1995	665.307,33	86%	111.109,10	14%	-	0%	-	0%	776.416,43	100%
1996	877.541,20	98%	-	0%	-	0%	13.564,98	2%	891.106,18	100%
1997	1.149.391,57	100%	-	0%	-	0%	-	0%	1.149.391,57	100%
1998	1.254.598,47	100%	-	0%	-	0%	-	0%	1.254.598,47	100%
1999	490.839,76	62%	305.814,68	38%	-	0%	-	0%	796.654,44	100%
2000	1.795.612,92	92%	158.872,02	8%	-	0%	-	0%	1.954.484,94	100%
2001	1.305.939,88	48%	8.741,18	0%	-	0%	1.395.490,69	51%	2.710.171,76	100%
2002	2.027.441,56	73%	25.662,85	1%	-	0%	717.474,92	26%	2.770.579,33	100%
2003	693.196,18	42%	-	0%	-	0%	938.807,25	58%	1.632.003,44	100%
2004	3.584.271,64	73%	-	0%	-	0%	1.293.355,77	27%	4.877.627,40	100%
2005	2.796.736,53	62%	-	0%	-	0%	1.709.621,26	38%	4.506.357,80	100%
2006	1.761.189,76	54%	-	0%	-	0%	1.488.808,61	46%	3.249.998,37	100%
2007	1.981.808,85	57%	-	0%	-	0%	1.523.375,07	43%	3.505.183,92	100%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Os órgãos federais são os que mais investem no patrimônio da UEM e é através dos convênios mantidos com órgãos externos que a UEM vinha conseguindo se manter e/ou aumentar seu patrimônio, isso no período de 1987 a 2003. Porém, após o ano de 2004 houve um investimento maior do Estado do Paraná junto à UEM, através de MCO.

Em 2002, foi aprovado o Decreto n.5.975 que autoriza o processamento da execução orçamentária da despesa, através da descentralização do orçamento programado entre os órgãos e as entidades das administrações direta e indireta do Poder Executivo, criando-se, assim, o chamado MCO – Movimentação de Crédito Orçamentário, recursos de um órgão da administração pública estadual, que através de um convênio firmado com outros órgãos estaduais, disponibilizam seu orçamento para o órgão conveniente. Com essa política, a partir de 2004,

têm-se alterações nos recursos destinados ao custeio e capital das instituições. Além dos recursos acima mencionados, têm-se os valores, conforme discriminado na Tabela 10, a qual evidencia os valores repassados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Secretaria da Educação – SEED e Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU, através da movimentação de crédito orçamentário.

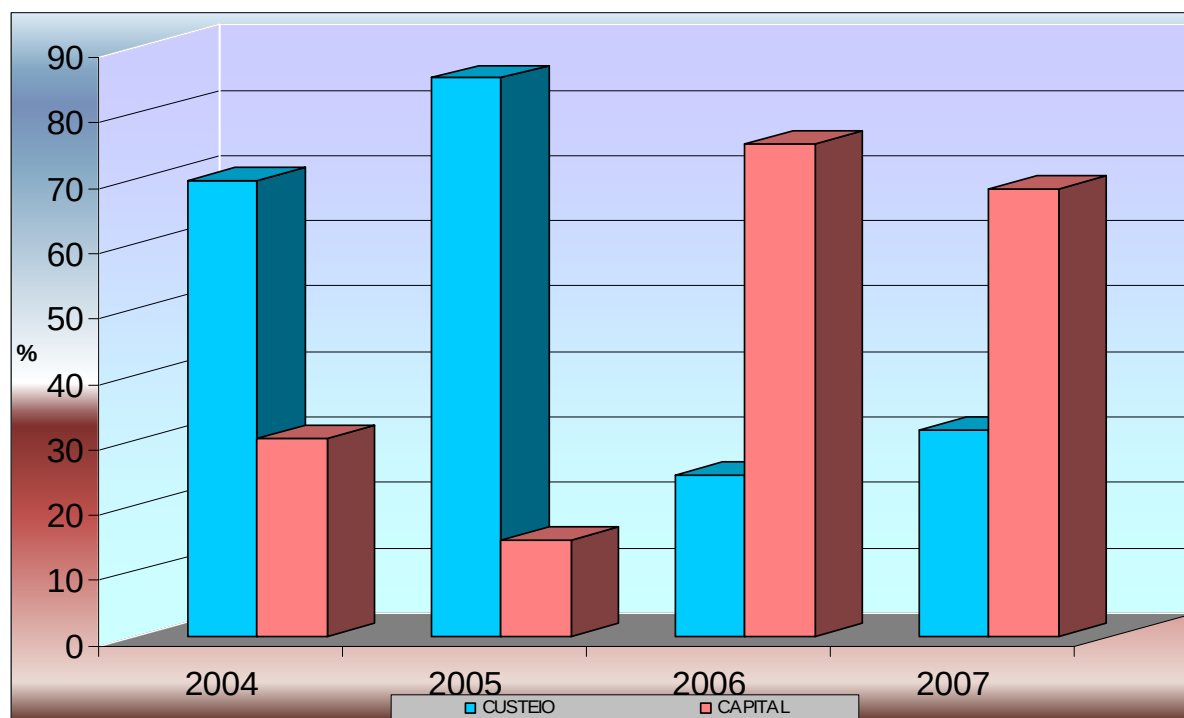
Tabela 10: Recursos com custeio e capital repassados à UEM – MCO (2004-2007)

ANO	CUSTEIO					
	SETI	SESA	SEED	SEJU	TOTAL	%
2004	345.718,20	1.879.253,41	-	18.097,11	2.243.068,72	69,72
2005	102.211,24	2.317.449,32	-	26.947,65	2.446.608,21	85,32
2006	118.348,69	1.299.632,23	-	49.250,04	1.467.230,95	24,70
2007	384.924,28	1.687.110,63	171.545,27	67.077,14	2.310.657,31	31,51
ANO	CAPITAL					
	SETI	SESA	SEED	SEJU	TOTAL	%
2004	-	974.335,17	-	-	974.335,17	30,28
2005	364.650,44	56.318,73	-	-	420.969,18	14,68
2006	3.479.329,78	994.435,97	-	-	4.473.765,75	75,30
2007	4.046.674,17	975.329,57	-	-	5.022.003,73	68,49

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE)

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá

Gráfico 10: Recursos custeio e capital repassados à UEM – MCO (2004-2007)



Esses recursos estão distribuídos em termos percentuais entre custeio e capital. Percebe-se que, nos anos de 2004 e 2005, os recursos com custeio estão bem acima dos com capital, numa diferença de aproximadamente 40% em 2004 e de 70% em 2005. Esse processo se inverte nos anos de 2006 e 2007, quando os recursos com capital estão sendo mais utilizados, com uma diferença de aproximadamente 50% em 2006 e de 36% em 2007.

Segue a Tabela 11 demonstrando uma comparação dos recursos totais da UEM com a sua folha de pagamento, quanto a sua representatividade.

Tabela 11: Comparação entre a evolução dos recursos totais da UEM e a sua folha de pagamento com base no ano de 1987 e a representatividade da folha em relação ao recurso total, no período de 1987 a 2007

ANO	TOTAL DOS RECURSOS DA UEM	EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	FOLHA DE PESSOAL E ENCARGOS UEM	% EM RELAÇÃO AO RECURSOS TOTAIS	EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987 UEM
1987	125.716.137,85	100,00%	107.014.012,39	85%	100,00%
1988	131.632.405,69	104,71%	110.720.830,02	84%	103,46%
1989	133.059.002,05	105,84%	128.895.855,59	97%	120,45%
1990	111.005.573,78	88,30%	93.110.190,74	84%	87,01%
1991	80.765.544,32	64,24%	65.330.234,36	81%	61,05%
1992	88.001.676,96	70,00%	70.292.166,78	80%	65,69%
1993	97.712.115,37	77,72%	71.445.520,10	73%	66,76%
1994	105.037.705,80	83,55%	83.721.736,33	80%	78,23%
1995	127.236.159,70	101,21%	107.912.627,17	85%	100,84%
1996	129.776.760,46	103,23%	106.679.363,77	82%	99,69%
1997	171.007.985,69	136,03%	135.679.343,41	79%	126,79%
1998	172.075.857,78	136,88%	144.612.538,16	84%	135,13%
1999	165.694.791,30	131,80%	139.400.434,58	84%	130,26%
2000	167.266.593,17	133,05%	140.453.999,63	84%	131,25%
2001	160.290.611,01	127,50%	132.885.564,59	83%	124,18%
2002	179.060.493,89	142,43%	139.397.300,13	78%	130,26%
2003	173.108.224,43	137,70%	135.119.860,95	78%	126,26%
2004	182.433.085,20	145,12%	131.613.293,76	72%	122,99%
2005	194.425.547,43	154,65%	140.806.467,12	72%	131,58%
2006	223.035.150,37	177,41%	170.068.208,64	76%	158,92%
2007	243.214.346,16	193,46%	184.448.961,57	76%	172,36%

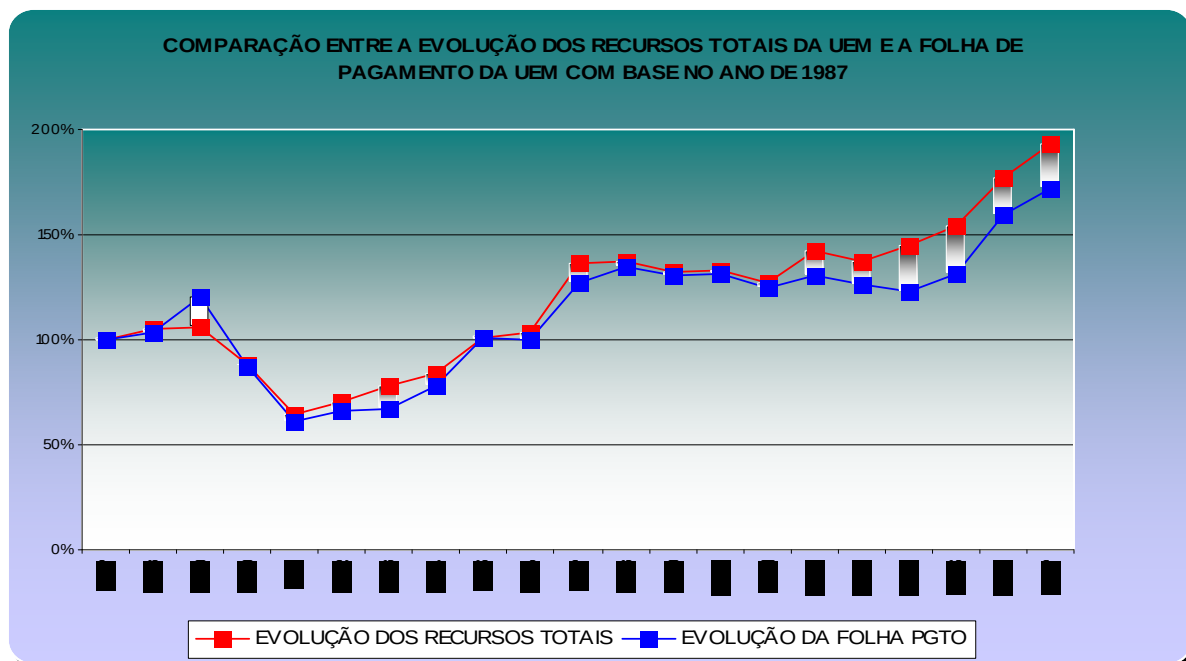
Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Diante da Tabela 11 percebe-se que a folha de pessoal da UEM representa, em média nos 21 anos estudados, aproximadamente 80% dos

recursos totais da instituição. Após essa análise, segue a comparação da evolução dos recursos totais e a folha de pagamento da UEM.

Gráfico 11: Comparação da evolução dos recursos da UEM e a folha de pessoal com base no ano de 1987



Pelo Gráfico 11 percebe-se que a folha de pagamento e os recursos totais sem manteve no mesmo segmento até o ano de 2002, houve uma redução de recursos até o ano de 1994, a evolução iniciou-se em 1995 tanto para os recursos totais como para a folha de pagamento da UEM. Porém, após o ano de 2002, os valores dos recursos totais aumentaram em uma proporção de 20% superior à folha, indicando possível congelamento no valor da mesma uma vez que os números de servidores não diminuíram conforme se pode observar na Tabela 12 e no Gráfico 12.

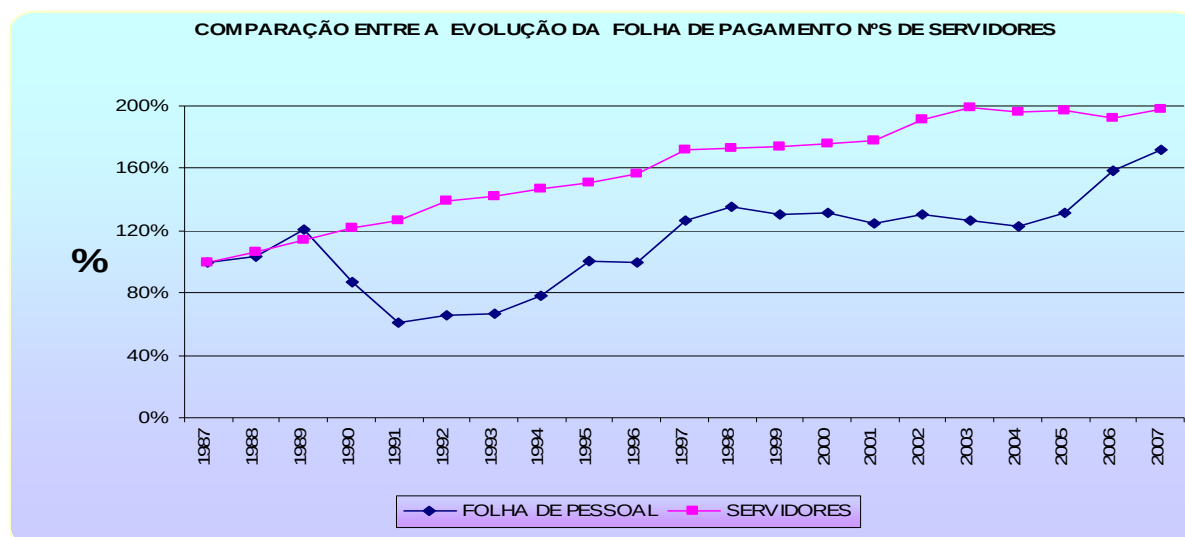
Tabela 12: Comparação entre a folha de pagamento, o valor da folha da UEM e o nº. de servidores, com base no ano de 1987 (1987-2007)

ANOS	FOLHA DE PAGAMENTO - RECURSOS TESOUREIRO	EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	Nº DE SERVIDORES DA UEM ⁴	EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO 1987
1987	107.014.012,39	100%	2101	100%
1988	110.720.830,02	103%	2236	106%
1989	128.895.855,59	120%	2392	114%
1990	93.110.190,74	87%	2565	122%
1991	65.330.234,36	61%	2653	126%
1992	70.292.166,78	66%	2918	139%
1993	71.445.520,10	67%	2991	142%
1994	83.721.736,33	78%	3093	147%
1995	107.912.627,17	101%	3166	151%
1996	106.679.363,77	100%	3292	157%
1997	135.679.343,41	127%	3609	172%
1998	144.612.538,16	135%	3641	173%
1999	139.400.434,58	130%	3662	174%
2000	140.453.999,63	131%	3688	176%
2001	132.885.564,59	124%	3744	178%
2002	139.397.300,13	130%	4024	192%
2003	135.119.860,95	126%	4188	199%
2004	131.613.293,76	123%	4128	196%
2005	140.806.467,12	132%	4132	197%
2006	170.068.208,64	159%	4038	192%
2007	184.448.961,57	172%	4152	198%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A. (IBGE).

Fonte: Banco de Dados – ASP e Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.

Gráfico 12: Comparação entre o valor da folha da UEM e o nº. de servidores efetivos e contratados, com base no ano de 1987 (1987-2007)



No Gráfico 12 e na Tabela 13 observa-se que a evolução dos números de funcionários alcançou um patamar de 99% em 2003, sendo esse período de

⁴ Nos números de servidores demonstrados na tabela 12, constam os servidores efetivos e os contratados por tempo determinado.

crescimento gradativo; após esse número passou a reduzir-se, alcançando um patamar de 98% em 2007, enquanto que a folha alcançou 72% em 2007. Isso se deve às exonerações/contratações de pessoal com menor titulação.

Na Tabela seguinte tem-se a evolução dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela UEM.

Tabela 13: Evolução dos cursos de graduação e pós-graduação em relação ao ano de 1987 (1987-2007)

ANO	CURSOS DE GRADUAÇÃO	QUANT. ESPECIALIZAÇÃO	QUANT. CURSOS MESTRADOS	QUANT. CURSOS DOUTORADO	TOTAL DOS CURSOS OFERTADOS PELA UEM	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987
1987	24	21	2	0	47	100%	8614	100%
1988	26	28	2	0	56	119%	9048	105%
1989	26	28	2	0	56	119%	9019	105%
1990	26	31	3	0	60	128%	9133	106%
1991	26	15	5	0	46	98%	8438	98%
1992	26	14	5	1	46	98%	8077	94%
1993	26	12	6	1	45	96%	8400	98%
1994	28	14	8	1	51	109%	8638	100%
1995	28	22	9	1	60	128%	8813	102%
1996	28	34	10	1	73	155%	9590	111%
1997	28	43	12	3	86	183%	10183	118%
1998	28	29	14	4	75	160%	10079	117%
1999	36	41	15	4	96	204%	10998	128%
2000	39	37	17	6	99	211%	12282	143%
2001	39	45	16	7	107	228%	13710	159%
2002	39	47	19	7	112	238%	14995	174%
2003	42	50	20	7	119	253%	15381	179%
2004	45	46	22	8	121	257%	15249	177%
2005	45	55	26	9	135	287%	17908	208%
2006	45	71	25	10	151	328%	18114	210%
2007	45	64	27	10	146	317%	19522	227%

Nota: Nos cursos de graduação não estão sendo considerados os cursos a distância, em 2008 se têm 45 cursos de graduação e 7 cursos a distância, 93 especializações em andamento, 28 mestrados e 12 doutorados.

Fonte: Bases de Dados – ASP- Assessoria de Planejamento.

Tabela 14: Comparação entre a evolução do nº. de servidores, da área construída e arrecadação do tesouro, em relação ao ano de 1987 (1987-2007)

ANO	Nº SERVIDORES DA UEM	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	TOTAL DA ÁREA CONSTRUÍDA M ²	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	ARRECADAÇÃO TESOURO	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987
1987	2101	100%	87.139,53	100%	106.641.909,61	100%
1988	2236	106%	95.817,68	110%	106.293.940,00	100%
1989	2392	114%	96.634,19	111%	102.094.187,02	96%
1990	2565	122%	127.700,21	147%	95.094.252,12	89%
1991	2653	126%	133.899,62	154%	67.120.668,43	63%
1992	2918	139%	135.822,04	156%	73.491.626,32	69%
1993	2991	142%	137.288,95	158%	73.349.424,34	69%
1994	3093	147%	145.549,68	167%	85.272.004,04	80%
1995	3166	151%	152.474,36	175%	109.736.903,45	103%
1996	3292	157%	167.807,03	193%	109.926.743,96	103%
1997	3609	172%	181.753,48	209%	145.190.734,44	136%
1998	3641	173%	184.325,66	212%	145.249.709,09	136%
1999	3662	174%	184.755,46	212%	138.918.052,67	130%
2000	3688	176%	185.806,87	213%	138.729.361,31	130%
2001	3744	178%	206.816,46	237%	132.367.374,67	124%
2002	4024	192%	202.711,78	233%	146.098.293,64	137%
2003	4188	199%	206.218,03	237%	142.541.632,80	134%
2004	4128	196%	211.214,00	242%	142.450.095,49	134%
2005	4132	197%	220.384,28	253%	152.929.824,80	143%
2006	4038	192%	217.577,47	250%	177.102.807,13	166%
2007	4152	198%	230.032,51	264%	194.271.936,68	182%

Fonte: Bases de Dados – ASP-Assessoria de Planejamento e Demonstrações Contábeis UEM.

Pode-se observar que a UEM, de forma geral, teve um crescimento de aproximadamente 217% para os cursos de graduação e pós-graduação, a quantidade de alunos matriculados teve um crescimento de 127%, e, em contrapartida, o nº. de servidores da instituição foi de 98% aproximadamente, na área construída o crescimento foi de 164%. Observa-se que a Universidade está em expansão, pois, mesmo no período de grande perda aquisitiva da moeda, antes do Plano Real, o desenvolvimento da UEM é gradativo, conforme demonstrado no Gráfico 13.

Gráfico 13: Comparação entre evolução da área construída, arrecadação do tesouro e cursos de graduação e pós-graduação e servidores da UEM com base no ano de 1987 (1987-2007)

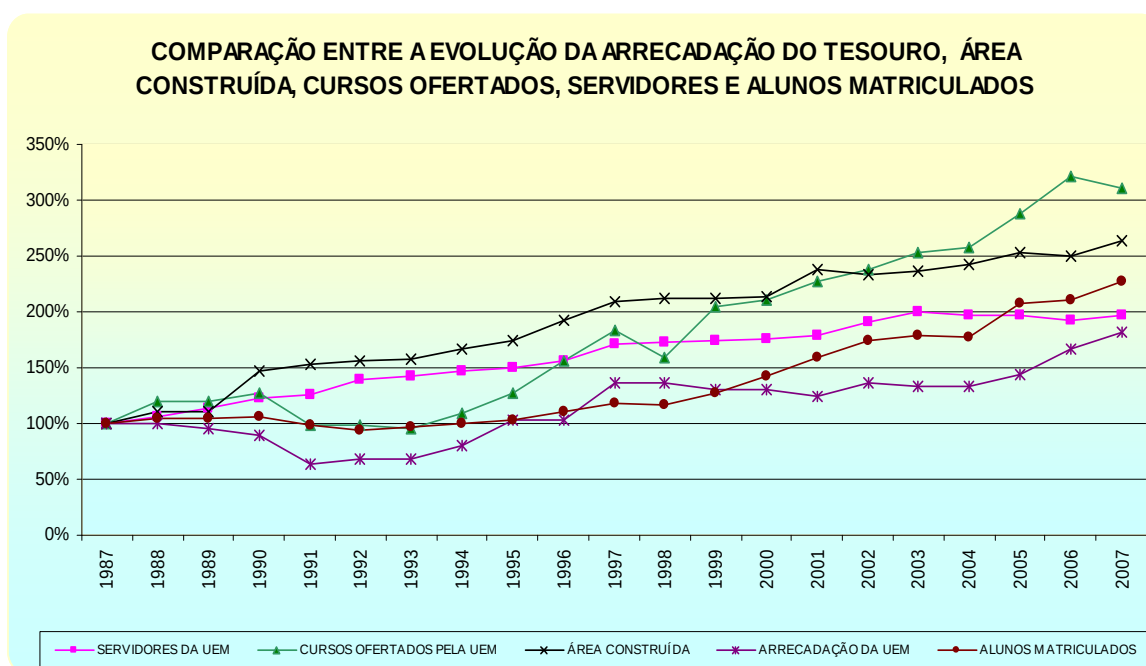
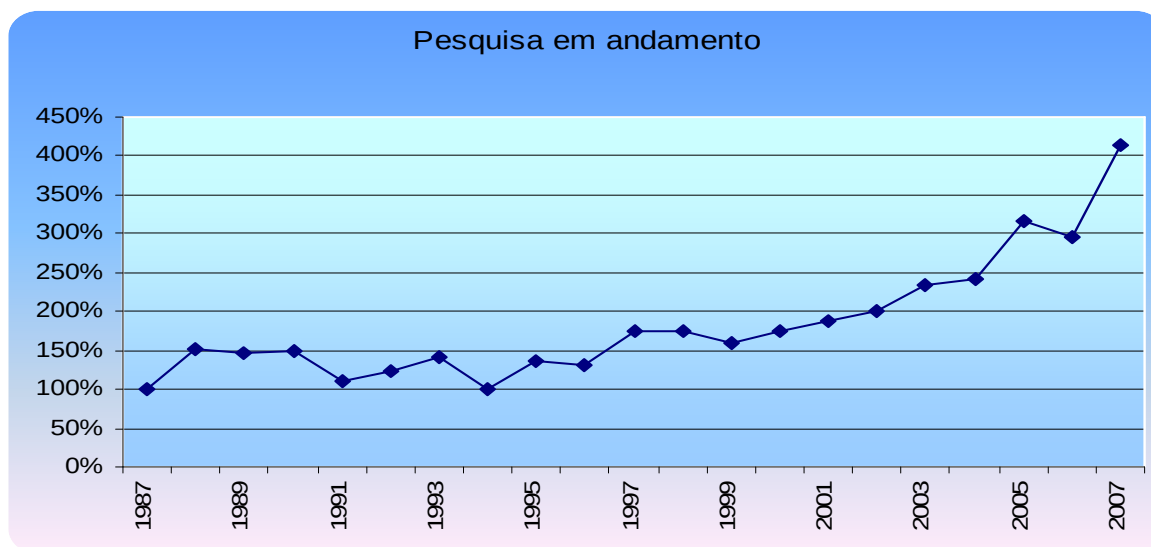


Gráfico 14: Evolução da quantidade de projetos de pesquisa em andamento, na UEM, no período de 1987 a 2007.



No Gráfico 14 está evidenciada a evolução dos projetos de pesquisa em andamento na UEM, confirmando-se o crescimento/desenvolvimento dessa universidade, pois, no período de 2000 a 2005, houve crescimento de aproximadamente 317%, e, após esse período, no ano de 2006, houve retrocesso de aproximadamente 21%, voltando a crescer em 2007.

4.1.3 Universidade Estadual de Londrina

A Universidade Estadual de Londrina⁵ foi criada em 1970, com a junção de cinco Faculdades: Direito, Filosofia, Ciências e Letras; Odontologia, Medicina e Ciências Econômicas e Contábeis. A marca-símbolo da Universidade Estadual de Londrina foi instituída pela Resolução n.276/75, de 5 de julho de 1975, cujo significado corresponde ao trinômio das funções da Universidade: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, representado pelas três faixas que desenham o “U” de Universidade. A circunferência central e a haste que a sustenta simbolizam a peroba, árvore original do campus onde está instalada a Universidade.

A estrutura administrativa da UEL é formada de seis órgãos executivos da reitoria, seis pró-reitorias, duas coordenadorias, dez órgãos suplementares, seis órgãos de apoio, nove centros de estudos e 57 departamentos. Já a estrutura física é composta de 182.305,33m² de área construída, 12.339,94m² de área em construção, 189.744,58m² de área utilizada e 7.439,25m² de área locada. O campus possui 235,57 hectares (2.355.731,81m²).

O número de acadêmicos matriculados em 2008 na graduação foi de 14.056, na especialização: 1778, no mestrado: 947, no doutorado: 337. Além desses, a UEL tem cursinho pré-vestibular com 390 alunos, o CAPL (Colégio de Aplicação) com 1.123 alunos no ensino fundamental e médio, 49 alunos no curso técnico de enfermagem e 184 crianças de zero a seis anos, atendidas na CEI (Campos e HU).

A UEL possui 22 convênios internacionais firmados e 35 em andamento, também possui 244 convênios nacionais firmados e 122 em andamento. São prestados serviços à comunidade como: EAAJ – Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, LABTED – Laboratório de Tecnologia Educacional, Clínica Psicológica, Programa Casa Fácil, Museu Histórico de Londrina, SEBEC – Serviço de Bem-Estar à Comunidade, CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, HU – Hospital Universitário, HV – Hospital Veterinário,

⁵ FOLDER, 2008b

COU – Clínica Odontológica Universitária e Casa da Cultura.

Assim como a UEM, a UEL é financiada parcialmente pelo governo do Paraná, aproximadamente 76% da receita arrecadada provêm do tesouro, a qual se destina ao pagamento da folha de pessoal e custeio, e o restante está ligado à prestação de serviço e arrecadação junto aos órgãos federais, estaduais e privados através de convênios para pesquisa e desenvolvimento.

Como já mencionado anteriormente, as análises se concentraram no repasse do Estado do Paraná, segundo as receitas correntes, tendo em vista que estas são para manutenção das instituições (custeio) e pagamento do pessoal. Além das receitas correntes, têm-se as receitas de capital, porém essa categoria é para formação do patrimônio.

Na Tabela 15 estão evidenciadas a evolução dos valores repassados à UEL pelo Estado do Paraná e a evolução dos valores arrecadados, pelo Estado, com ICMS.

Tabela 15: Recursos da Universidade Estadual de Londrina em relação ao ICMS (1987-2007)

ANO	ICMS	UEL	% RELAÇÃO AO ICMS	% UEL - RELAÇÃO AO ANO 1987	% ICMS RELAÇÃO 1987
1987	3.722.263.106,14	157.446.970,37	4,23%	100%	100%
1988	3.016.747.321,56	140.512.552,01	4,66%	89%	81%
1989	3.569.087.264,49	131.830.235,86	3,69%	84%	96%
1990	3.522.593.467,50	120.511.086,84	3,42%	77%	95%
1991	3.032.736.771,51	83.605.554,66	2,76%	53%	81%
1992	2.942.063.435,00	88.799.863,43	3,02%	56%	79%
1993	2.890.462.770,71	95.024.099,56	3,29%	60%	78%
1994	4.138.819.682,38	118.390.815,41	2,86%	75%	111%
1995	4.383.654.095,04	157.042.652,33	3,58%	100%	118%
1996	4.310.122.042,41	155.780.789,24	3,61%	99%	116%
1997	4.010.199.639,20	198.252.398,76	4,94%	126%	108%
1998	3.963.507.494,05	207.521.502,82	5,24%	132%	106%
1999	4.478.307.554,24	188.493.049,77	4,21%	120%	120%
2000	5.248.335.921,52	185.065.234,54	3,53%	118%	141%
2001	7.577.411.815,58	175.846.915,83	2,32%	112%	204%
2002	8.023.332.665,39	185.212.462,17	2,31%	118%	216%
2003	8.408.449.098,80	182.519.875,04	2,17%	116%	226%
2004	9.141.394.497,29	170.771.074,81	1,87%	108%	246%
2005	9.590.438.528,19	182.216.106,55	1,90%	116%	258%
2006	9.756.668.418,06	214.189.223,13	2,20%	136%	262%
2007	10.251.009.405,71	237.116.798,20	2,31%	151%	275%

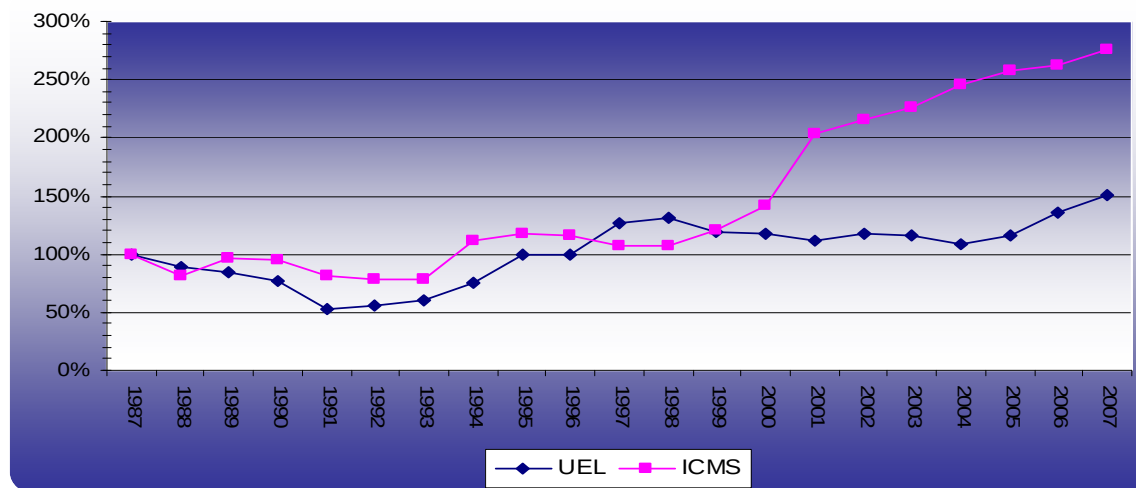
Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina e Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná – SEFA.

Os valores repassados à UEL, no período de 1987 a 1999, oscilaram de 4,23% a 4,21%, atingindo, em 1991, o índice de 2,76% e, em 1998, o índice de 5,24% do valor arrecadado com ICMS. A partir de 2000, houve uma redução gradativa, chegando-se a um patamar de 2,31% do valor arrecadado com ICMS.

Na sequência se tem o Gráfico 15 em que é possível melhor visualização da evolução da arrecadação do Estado do Paraná com ICMS e dos recursos repassados à UEL pelo Estado do Paraná, no período de 1987 a 2007.

Gráfico 15: Comparação da evolução do valor arrecadado com ICMS pelo Estado do Paraná e o repasse à UEL no período de 1987 a 2007



Conforme o Gráfico 15, acima, percebe-se que, embora a arrecadação com ICMS no Estado do Paraná teve um aumento gradativo, os repasses para a UEL não acompanharam tal aumento. Enquanto no Estado do Paraná houve evolução de 175%, aproximadamente, na UEL o índice ficou na casa de 51%, reforçando a política de redução do financiamento do ensino superior no Estado do Paraná.

Segue o Gráfico 16 demonstrando a oscilação dos repasses em comparação ao ICMS no período de 1987 a 1999 e a redução nos anos subsequentes até 2007.

Gráfico 16: Evolução do valor repassado à UEL no período de 1987 a 2007



No Gráfico 16, pode-se observar que, nos anos de 1997 e 1998, o valor repassado a UEL, teve aumento de 3,61% para 4,94% em 1997 e de 5,24% em 1998. Esse fato deve-se à implantação de novas carreiras dos docentes e técnicos administrativos, aumentando-se a folha de pessoal. Após esse período, nos anos subsequentes esses índices foram gradativamente diminuindo, chegando a 2,31% da arrecadação de ICMS do Estado do Paraná.

A Tabela 16 evidencia os recursos totais da UEL no período de 1987 a 2007, separados entre recursos próprios – arrecadados pela Universidade através de prestação de serviço; recursos com convênios – recebidos de órgãos externos, federal, estadual e privados e recursos repassados pelo Estado do Paraná, aos quais são denominados de recursos do tesouro.

Tabela 16: Recursos Totais – UEL (1987-2007)

ANO	RECURSOS UEL								TOTAL	
	RECURSOS PRÓPRIOS		CONVÊNIOS		TESOURO		MCO			
1987	40.298.687,76	19,78%	5.358.791,14	2,63%	158.042.498,01	77,59%		0,00%	203.699.976,92	100%
1988	60.214.133,17	29,28%	4.246.377,17	2,06%	141.179.704,78	68,65%		0,00%	205.640.215,12	100%
1989	70.220.948,00	34,41%	1.672.734,76	0,82%	132.159.147,86	64,77%		0,00%	204.052.830,62	100%
1990	39.542.858,25	24,57%	223.146,06	0,14%	121.202.520,63	75,30%		0,00%	160.968.524,95	100%
1991	36.271.107,60	29,34%	3.197.784,32	2,59%	84.172.684,61	68,08%		0,00%	123.641.576,53	100%
1992	27.671.004,53	22,93%	4.208.518,92	3,49%	88.799.863,43	73,58%		0,00%	120.679.386,88	100%
1993	41.171.682,19	27,92%	9.647.439,12	6,54%	96.649.150,22	65,54%		0,00%	147.468.271,54	100%
1994	38.079.586,66	22,74%	9.452.504,49	5,64%	119.923.594,87	71,62%		0,00%	167.455.686,01	100%
1995	39.071.131,35	18,70%	8.514.499,01	4,08%	161.332.820,55	77,22%		0,00%	208.918.450,90	100%
1996	42.919.484,31	20,89%	3.555.950,76	1,73%	158.983.161,98	77,38%		0,00%	205.458.597,04	100%
1997	46.001.632,81	18,38%	5.620.567,27	2,25%	198.639.862,59	79,37%		0,00%	250.262.062,67	100%
1998	46.706.225,80	17,96%	5.819.985,08	2,24%	207.521.502,82	79,80%		0,00%	260.047.713,70	100%
1999	50.631.546,12	20,89%	3.204.786,77	1,32%	188.493.049,77	77,78%		0,00%	242.329.382,66	100%
2000	50.257.567,40	20,59%	8.754.340,11	3,59%	185.065.234,54	75,82%		0,00%	244.077.142,06	100%
2001	46.687.708,74	20,10%	9.749.499,22	4,20%	175.846.915,83	75,70%		0,00%	232.284.123,80	100%
2002	39.794.898,31	16,57%	15.138.531,93	6,30%	185.212.462,17	77,12%		0,00%	240.145.892,41	100%
2003	35.402.424,14	15,86%	4.491.283,31	2,01%	182.524.910,28	81,79%	755.111,30	0,34%	223.173.729,03	100%
2004	33.718.661,33	15,50%	7.312.907,74	3,36%	171.463.014,61	78,80%	5.109.053,62	2,35%	217.603.637,30	100%
2005	34.515.638,68	15,17%	7.097.983,32	3,12%	182.566.220,86	80,24%	3.354.097,53	1,47%	227.533.940,39	100%
2006	32.451.981,45	12,46%	5.976.778,83	2,30%	214.981.389,90	82,57%	6.955.076,68	2,67%	260.365.226,86	100%
2007	36.195.126,76	12,39%	8.084.660,35	2,77%	237.116.798,20	81,16%	10.760.739,19	3,68%	292.157.324,51	100%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

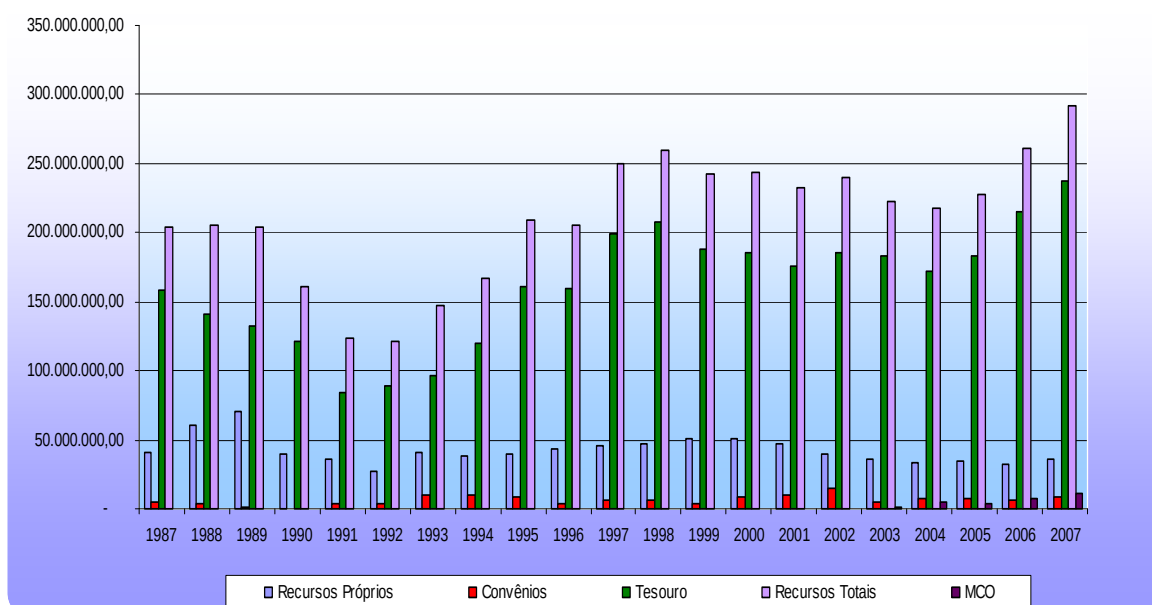
Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

Os valores arrecadados com recursos próprios oscilaram entre 18 e 34% até o ano de 2001 e após esse período houve redução gradativa, chegando-se a

12,39% em 2007. Os recursos com convênios ficaram entre 0,14% e 6,54% e os do tesouro vêm girando em torno de 66% a 82%, aproximadamente. O que se percebe é que, no momento em que a UEL consegue um volume maior com recursos próprios, o tesouro reduz o repasse e, quando os recursos próprios diminuem, o tesouro acaba repassando um maior volume para que a mesma possa arcar com suas obrigações.

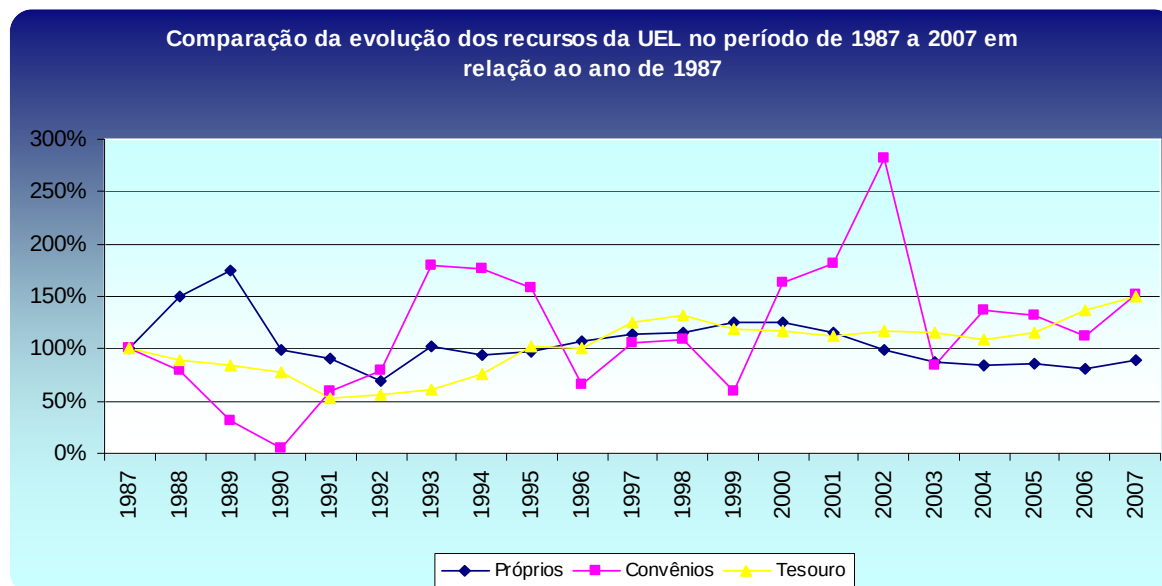
Para se obter visualização mais clara, segue o Gráfico 17, o qual demonstra os recursos totais da UEL por fontes de recursos (recursos próprios, recursos de convênio e recursos do tesouro) no período compreendido entre 1987 e 2007.

Gráfico 17: Recursos totais da UEL por fontes de recursos, no período de 1987 a 2007



Com o Gráfico 17 a representatividade dos recursos próprios, do tesouro e dos recursos com convênios em relação aos recursos totais, fica mais evidente. Diante dessas informações, achou-se necessário demonstrar, com o Gráfico 18, a comparação da evolução dos recursos mencionados acima, no período já referido.

Gráfico 18: Comparação da evolução dos recursos da UEL nos anos de 1987-2007



Percebe-se claramente que os recursos próprios e a arrecadação com o tesouro oscilaram paralelamente, enquanto um aumentava, o outro diminuía.

Na Tabela 17, têm-se os recursos correntes arrecadados na UEL, no período estudado, demonstrando que os recursos correntes perfazem a maior fatia, oscilando de 94,5% a 99,4% do total arrecadado, devido à sua finalidade, de manutenção das instituições. Esses valores são destinados à folha de pessoal e ao custeio e o restante referem-se aos recursos com capital, os quais são destinados ao investimento do patrimônio que gira em torno de 0,5% a 5,4%.

Tabela 17: Recursos correntes e de capital da UEL (1987-2007)

ANO	RECURSOS CORRENTES	%	RECURSOS COM CAPITAL	%	TOTAL DOS RECURSOS	%	% EVOLUÇÃO RECURSOS CORRENTES	% EVOLUÇÃO RECURSOS CAPITAL
1987	202.580.401,48	99,45%	1.119.575,43	0,55%	203.699.976,91	100%	100%	100%
1988	203.093.640,31	98,76%	2.546.574,82	1,24%	205.640.215,13	100%	100%	227%
1989	202.436.785,75	99,21%	1.616.044,87	0,79%	204.052.830,62	100%	100%	144%
1990	159.673.339,02	99,20%	1.295.185,92	0,80%	160.968.524,94	100%	79%	116%
1991	121.809.014,38	98,52%	1.832.562,15	1,48%	123.641.576,53	100%	60%	164%
1992	120.470.063,44	99,83%	209.323,44	0,17%	120.679.386,88	100%	59%	19%
1993	144.976.174,57	98,31%	2.492.096,96	1,69%	147.468.271,53	100%	72%	223%
1994	164.389.839,03	98,17%	3.065.846,99	1,83%	167.455.686,02	100%	81%	274%
1995	203.617.502,15	97,46%	5.300.948,75	2,54%	208.918.450,90	100%	101%	473%
1996	200.943.485,30	97,80%	4.515.111,75	2,20%	205.458.597,05	100%	99%	403%
1997	248.939.514,90	99,47%	1.322.547,76	0,53%	250.262.062,66	100%	123%	118%
1998	258.738.706,51	99,50%	1.309.007,20	0,50%	260.047.713,71	100%	128%	117%
1999	240.971.074,58	99,44%	1.358.308,08	0,56%	242.329.382,66	100%	119%	121%
2000	238.193.339,82	97,59%	5.883.802,25	2,41%	244.077.142,07	100%	118%	526%
2001	228.477.076,88	98,36%	3.807.046,91	1,64%	232.284.123,79	100%	113%	340%
2002	226.989.603,76	94,52%	13.156.288,66	5,48%	240.145.892,42	100%	112%	1175%
2003	220.672.950,70	98,88%	2.500.778,33	1,12%	223.173.729,03	100%	109%	223%
2004	210.247.344,93	96,62%	7.356.292,37	3,38%	217.603.637,30	100%	104%	657%
2005	222.486.157,35	97,78%	5.047.783,05	2,22%	227.533.940,39	100%	110%	451%
2006	253.582.873,21	97,40%	6.782.353,64	2,60%	260.365.226,85	100%	125%	606%
2007	282.589.289,39	96,73%	9.568.035,11	3,27%	292.157.324,50	100%	139%	855%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

As receitas correntes atingiram 99,44% em 1999 dos recursos totais da UEL, a média do período ficou em 98%, enquanto que os recursos com capital chegaram a, no máximo, 5,48% em 2002 e a sua média foi de 1,76%.

Os recursos correntes, no período de 1988 a 1994, não conseguiram manter o mesmo valor de 1987, devido à crise financeira. Porém, após esse período, o crescimento foi gradativo até 2007, chegando a 139%, ou seja, um crescimento de 39%. Já os recursos com capital tiveram grandes oscilações, chegando ao máximo de 1175% em 2002.

Para melhor visualização do comportamento desses recursos, achou-se necessário demonstrar, com o Gráfico 19, a comparação dos recursos em valores reais, e com o Gráfico 20, a evolução dos mesmos em comparação com o ano de 1987.

Gráfico 19: Comparação entre os recursos correntes e o capital da UEL no período de 1987-2007

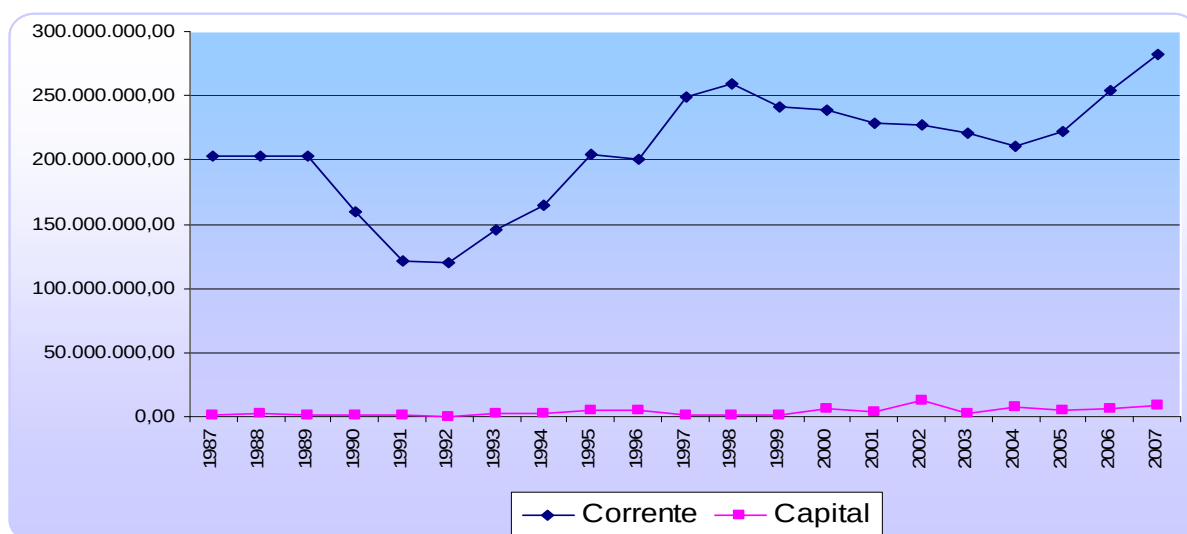
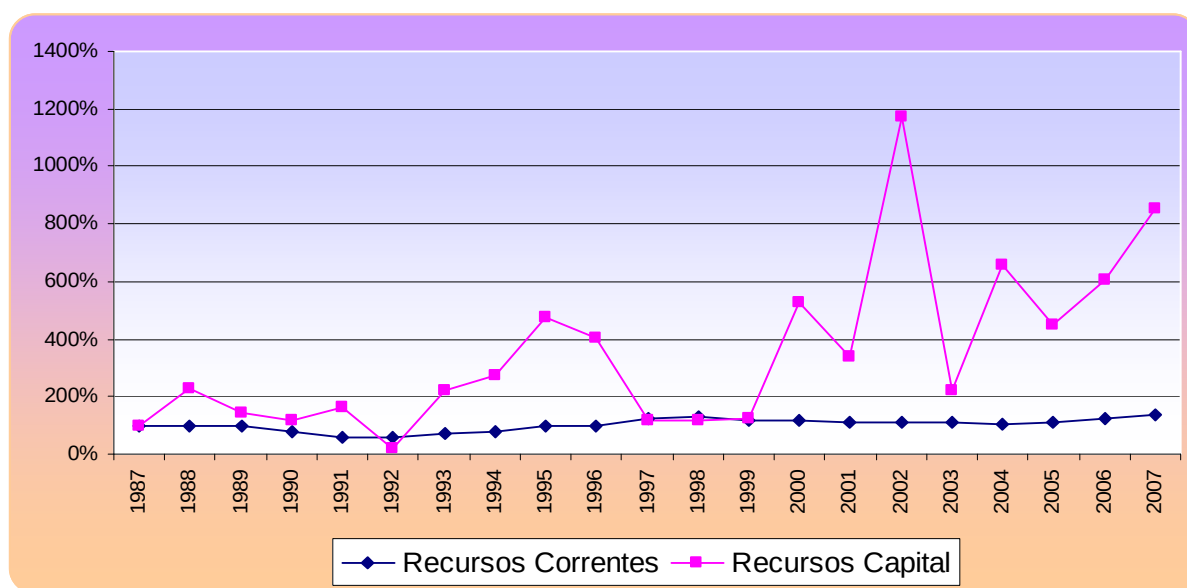


Gráfico 20: Evolução dos recursos correntes e recursos de capital em relação ao ano de 1987



Na Tabela 18 estão demonstrados os recursos correntes separados por fontes e a sua representação em relação ao valor total.

Tabela 18: Recursos correntes da UEL por fontes (1987-2007)

ANO	RECURSOS PRÓPRIOS		CONVÊNIOS		TESOURO		MCO		TOTAL	
1987	40.091.574,61	19,79%	5.041.856,50	2,49%	157.446.970,37	77,72%			202.580.401,48	100%
1988	59.879.355,92	29,48%	2.701.732,38	1,33%	140.512.552,01	69,19%			203.093.640,31	100%
1989	70.220.948,00	34,69%	385.601,89	0,19%	131.830.235,86	65,12%			202.436.785,75	100%
1990	39.006.896,19	24,43%	155.355,99	0,10%	120.511.086,84	75,47%			159.673.339,02	100%
1991	36.256.238,38	29,76%	1.947.221,34	1,60%	83.605.554,66	68,64%			121.809.014,38	100%
1992	27.671.004,53	22,97%	3.999.195,48	3,32%	88.799.863,43	73,71%			120.470.063,44	100%
1993	41.171.682,19	28,40%	8.780.392,82	6,06%	95.024.099,56	65,54%			144.976.174,57	100%
1994	36.966.262,64	22,49%	9.032.760,98	5,49%	118.390.815,41	72,02%			164.389.839,03	100%
1995	39.071.131,35	19,19%	7.503.718,47	3,69%	157.042.652,33	77,13%			203.617.502,15	100%
1996	42.919.484,31	21,36%	2.243.211,75	1,12%	155.780.789,24	77,52%			200.943.485,30	100%
1997	46.001.632,81	18,48%	4.685.483,33	1,88%	198.252.398,76	79,64%			248.939.514,90	100%
1998	46.706.225,80	18,05%	4.510.977,89	1,74%	207.521.502,82	80,21%			258.738.706,51	100%
1999	49.781.168,46	20,66%	2.696.856,35	1,12%	188.493.049,77	78,22%			240.971.074,58	100%
2000	47.303.174,12	19,86%	5.824.931,16	2,45%	185.065.234,54	77,70%			238.193.339,82	100%
2001	46.687.708,74	20,43%	5.942.452,31	2,60%	175.846.915,83	76,96%			228.477.076,88	100%
2002	39.780.035,27	17,53%	1.997.106,32	0,88%	185.212.462,17	81,60%			226.989.603,76	100%
2003	35.402.424,14	16,04%	1.995.540,22	0,90%	182.519.875,04	82,71%	755.111,30	0,34%	220.672.950,70	100%
2004	32.581.414,95	15,50%	2.643.221,33	1,26%	170.771.074,81	81,22%	4.251.633,84	2,02%	210.247.344,92	100%
2005	34.351.962,80	15,44%	3.878.134,80	1,74%	182.216.106,55	81,90%	2.039.953,20	0,92%	222.486.157,34	100%
2006	32.441.393,77	12,79%	4.920.889,65	1,94%	214.189.223,13	84,47%	2.031.366,66	0,80%	253.582.873,21	100%
2007	36.190.242,21	12,81%	4.831.110,87	1,71%	237.116.798,20	83,91%	4.451.138,11	1,58%	282.589.289,39	100%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

Como já mencionado anteriormente, os recursos próprios e os do tesouro têm oscilado ano a ano, paralelamente; enquanto a UEL mantém os recursos próprios com certo aumento, o Estado diminui seu repasse, exceto nos últimos dois anos, em que os recursos tiveram um acréscimo de aproximadamente 2,57%. Paralelos a esses recursos, há os recursos com convênios que as universidades, para se manter, são incentivadas a buscar junto a outras fontes. Para isso, são firmados entre a Universidade Estadual de Londrina e órgãos públicos e privados convênios para a realização de atividade de interesse comum entre as partes, sendo esses convênios realizados com órgãos federais, estaduais, municipais e privados.

Seguem a Tabela 19 que detalha os recursos correntes de convênios separados por fontes e o Gráfico 21 que evidencia o comportamento dos recursos com convênios no período compreendido.

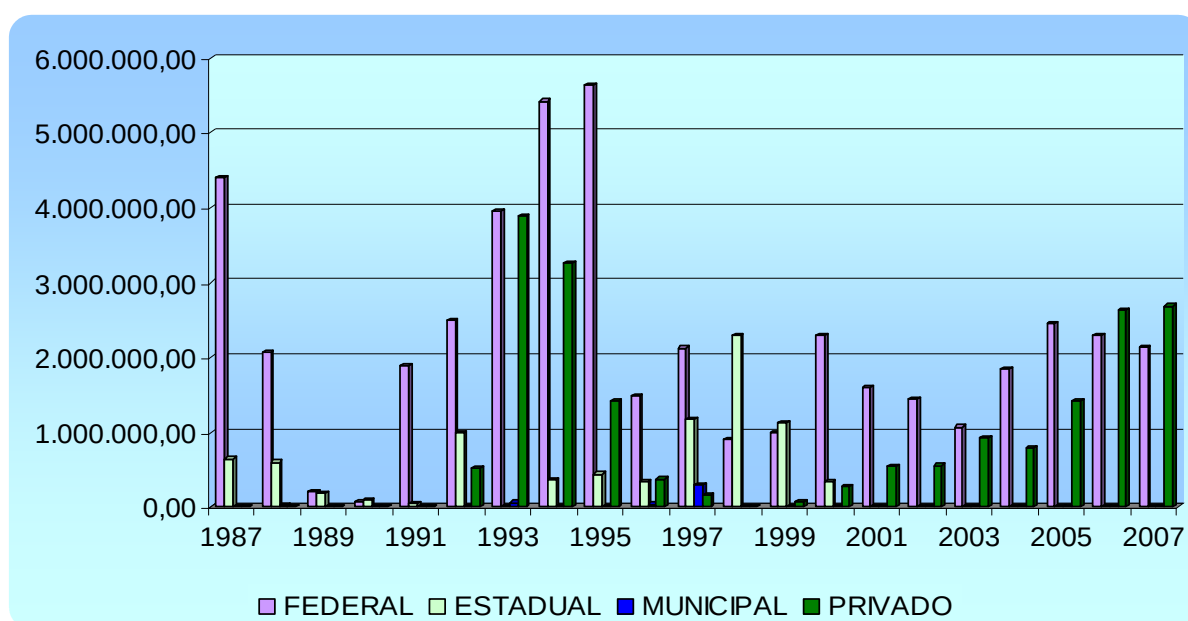
Tabela 19: Recursos correntes com convênios separados por fontes UEL (1987-2007)

ANOS	RECURSOS CORRENTES				
	RECURSOS COM CONVÊNIOS				
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADO	TOTAL
1987	4.395.174,62	641.256,79	0,00	5.425,09	5.041.856,50
1988	2.073.283,03	595.826,53	32.622,82	0,00	2.701.732,38
1989	200.515,38	185.086,51	0,00	0,00	385.601,89
1990	65.358,00	89.998,00	0,00	0,00	155.356,00
1991	1.890.796,89	56.424,45	0,00	0,00	1.947.221,34
1992	2.495.898,36	983.012,92	0,00	520.284,20	3.999.195,48
1993	3.962.219,82	6.804,84	60.881,36	3.883.440,48	7.913.346,51
1994	5.422.112,34	358.978,96	0,00	3.251.669,67	9.032.760,98
1995	5.643.942,03	440.562,38	3.594,24	1.415.619,82	7.503.718,47
1996	1.488.283,73	340.686,82	38.284,07	375.957,12	2.243.211,75
1997	2.122.177,31	1.178.340,93	294.698,85	155.182,31	3.750.399,40
1998	909.350,85	2.292.619,83	0,00	0,00	3.201.970,69
1999	987.728,53	1.121.646,95	1.428,30	78.122,15	2.188.925,93
2000	2.292.905,14	333.005,76	0,00	269.611,29	2.895.522,20
2001	1.601.465,28	0,00	0,00	533.940,11	2.135.405,40
2002	1.442.553,00	0,00	0,00	554.553,32	1.997.106,32
2003	1.070.225,84	0,00	0,00	925.314,37	1.995.540,22
2004	1.846.752,46	0,00	0,00	796.468,86	2.643.221,33
2005	2.456.139,47	0,00	0,00	1.421.995,33	3.878.134,80
2006	2.287.906,22	0,00	0,00	2.632.983,43	4.920.889,65
2007	2.143.866,47	0,00	0,00	2.687.244,40	4.831.110,87

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

Gráfico 21: Recursos correntes com convênios por fontes (1987-2007)



Diante da Tabela 19 e do Gráfico 21, percebe-se que são os órgãos federais que financiam a maior parte dos convênios, ou seja, em média aproximadamente 63% dos recursos com convênios provêm de órgãos federais. Atualmente, a UEL tem convênios com os órgãos federais: Ministério da Educação (CAPES, INEP, FNDE e SESU), Ministério de Ciência e Tecnologia (FINEP, CNPQ), Ministério da Saúde (FNS, FDNS, OPAS, OMS), Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente e Combate à Fome; órgãos estaduais: Fundação Araucária e diversos órgãos privados.

Na análise dos recursos totais da UEL, percebe-se que o valor com o convênio representa uma pequena fatia, porém se deduzir o valor da folha de pagamento, pode-se ter uma visão mais clara da representatividade dos recursos próprios e com convênios. Diante disso segue a Tabela 20 demonstrando os valores com os recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento no período de 1987 a 2007.

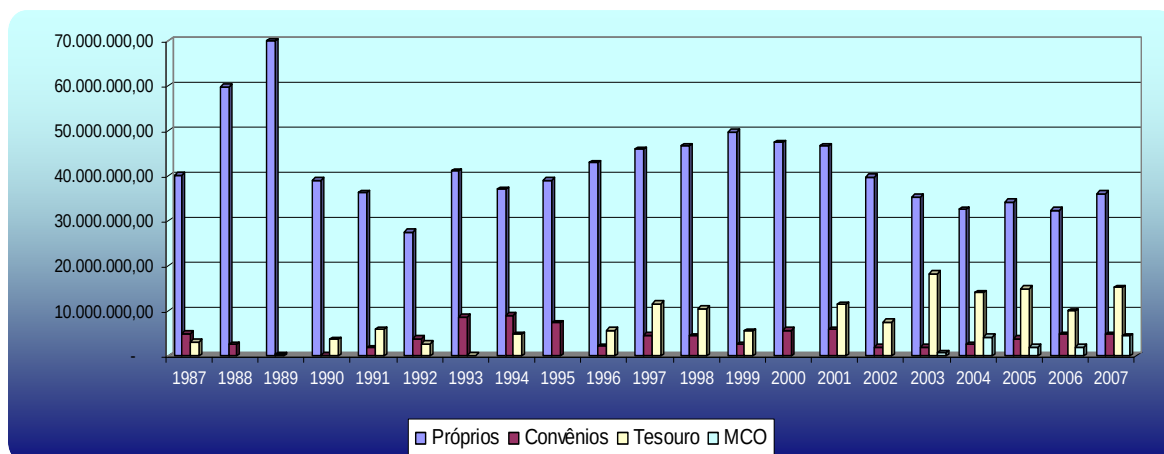
Tabela 20: Recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento (1987-2007)

ANO	RECURSOS CORRENTES UEL								TOTAL	
	RECURSOS PRÓPRIOS		CONVÊNIOS		TESOURO		MCO			
1987	40.091.574,61	83,12%	5.041.856,50	10,45%	3.098.359,83	6,42%			48.231.790,94	100%
1988	59.879.355,92	95,68%	2.701.732,38	4,32%		0,00%			62.581.088,30	100%
1989	70.220.948,00	99,45%	385.601,89	0,55%		0,00%			70.606.549,89	100%
1990	39.006.896,19	91,07%	155.355,99	0,36%	3.670.573,26	8,57%			42.832.825,44	100%
1991	36.256.238,38	82,23%	1.947.221,34	4,42%	5.885.495,44	13,35%			44.088.955,16	100%
1992	27.671.004,53	80,16%	3.999.195,48	11,59%	2.848.199,69	8,25%			34.518.399,70	100%
1993	41.171.682,19	82,05%	8.780.392,82	17,50%	228.769,60	0,46%			50.180.844,61	100%
1994	36.966.262,64	72,61%	9.032.760,98	17,74%	4.911.085,12	9,65%			50.910.108,74	100%
1995	39.071.131,35	83,89%	7.503.718,47	16,11%		0,00%			46.574.849,82	100%
1996	42.919.484,31	84,13%	2.243.211,75	4,40%	5.850.197,22	11,47%			51.012.893,28	100%
1997	46.001.632,81	73,82%	4.685.483,33	7,52%	11.629.891,61	18,66%			62.317.007,75	100%
1998	46.706.225,80	75,64%	4.510.977,89	7,31%	10.533.704,50	17,06%			61.750.908,19	100%
1999	49.781.168,46	85,86%	2.696.856,35	4,65%	5.504.280,29	9,49%			57.982.305,10	100%
2000	47.303.174,12	89,04%	5.824.931,16	10,96%		0,00%			53.128.105,28	100%
2001	46.687.708,74	72,84%	5.942.452,31	9,27%	11.466.571,62	17,89%			64.096.732,67	100%
2002	39.780.035,27	80,64%	1.997.106,32	4,05%	7.551.662,63	15,31%			49.328.804,22	100%
2003	35.402.424,14	62,72%	1.995.540,22	3,54%	18.295.796,51	32,41%	755.111,30	1,34%	56.448.872,17	100%
2004	32.581.414,95	60,81%	2.643.221,33	4,93%	14.099.226,88	26,32%	4.251.633,84	7,94%	53.575.496,99	100%
2005	34.351.962,80	62,09%	3.878.134,80	7,01%	15.052.236,26	27,21%	2.039.953,20	3,69%	55.322.287,05	100%
2006	32.441.393,77	65,59%	4.920.889,65	9,95%	10.069.625,72	20,36%	2.031.366,66	4,11%	49.463.275,80	100%
2007	36.190.242,21	59,56%	4.831.110,87	7,95%	15.294.336,82	25,17%	4.451.138,11	7,32%	60.766.828,01	100%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

Gráfico 22: Recursos correntes, deduzido o valor da folha de pagamento no período de 1987-2007



O Gráfico 22 demonstra o financiamento da UEL pelos recursos próprios, com convênios e do tesouro. Fica evidente como vem sendo mantida a UEL nesses 21 anos e que os recursos próprios representam a maior fonte na manutenção da mesma. De 1987 a 1995, os do tesouro e os recursos com convênios aparecem bem discretamente em alguns anos e de 1993 a 2007 os recursos com convênios passam a ter maior representação diante da manutenção e do funcionamento da UEL. No período de 2004 a 2007 a UEL conta também com recursos repassados através de MCO – movimentação de crédito orçamentário.

Na sequência, têm-se as receitas com capital, demonstradas através da Tabela 21, destinadas ao investimento do patrimônio, que gira em torno de 0,17 a 5,2%; demonstrando um baixo investimento, o que também vem reforçar a teoria de afastamento do Estado no que tange ao investimento nas instituições de ensino superior.

Tabela 21: Recursos de capital na UEL (1987-2007)

ANO	RECEITAS DE CAPITAL						TOTAL
	RECURSOS PRÓPRIOS	%	CONVÊNIOS	%	TESOURO	%	
1987	207.113,15	18,50%	316.934,64	28,31%	595.527,64	53,19%	1.119.575,43
1988	334.777,26	13,15%	1.544.644,79	60,66%	667.152,77	26,20%	2.546.574,82
1989		0,00%	1.287.132,87	79,65%	328.912,00	20,35%	1.616.044,87
1990	535.962,06	41,38%	67.790,07	5,23%	691.433,79	53,38%	1.295.185,92
1991	14.869,22	0,81%	1.250.562,98	68,24%	567.129,95	30,95%	1.832.562,15
1992		0,00%	209.323,44	100%	-	0,00%	209.323,44
1993		0,00%	867.046,30	34,79%	1.625.050,66	65,21%	2.492.096,96
1994	1.113.324,02	36,31%	419.743,51	13,69%	1.532.779,46	50,00%	3.065.846,99
1995		0,00%	1.010.780,53	19,07%	4.290.168,22	80,93%	5.300.948,75
1996		0,00%	1.312.739,01	29,07%	3.202.372,74	70,93%	4.515.111,75
1997		0,00%	935.083,94	70,70%	387.463,83	29,30%	1.322.547,76
1998		0,00%	1.309.007,20	100%	-	0,00%	1.309.007,20
1999	850.377,66	62,61%	507.930,42	37,39%	-	0,00%	1.358.308,08
2000	2.954.393,29	50,21%	2.929.408,96	49,79%	-	0,00%	5.883.802,25
2001		0,00%	3.807.046,91	100%	-	0,00%	3.807.046,91
2002	14.863,05	0,11%	13.141.425,61	99,89%	-	0,00%	13.156.288,66
2003		0,00%	2.495.743,09	99,80%	5.035,24	0,20%	2.500.778,33
2004	1.137.246,38	17,50%	4.669.686,41	71,85%	691.939,80	10,65%	6.498.872,59
2005	163.675,88	4,38%	3.219.848,52	86,24%	350.114,31	9,38%	3.733.638,71
2006	10.587,67	0,57%	1.055.889,18	56,81%	792.166,77	42,62%	1.858.643,62
2007	4.884,55	0,15%	3.253.549,48	99,85%	-	0,00%	3.258.434,03

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

Na UEL, os recursos com capital são mantidos tanto pelos convênios como pelo tesouro. No período de 1987 a 2007 o maior financiador do capital foram os órgãos externos (federal, estadual e privado) e os demais recursos se mantiveram baixos. Considerando-se que os recursos com convênios são os que mais investem no capital da UEL, faz-se necessário uma maior evidenciação dos mesmos. Diante disso, segue a Tabela 22 que detalha esses recursos por fonte e período.

Tabela 22: Recursos de capital com convênios na UEL por fonte, período de (1987-2007)

ANOS	RECURSOS DE CAPITAL								
	RECURSOS COM CONVÊNIOS								
	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADO		TOTAL DOS CONVÊNIOS
1987	-	0,00%	237.907,02	75,07%	79.027,62	24,93%	-	0,00%	316.934,64
1988	983.514,39	63,67%	323.505,41	20,94%	237.624,99	15,38%	-	0,00%	1.544.644,79
1989	559.169,53	43,44%	-	0,00%	727.963,34	56,56%	-	0,00%	1.287.132,87
1990	67.790,07	100%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	67.790,07
1991	-	0,00%	1.250.562,98	100%	-	0,00%	-	0,00%	1.250.562,98
1992	181.725,88	86,82%	27.597,56	13,18%	-	0,00%	-	0,00%	209.323,44
1993	866.658,25	99,96%	388,07	0,04%	-	0,00%	-	0,00%	867.046,32
1994	201.054,87	47,90%	218.688,65	52,10%	-	0,00%	-	0,00%	419.743,51
1995	1.010.780,53	100%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1.010.780,53
1996	1.250.253,20	95,24%	-	0,00%	-	0,00%	62.485,81	4,76%	1.312.739,01
1997	873.089,72	93,37%	61.994,21	6,63%	-	0,00%	-	0,00%	935.083,94
1998	1.246.329,61	95,21%	62.677,58	4,79%	-	0,00%	-	0,00%	1.309.007,20
1999	459.401,87	90,45%	35.546,77	7,00%	-	0,00%	12.981,78	2,56%	507.930,42
2000	2.887.841,65	98,58%	-	0,00%	-	0,00%	41.567,31	1,42%	2.929.408,96
2001	2.636.073,40	69,24%	-	0,00%	-	0,00%	1.170.973,52	30,76%	3.807.046,91
2002	10.078.870,95	76,70%	-	0,00%	-	0,00%	3.062.554,66	23,30%	13.141.425,61
2003	2.281.100,70	91,40%	-	0,00%	-	0,00%	214.642,39	8,60%	2.495.743,09
2004	3.689.894,08	79,02%	-	0,00%	-	0,00%	979.792,33	20,98%	4.669.686,41
2005	1.563.901,45	48,57%	-	0,00%	-	0,00%	1.655.947,07	51,43%	3.219.848,52
2006	433.194,70	41,03%	-	0,00%	-	0,00%	622.694,48	58,97%	1.055.889,18
2007	2.293.026,18	70,48%	-	0,00%	-	0,00%	960.523,30	29,52%	3.253.549,48

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

Os órgãos federais são os que mais investem no patrimônio da UEL, é através dos convênios mantidos com órgãos externos que a UEL tem conseguido se manter e/ou aumentar seu patrimônio. Após o ano de 2004, o Estado do Paraná investiu um valor maior no patrimônio através de MCO.

Conforme o Decreto n.5.975, que autoriza o processamento da execução orçamentária da despesa através da descentralização do orçamento programado entre os órgãos e as entidades das administrações direta e indireta do Poder Executivo, cria-se, assim, o chamado MCO – Movimentação de Crédito Orçamentário, comentado acima. A UEL também obteve recursos advindos de outros órgãos das administrações diretas e indiretas, conforme segue:

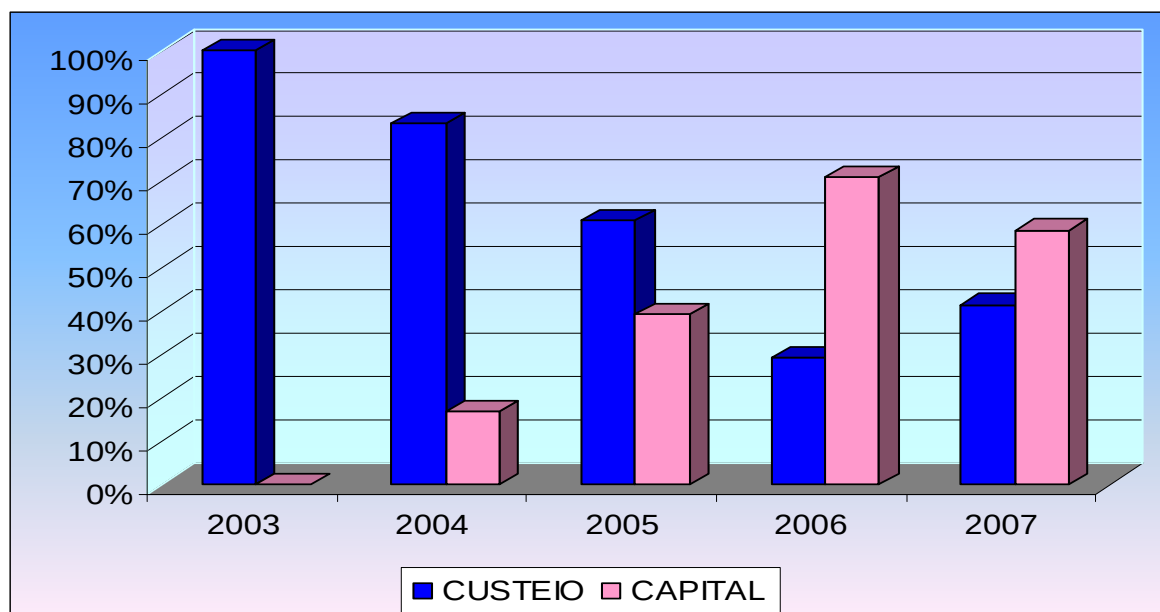
Tabela 23: Recursos de custeio e capital repassados à UEL – MCO (1987-2007)

ANO	CUSTEIO					
	SETI	SESA	SEED	FEMA	TOTAL	%
2003	-	755.111,30	-	-	755.111,30	100,00%
2004	105.637,80	4.131.605,75	-	14.390,29	4.251.633,84	83,22%
2005	65.371,79	1.925.121,86	-	49.459,55	2.039.953,20	60,82%
2006	536.529,72	1.429.221,39	-	65.615,55	2.031.366,66	29,21%
2007	565.247,10	3.648.407,79	230.998,71	6.484,50	4.451.138,11	41,36%
ANO	CAPITAL					
	SETI	SESA	SEED	FEMA	TOTAL	%
2003	-	-	-	-	-	0,00%
2004	697.919,02	39.452,33	-	120.048,44	857.419,78	16,78%
2005	1.127.516,45	28.051,93	-	158.575,96	1.314.144,34	39,18%
2006	3.509.145,36	1.397.939,18	-	16.625,48	4.923.710,02	70,79%
2007	4.262.933,14	2.036.115,55	-	10.552,40	6.309.601,08	58,64%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A. (IBGE).

Fonte: SIAF – Sistema integrado de administração financeira.

Gráfico 23: Recursos de custeio e capital repassados à UEL – MCO (2003-2007)



Esses recursos estão distribuídos em termos percentuais entre custeio e capital e percebe-se que, nos anos de 2003 a 2005, os recursos com custeio estão bem acima do capital, numa diferença de aproximadamente 100% em 2003, de 66% em 2004 e de 21% em 2005. No ano de 2006 os recursos com capital superam o custeio sendo a diferença de 41% e, em 2007, com uma diferença de aproximadamente 17%.

Abaixo segue a tabela 24 comparando a evolução da folha de pagamento e os recursos totais da UEL e quanto que a folha representa nesse montante.

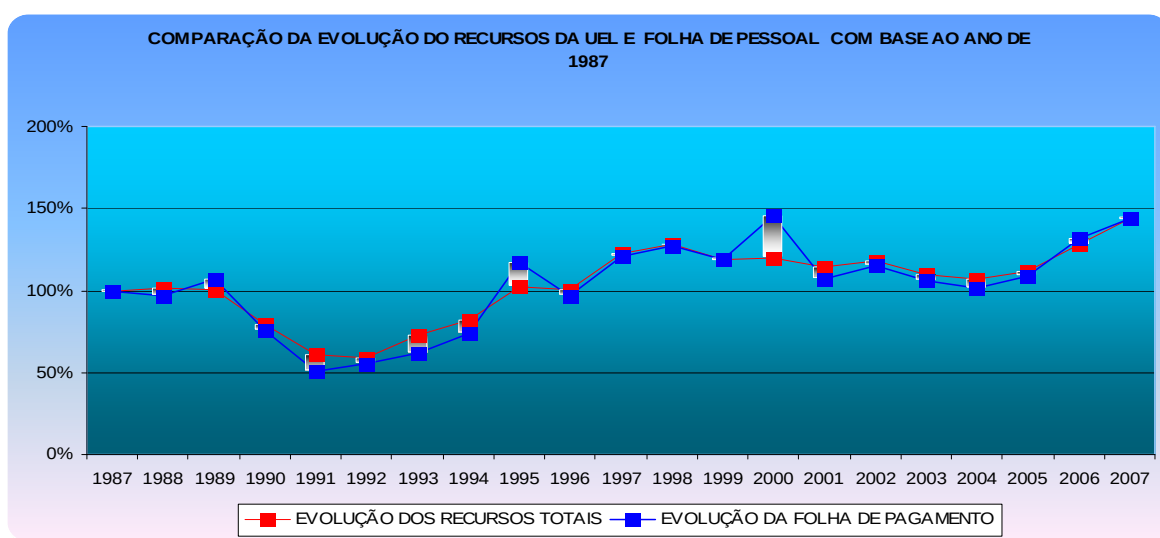
Tabela 24: Comparação entre a evolução dos recursos totais da UEL e a folha de pagamento da UEL, com base no ano de 1987 e a representatividade da folha em relação ao recurso total, no período de 1987 a 2007.

ANO	TOTAL DOS RECURSOS DA UEL	EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987 UEL	FOLHA DE PESSOAL E ENCARGOS UEL	% EM RELAÇÃO AO RECURSOS TOTAIS	EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987
1987	203.699.976,92	100,00%	154.348.610,54	76%	100,00%
1988	205.640.215,12	100,95%	148.762.075,26	72%	96,38%
1989	204.052.830,63	100,17%	165.154.646,64	81%	107,00%
1990	160.968.524,95	79,02%	116.840.513,58	73%	75,70%
1991	123.641.576,52	60,70%	77.720.059,22	63%	50,35%
1992	120.679.386,88	59,24%	85.951.663,74	71%	55,69%
1993	147.468.271,54	72,39%	94.795.329,96	64%	61,42%
1994	167.455.686,02	82,21%	113.479.730,29	68%	73,52%
1995	208.918.450,91	102,56%	180.301.603,68	86%	116,81%
1996	205.458.597,04	100,86%	149.930.592,02	73%	97,14%
1997	250.262.062,66	122,86%	186.622.507,15	75%	120,91%
1998	260.047.713,70	127,66%	196.987.798,32	76%	127,63%
1999	242.329.382,66	118,96%	182.988.769,48	76%	118,56%
2000	244.077.142,06	119,82%	224.162.690,85	92%	145,23%
2001	232.284.123,80	114,03%	164.380.344,21	71%	106,50%
2002	240.145.892,41	117,89%	177.660.799,54	74%	115,10%
2003	223.173.729,03	109,56%	164.224.078,53	74%	106,40%
2004	217.603.637,29	106,83%	156.671.847,93	72%	101,51%
2005	227.533.940,39	111,70%	167.163.870,29	73%	108,30%
2006	260.365.226,86	127,82%	204.119.597,41	78%	132,25%
2007	292.157.324,51	143,43%	221.822.461,38	76%	143,72%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

Gráfico 24: Comparação da evolução dos recursos da UEL e a folha de pessoal com base no ano de 1987



Através da Tabela 24 e Gráfico 24, pode-se visualizar que a folha de pagamento da UEL representa em média aproximadamente 75% dos recursos totais. Porém a evolução desses recursos se manteve na mesma proporção da folha de pagamento, houve uma redução de recursos até o ano de 1994, e a evolução iniciou-se em 1995, tanto para os recursos totais e a folha de pagamento da UEL. A Tabela 25 e o Gráfico 25, na seqüência, demonstram a comparação entre a evolução da folha de pagamento e o número de servidores da UEL no período já referido.

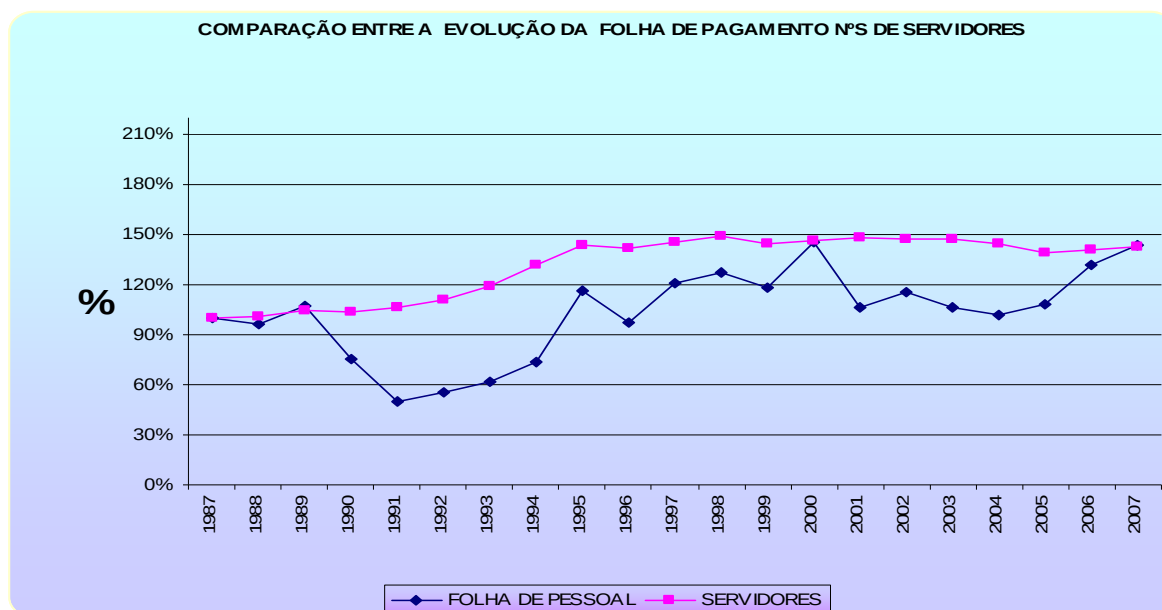
Tabela 25: Comparação entre a folha de pagamento, o valor da folha da UEL e o nº de servidores contratados, com base no ano de 1987 (1987-2007)

ANOS	FOLHA DE PAGAMENTO - RECURSOS TESOUREIRO	EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	Nº DE SERVIDORES DA UEL	EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO 1987
1987	154.348.610,54	100%	3721	100%
1988	148.762.075,26	96%	3757	101%
1989	165.154.646,64	107%	3879	104%
1990	116.840.513,58	76%	3856	104%
1991	77.720.059,22	50%	3944	106%
1992	85.951.663,74	56%	4124	111%
1993	94.795.329,96	61%	4443	119%
1994	113.479.730,29	74%	4914	132%
1995	180.301.603,68	117%	5336	143%
1996	149.930.592,02	97%	5261	141%
1997	186.622.507,15	121%	5426	146%
1998	196.987.798,32	128%	5549	149%
1999	182.988.769,48	119%	5374	144%
2000	224.162.690,85	145%	5447	146%
2001	164.380.344,21	106%	5515	148%
2002	177.660.799,54	115%	5466	147%
2003	164.224.078,53	106%	5492	148%
2004	156.671.847,93	102%	5376	144%
2005	167.163.870,29	108%	5188	139%
2006	204.119.597,41	132%	5232	141%
2007	221.822.461,38	144%	5315	143%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A (IBGE).

Fonte: PROPLAN e Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina.

Gráfico 25: Comparação entre o valor da folha da UEL e o nº. de servidores contratados, com base no ano de 1987 (1987-2007)



No Gráfico 25 e na Tabela 25, observa-se que a evolução dos números de funcionários alcançou um patamar de 49% em 1998, sendo esse período de crescimento gradativo, após, passou a se reduzir, alcançando patamar de 43% em 2007, enquanto que a folha alcançou 45% em 2000, tendo reduzido para 44% em 2007. Isso se deve às exonerações/contratações de pessoal com menor titulação. Entretanto, no que tange aos recursos humanos, faz-se necessário um estudo mais aprofundado identificando a relação de nº. de servidores com seus cargos, funções e titulações e o regime do contrato.

Na Tabela 26, tem-se a evolução dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela UEL.

Tabela 26: Evolução dos cursos de graduação e pós-graduação em relação ao ano de 1987 (1987-2007)

ANO	CURSOS DE GRADUAÇÃO	QUANT. ESPECIALIZAÇÃO	QUANT. CURSOS MESTRADOS	QUANT. CURSOS DOUTORADO	TOTAL DOS CURSOS OFERTADOS PELA UEM	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987
1987	28	24	5	0	57	100%	10258	100%
1988	28	25	5	0	58	102%	10806	105%
1989	29	24	7	0	60	105%	11149	109%
1990	29	30	9	1	69	121%	11214	109%
1991	30	34	8	1	73	128%	11361	111%
1992	30	36	9	1	76	133%	10203	99%
1993	32	41	10	1	84	147%	9962	97%
1994	33	45	12	1	91	160%	10220	100%
1995	33	58	11	1	103	181%	10396	101%
1996	33	64	11	1	109	191%	10822	105%
1997	37	38	10	1	86	151%	11409	111%
1998	38	80	11	1	130	228%	12351	120%
1999	39	69	11	1	120	211%	13523	132%
2000	40	75	15	3	133	233%	14772	144%
2001	40	87	19	4	150	263%	15560	152%
2002	41	87	22	8	158	277%	15448	151%
2003	41	116	24	8	189	332%	16540	161%
2004	41	91	22	8	162	284%	17557	171%
2005	42	124	24	8	198	347%	17429	170%
2006	43	138	25	8	214	375%	17553	171%
2007	43	144	27	10	224	393%	19393	189%

Fonte: PROPLAN – Pró- Reitoria de Planejamento da UEL.

Tabela 27: Comparação entre a evolução do nº. de servidores, da área construída e arrecadação do tesouro, em relação ao ano de 1987 (1987-2007)

ANOS	Nº DE SERVIDORES DA UEL	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	TOTAL DA ÁREA CONSTRUÍDA M²	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987	ARRECADAÇÃO TESOURO	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987
1987	3721	100%		0%	157.446.970,37	100%
1988	3757	101%		0%	140.512.552,01	89%
1989	3879	104%		0%	131.830.235,86	84%
1990	3856	104%		0%	120.511.086,84	77%
1991	3944	106%		0%	83.605.554,66	53%
1992	4124	111%		0%	88.799.863,43	56%
1993	4443	119%		0%	95.024.099,56	60%
1994	4914	132%		0%	118.390.815,41	75%
1995	5336	143%		0%	157.042.652,33	100%
1996	5261	141%		0%	155.780.789,24	99%
1997	5426	146%		0%	198.252.398,76	126%
1998	5549	149%		0%	207.521.502,82	132%
1999	5374	144%	174.607,00	100%	188.493.049,77	120%
2000	5447	146%	174.607,00	100%	185.065.234,54	118%
2001	5515	148%	174.607,00	100%	175.846.915,83	112%
2002	5466	147%	174.607,00	100%	185.212.462,17	118%
2003	5492	148%	174.607,00	100%	182.519.875,04	116%
2004	5376	144%	174.607,00	100%	170.771.074,81	108%
2005	5188	139%	178.451,27	102%	182.216.106,55	116%
2006	5232	141%	174.236,57	100%	214.189.223,13	136%
2007	5315	143%	175.836,10	101%	237.116.798,20	151%

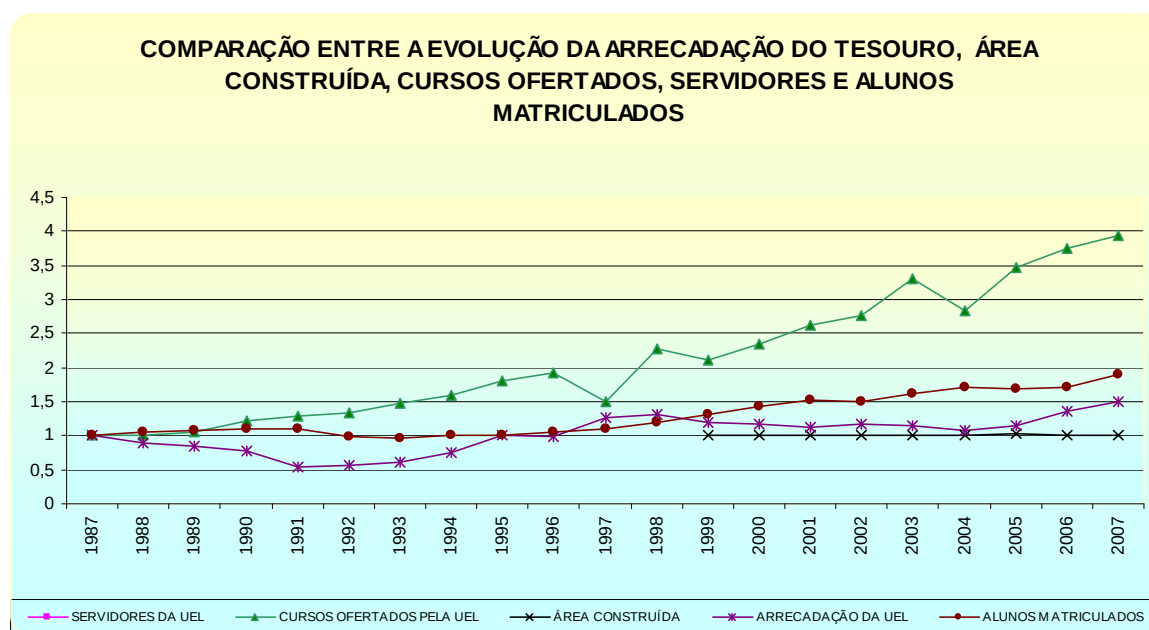
Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A. (IBGE).

Fonte: PROPLAN – Pró- Reitoria de Planejamento e Demonstrações Contábeis da UEL.

Pode-se observar que a UEL, de forma geral, teve um crescimento de aproximadamente 293% para os cursos de graduação e pós-graduação, a

quantidade de alunos matriculados teve um crescimento de 89%, em contrapartida, o nº. de servidores da instituição foi de aproximadamente 43. Quanto à área construída, não se pode fazer uma comparação de sua evolução, tendo em vista, que os dados fornecidos foram a partir do ano de 1999, sem crescimento significativo.

Gráfico 26: Comparação entre a evolução da área construída, arrecadação do tesouro, os cursos de graduação e pós-graduação e os servidores da UEL com base no ano de 1987 (1987-2007)



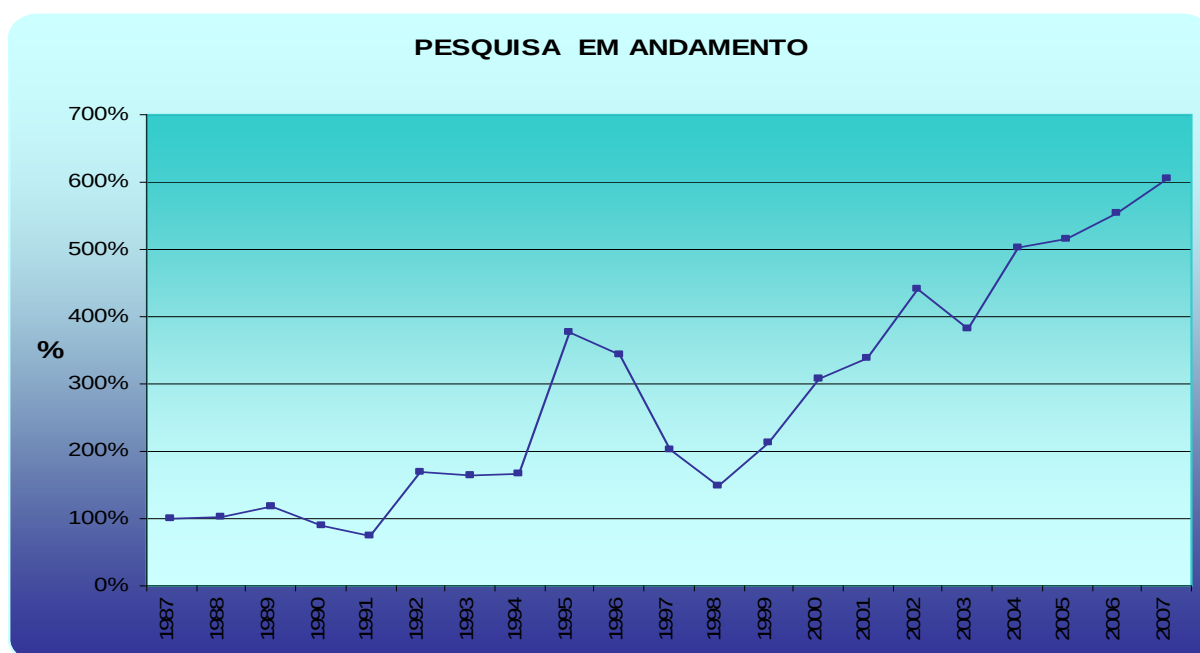
Assim como a UEM, a UEL também está em plena expansão, nos seus cursos ofertados, na academia. Porém quanto ao número de servidores não estão acompanhando na mesma proporção. Outro fator importante a considerar nessa expansão, é o projeto de pesquisa, no período estudado a evolução do projeto de pesquisa em andamento foi de aproximadamente 506%, conforme podemos visualizar na Tabela 28 e Gráfico 27.

Tabela 28: Evolução da quantidade de projetos com pesquisa em andamento, desenvolvidos na UEL no período de 1987 a 2007.

ANOS	QUANT. PROJETOS PESQUISA EM ANDAMENTO	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1987
1987	152	100%
1988	156	103%
1989	179	118%
1990	138	91%
1991	112	74%
1992	257	169%
1993	250	164%
1994	255	168%
1995	571	376%
1996	523	344%
1997	309	203%
1998	228	150%
1999	324	213%
2000	466	307%
2001	516	339%
2002	672	442%
2003	582	383%
2004	763	502%
2005	784	516%
2006	843	555%
2007	921	606%

Fonte: PROPLAN – Pró- Reitoria de Planejamento.

Gráfico 27: Evolução da quantidade de projetos de pesquisa em andamento, na UEL, no período de 1987-2007



No Gráfico 27 está evidenciado a evolução dos projetos de pesquisa em andamento na UEL, confirmando-se o crescimento/desenvolvimento dessa

instituição de ensino, pois, no período de 1987 a 1996, houve um crescimento de aproximadamente 244%, no período de 1997 a 1999, esse crescimento reduziu aproximadamente em 131% e, após esse período, foi gradativo, com algumas oscilações, chegando a 506%.

4.1.4 Análise dos Dados

O final do século XX foi marcado pela profunda crise do Estado do Bem-Estar Social, na maioria dos países centrais e em muitos países da periferia latino-americana. Com a crise, as novas exigências econômicas e as demandas da 'chamada' sociedade do conhecimento, o ensino superior, nas universidades públicas, sofrem mudanças. Essas mudanças nas universidades são provocadas pela diminuição do papel do Estado em vários setores, principalmente, na educação. No tocante a isso, Sguissardi (2002, p.4) destaca que:

[...] em relação ao aparelho do Estado, avançam as medidas apoiadas na concepção de Estado Subsidiário e Controlador (Cf. SANTOS, 1998), que conduzem, por um lado, a desertar de sua função de provedor de serviços sociais (educação, saúde, seguridade), e, por outro, a aumentar sua presença como regulador, avaliador e controlador no interesse do (re)estabelecimento da hegemonia do mercado e da integração do país ao mercado mundial, no âmbito do processo de *mundialização do capital*, ainda que, no caso dos países da periferia, de forma claramente subalterna. Ainda do ponto de vista do Estado, vale ressaltar o novo e inarredável papel que lhe impõe de obtenção do equilíbrio orçamentário e do controle da inflação a qualquer preço via redução dos gastos públicos, aumento dos juros, privatização das empresas estatais e transferência para a iniciativa privada de obrigações que tradicionalmente lhe cabia cumprir.

Segundo o referido autor, a reforma do Estado é regida pela ótica das empresas privadas ou do mercado. Assim sendo, as mudanças na educação superior são direcionadas pelo poder de intervenção dos organismos multilaterais de crédito (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID).

Segundo Sguissardi (2002, p.5), o Banco Mundial orienta que:

[...] em especial, vai utilizar como estratégia à disseminação de teses como as de que: 1) o ensino superior seria antes um bem privado que público; 2) o retorno individual e social dos investimentos em educação superior seria inferior ao dos investimentos aplicados na educação fundamental; 3) a universidade de pesquisa – da associação, ensino, pesquisa e extensão – seria muito cara tanto para os países ricos, quanto especialmente para os países pobres ou em desenvolvimento, às voltas com problemas de crônico déficit público.

Essa estratégia trouxe como consequência, a generalizada redução do financiamento público para a educação superior, ainda que todos se deparem com o desafio da demanda e da pressão universal por qualidade do sistema. Além disso, segundo o autor, diante dessas estratégias é inevitável o processo generalizado de privatização, seja ela direta – com abertura do campo para a iniciativa de empresas comerciais de serviços –, ou indireta – com a introdução de mecanismos de administração e gerenciamento corporativo-empresariais e de busca de recursos junto ao mercado.

Ao se analisar as políticas educacionais que vêm sendo implementadas no Estado do Paraná, desde a década de 1987, percebe-se que as mesmas caminham para autossustentação. Os recursos repassados às universidades, se comparados à arrecadação do ICMS, estão diminuindo ano a ano como se pode verificar na Tabela 29.

Tabela 29: Evolução do valor arrecadado com ICMS e repasse à UEM e UEL no período de 1987 a 2007

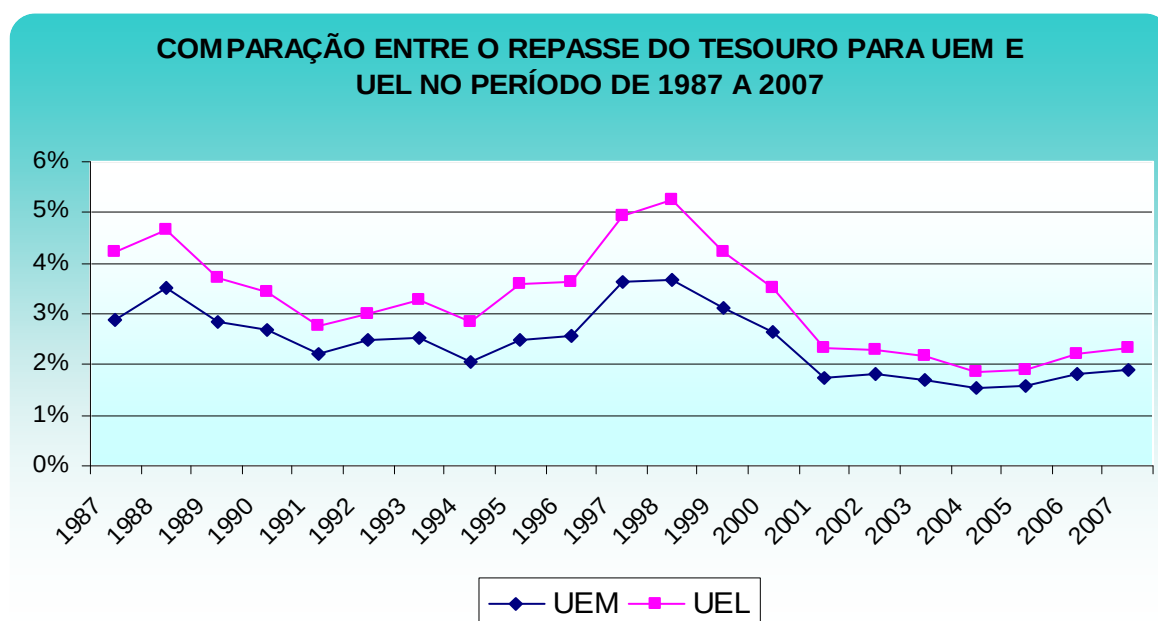
ANO	ICMS	EVOLUÇÃO ANO BASE 1987	UEM	EVOLUÇÃO ANO BASE 1987	% DO ICMS	UEL	EVOLUÇÃO ANO BASE 1987	% DO ICMS
1987	3.722.263.106,14	100%	106.641.909,61	100%	2,86%	157.446.970,37	100%	4,23%
1988	3.016.747.321,56	81%	106.293.940,00	100%	3,52%	140.512.552,01	89%	4,66%
1989	3.569.087.264,49	96%	102.094.187,02	96%	2,86%	131.830.235,86	84%	3,69%
1990	3.522.593.467,50	95%	95.094.252,12	89%	2,70%	120.511.086,84	77%	3,42%
1991	3.032.736.771,51	81%	67.120.668,43	63%	2,21%	83.605.554,66	53%	2,76%
1992	2.942.063.435,00	79%	73.491.626,32	69%	2,50%	88.799.863,43	56%	3,02%
1993	2.890.462.770,71	78%	73.349.424,34	69%	2,54%	95.024.099,56	60%	3,29%
1994	4.138.819.682,38	111%	85.272.004,04	80%	2,06%	118.390.815,41	75%	2,86%
1995	4.383.654.095,04	118%	109.736.903,45	103%	2,50%	157.042.652,33	100%	3,58%
1996	4.310.122.042,41	116%	109.926.743,96	103%	2,55%	155.780.789,24	99%	3,61%
1997	4.010.199.639,20	108%	145.190.734,44	136%	3,62%	198.252.398,76	126%	4,94%
1998	3.963.507.494,05	106%	145.249.709,09	136%	3,66%	207.521.502,82	132%	5,24%
1999	4.478.307.554,24	120%	138.918.052,67	130%	3,10%	188.493.049,77	120%	4,21%
2000	5.248.335.921,52	141%	138.729.361,31	130%	2,64%	185.065.234,54	118%	3,53%
2001	7.577.411.815,58	204%	132.367.374,67	124%	1,75%	175.846.915,83	112%	2,32%
2002	8.023.332.665,39	216%	146.098.293,64	137%	1,82%	185.212.462,17	118%	2,31%
2003	8.408.449.098,80	226%	142.541.632,80	134%	1,70%	182.519.875,04	116%	2,17%
2004	9.141.394.497,29	246%	142.450.095,49	134%	1,56%	170.771.074,81	108%	1,87%
2005	9.590.438.528,19	258%	152.929.824,80	143%	1,59%	182.216.106,55	116%	1,90%
2006	9.756.668.418,06	262%	177.102.807,13	166%	1,82%	214.189.223,13	136%	2,20%
2007	10.251.009.405,71	275%	194.271.936,68	182%	1,90%	237.116.798,20	151%	2,31%

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A. (IBGE)

Fonte: Demonstrações Contábeis do Estado do Paraná, UEM e UEL.

Observa-se que, enquanto as receitas com ICMS do Estado do Paraná têm crescimento gradativo, os repasses às universidades, UEM e UEL, vêm tendo decréscimo, também gradativo, evidenciando uma política de redução do financiamento por parte do Estado, forçando as instituições a buscar recursos junto ao mercado. Segue o Gráfico 28 que demonstra comparação entre a UEM e UEL dos valores repassados no período de 1987 a 2007, podendo-se, assim, obter visualização clara da redução dos repasses no período.

Gráfico 28: Comparação entre o repasse do tesouro para a UEM e UEL no período de 1987-2007



O aumento no período de 1997 e 1998 deve-se à implantação de novas carreiras dos docentes e técnicos administrativos, aumentando a folha de pessoal. Porém, com exceção dos anos de 1997 e 1998, houve um decréscimo gradativo, mais acentuado a partir de 1999, estabilizando-se nos anos de 2006 e 2007.

Como discutido no capítulo anterior, esse período (1999-2002) correspondeu ao segundo mandato de Jaime Lerner no Estado do Paraná, quando o mesmo tentou mais uma vez, nos anos de 1999 e 2000, celebrar com as instituições superiores do Paraná o “Termo de Autonomia”. Essas iniciativas se articulavam na direção da desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral do ensino superior e buscavam oferecer, como contrapartida, às IEES, alternativas de autossustentação financeira.

Essas teses são defendidas pelo Banco Mundial que enfatiza que “o Estado deve fomentar a diversificação das fontes de recursos das instituições públicas através da cobrança de mensalidades, da obtenção de doações e da captação de recursos de ex-alunos e da indústria privada”. Propõe ainda que “o Estado deve estimular a ampliação da oferta da educação superior através de

instituições privadas com vistas a reduzir a pressão da demanda sobre o Estado” (BANCO MUNDIAL, 1995, p.101).

A privatização (direta) do ensino superior no Brasil, incentivada a partir da década de 1960, acabou atingindo um dos maiores índices, não apenas da América Latina, mas do mundo.

Com a expansão do setor privado, juntamente com o crescimento do ensino superior brasileiro, as políticas educacionais, a partir de 1980, começam a atender as recomendações do Banco Mundial que, após o surgimento da crise do endividamento, passou a impor uma série de condições para a concessão de novos empréstimos. Como consequência, o Banco Mundial e o FMI passaram a intervir diretamente na formulação da política interna, influenciando a própria legislação do país.

Essa interferência pode ser identificada na legislação que, segundo Cunha (2000), favoreceu a iniciativa privada e reconheceu as instituições privadas com finalidade lucrativa a partir da LDB de 1996, ao mesmo tempo em que mantinha estagnados os recursos financeiros para as instituições públicas. Soares (1996) complementa tal ideia, afirmando que os programas de ajuste do Banco Mundial possuíam cinco eixos principais, dentre os quais se destacam, aqui, a privatização das empresas e dos serviços públicos. Conforme Warde (1993, p.11), existe uma influência externa no campo educacional:

[...] a agenda neoliberal é introduzida por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que já no início dos anos 80 concebem programas de avaliações dos sistemas de ensino e de projetos de reforma em diversos países da América Latina.

Concordando com Warde (1993), Soares (1996, p.23) enfatiza que o Banco Mundial participa ativamente nas reformas estruturais dos países:

[...] por meio das condicionalidades, o Banco Mundial começou a implementar um amplo conjunto de reformas estruturais nos países endividados, pautadas em uma concepção mais adequada de crescimento: liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxa do ponto de vista monetário.

Ao se analisar a política adotada no Estado do Paraná, nestas últimas décadas, pode-se perceber que é o retrato da política praticada no sentido macro, ou seja, o Paraná vem se adequando à política mundial, preconizada pelo Banco Mundial e pelos organismos multilaterais. A política educacional paranaense vem produzindo mudanças estruturais, funcionais, culturais e pedagógicas, as quais acabam prejudicando o desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Catani e Oliveira (2002, p.5), as políticas públicas estão levando “as IFES, em geral, a assumirem perfil mais empresarial quanto à obtenção de recursos financeiros para a sua manutenção e desenvolvimento”. Diante desse contexto, a universidade pública, ao se ajustar a esse sistema, possibilita o processo de privatização interna ou privatização indireta.

Sguissardi (2002, p.6) conceitua que “a privatização indireta consiste na introdução de mecanismos de administração e gerenciamento corporativo-empresariais e busca de recursos junto ao mercado”. Em Leher (2003, p.8), encontram-se indicações de como esse processo de privatização tem sido viabilizado:

Na área educacional, a criação de condições legais para o livre fornecimento privado e para o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada, por meio das fundações privadas, convênios com o setor empresarial, é tão ou mais importante do que a venda da participação estatal de um determinado setor. Com efeito, nessas instituições, outros métodos de privatização são experimentados.

A partir da LDB (1996) começa um processo de mudança do sistema de educação superior. A redação do artigo 45 onde enfatiza que “a educação superior será ministrada em instituições de **ensino superior**, pública ou **privada**, com variados graus de abrangência ou especialização” não estabelecendo mais o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dando margem para que, posteriormente, através do artigo 8º do Decreto nº. 2.306/97, pudessem ser criadas outras formas de organização acadêmica, tais como os Institutos Superiores, as Escolas Superiores e os Centros Universitários.

Art. 8º. Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em:
I- universidades; II- centros universitários; III- faculdades

integradas; IV- faculdades; V- institutos superiores ou escolas superiores.

Porém, na própria LDB em seu art. 43 na interpretação que fazemos das finalidades propostas para a Educação Superior, a pesquisa tem lugar proeminente de articuladora das demais dimensões da universidade. Todos os itens deste artigo exigem esse novo lugar da pesquisa.

A privatização indireta está relacionada com as mudanças “em curso” na universidade para adequação ao novo papel do Estado – regulador, avaliador e controlador – que vem reduzindo os recursos para o financiamento daquela. Nesse contexto, a universidade vai sendo incentivada a adotar mecanismos de administração e gerenciamento corporativo-empresariais e a buscar recursos junto ao mercado para auxiliar na sua manutenção. Essa universidade, nomeada de universidade operacional por Marilena Chauí (2000b, p.220) é definida da seguinte maneira:

[...] regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. Virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar coopere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna.

Chauí (2000b) chama a atenção para a perda de autonomia das universidades, que estão submetendo-se cada vez mais às leis do mercado. Sguissardi (2002) tem a mesma concepção, para ele, o processo de reconfiguração da educação superior e a mudança do *ethos* universitário caminham em direção à hipótese de Schugurensky (2002 apud SGUISSARDI, 2002, p.7), enfatizando que a heteronomia:

[...] estaria ocorrendo de forma cada vez mais visível o trânsito, no Canadá como em muitos países, de um modelo universitário centrado na autonomia para um modelo centrado na heteronomia, no qual setores externos (principalmente o Estado e a indústria) têm cada vez mais poder na definição da missão, da agenda e dos produtos das universidades.

Para os autores, muitas universidades teriam perdido, nas últimas décadas, importantes porções de sua autonomia institucional e estariam constrangidas a adequar grande parte de suas atividades às demandas do mercado e à agenda estatal.

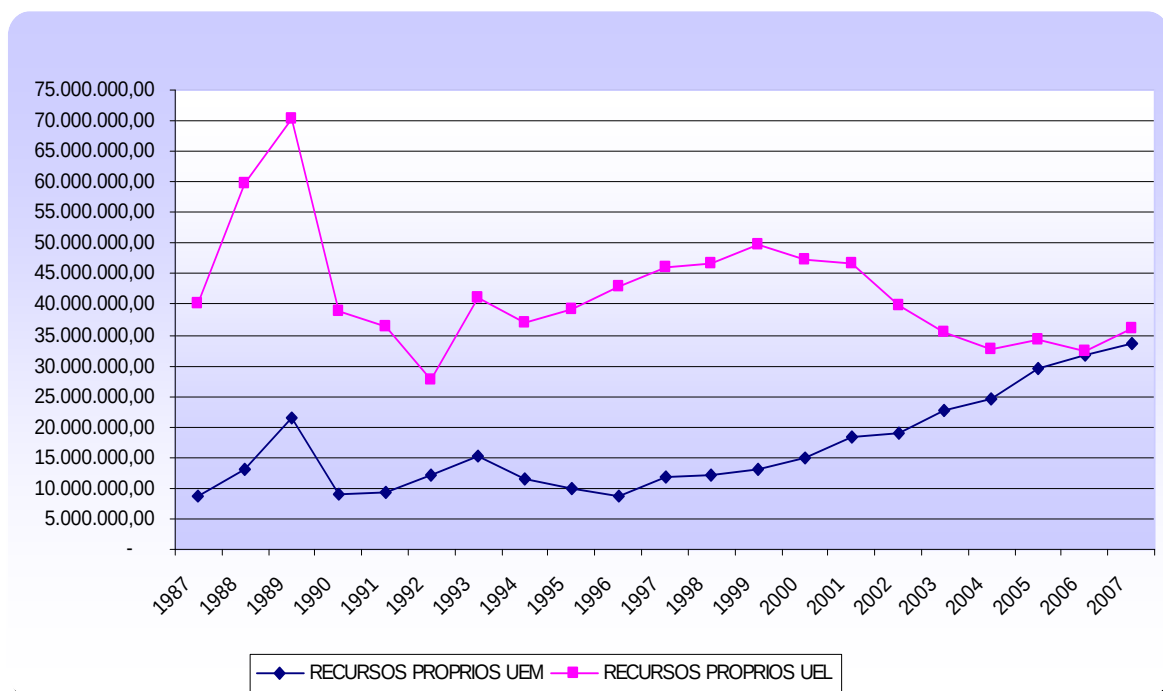
Slauher e Leslie (1999 apud TRINDADE, 2003, p.175) acreditam também nessa posição sobre a perda de autonomia das universidades públicas, pois para eles:

Todos esses fatores estão alterando a identidade própria da universidade pública e sua singularidade enquanto instituição social, atingindo sua autonomia acadêmica pela erosão do espaço público e pela privatização do *ethos* acadêmico. Esse processo levou a especialistas americanos, que comparam universidades australianas, canadenses, americanas e inglesas, a usar o conceito de 'capitalismo acadêmico' no sentido de 'os esforços institucionais e do corpo docente para obter fundos externos da mesma forma que o mercado, como parte do mercado' (SLAUHER; LESLIE, 1999 apud TRINDADE, 2003, p.175).

A universidade pública, ao buscar essa adequação, pode deixar espaço para o processo de privatização interna – chamado por Sguissardi (2002, p.5) “de privatização indireta”.

No Estado do Paraná, a prestação de serviços foi regulamentada em 1996 com a Lei n.11.500, incentivando as instituições públicas a buscar recursos junto a terceiros. Podemos verificar, no Gráfico 29, o crescimento com os recursos próprios (prestação de serviços) nas duas universidades estudadas.

Gráfico 29: Evolução dos recursos próprios da UEM e UEL no período de 1987-2007



Conforme demonstrado no Gráfico acima, a UEM obteve um aumento substancial com recursos próprios de aproximadamente R\$ 5.000.000,00, em 1987, a R\$ 33.000.000,00, em 2007. O mesmo ocorreu com a UEL que tinha um valor com prestação de serviços de aproximadamente R\$ 40.000.000,00 em 1987, chegando a quase R\$ 70.000.000,00 em 1989 e, em 2007, a R\$ 36.000.000,00, aproximadamente.

Tabela 30: Recursos correntes próprios e de convênios da UEM e UEL no período de 1987 a 2007

ANOS	RECURSOS CORRENTES - UEM				RECURSOS CORRENTES - UEL			
	CONVÊNIOS	PRÓPRIOS	MCO	TOTAL RECURSOS	CONVÊNIOS	PRÓPRIOS	MCO	TOTAL RECURSOS
1987	8.110.732,84	8.689.439,55		16.800.172,39	5.041.856,50	40.091.574,61		45.133.431,11
1988	6.753.721,47	13.111.020,88		19.864.742,36	2.701.732,38	59.879.355,92		62.581.088,30
1989	5.668.915,53	21.347.564,03		27.016.479,56	385.601,89	70.220.948,00		70.606.549,89
1990	3.131.831,06	9.049.104,92		12.180.935,98	155.355,99	39.006.896,19		39.162.252,18
1991	2.855.561,14	9.394.284,40		12.249.845,53	1.947.221,34	36.256.238,38		38.203.459,72
1992	1.343.290,55	12.229.480,48		13.572.771,04	3.999.195,48	27.671.004,53		31.670.200,01
1993	4.565.589,37	15.241.310,19		19.806.899,56	8.780.392,82	41.171.682,19		49.952.075,01
1994	6.101.445,04	11.507.981,42		17.609.426,46	9.032.760,98	36.966.262,64		45.999.023,62
1995	5.680.625,32	9.921.619,51		15.602.244,83	7.503.718,47	39.071.131,35		46.574.849,82
1996	8.804.325,04	8.766.725,58		17.571.050,63	2.243.211,75	42.919.484,31		45.162.696,06
1997	11.986.381,67	11.887.207,84		23.873.589,51	4.685.483,33	46.001.632,81		50.687.116,14
1998	13.222.647,76	12.215.599,90		25.438.247,66	4.510.977,89	46.706.225,80		51.217.203,69
1999	12.620.125,94	12.955.159,87		25.575.285,81	2.696.856,35	49.781.168,46		52.478.024,81
2000	11.343.647,42	15.006.821,98		26.350.469,40	5.824.931,16	47.303.174,12		53.128.105,28
2001	6.876.664,65	18.336.399,94		25.213.064,58	5.942.452,31	46.687.708,74		52.630.161,05
2002	5.503.343,72	18.937.498,25		24.440.841,97	1.997.106,32	39.780.035,27		41.777.141,59
2003	6.065.355,77	22.840.172,92		28.905.528,69	1.995.540,22	35.402.424,14	755.111,30	38.153.075,66
2004	6.395.637,02	24.627.436,34	2.243.068,72	33.266.142,08	2.643.221,33	32.581.414,95	4.251.633,84	39.476.270,12
2005	4.538.102,62	29.583.684,82	2.446.608,21	36.568.395,65	3.878.134,80	34.351.962,80	2.039.953,20	40.270.050,80
2006	4.919.165,68	31.822.182,47	1.467.230,95	38.208.579,10	4.920.889,65	32.441.393,77	2.031.366,66	39.393.650,08
2007	4.414.321,28	33.690.243,24	2.310.657,31	40.415.221,83	4.831.110,87	36.190.242,21	4.451.138,11	45.472.491,19

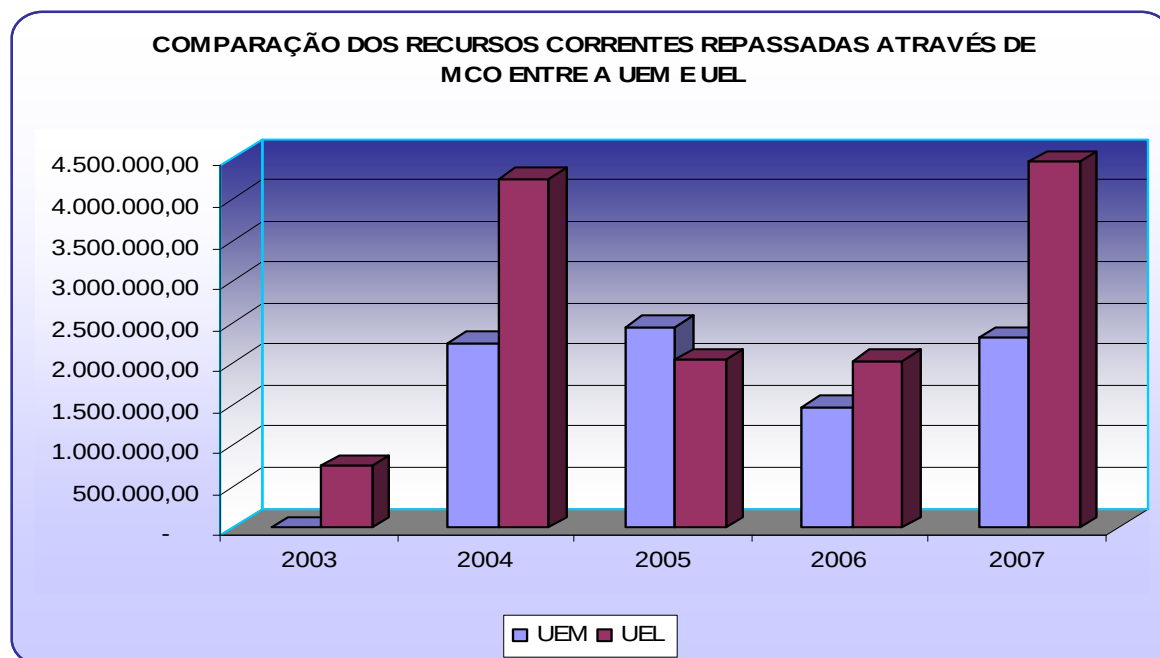
Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A. (IBGE)

Fonte: Demonstrações Contábeis da UEM e UEL.

Além dos recursos próprios, as universidades têm recorrido também aos convênios com órgãos federais, órgãos estaduais, órgãos Municipais e diversos órgãos privados, dentre eles, o Ministério da Educação (CAPES, INEP, FNDE e SESU), Ministério de Ciência e Tecnologia (FINEP, CNPQ), Ministério da Saúde (FNS, FDNS, OPAS, OMS), Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente e Combate à Fome, a Fundação Coordenação Aperfeiçoamento Pessoal Nível Superior – CAPES; Fundação Araucária, etc. Na Tabela acima tem-se a comparação dos recursos correntes próprios e de convênios na UEM e UEL. Percebe-se que a diferença que havia entre as universidades diminuiu no decorrer do período, o que demonstra que a UEM vem tendo aumento gradativo, sendo esse aumento de aproximadamente 141%, enquanto que, na UEL, ficou na casa de aproximadamente 1%, em se tratando de recursos próprios e convênios. Esta alavancagem da UEM aproximou os valores dos recursos totais correntes.

Como já comentado anteriormente, em 2002 foi aprovado o Decreto n.5.975, que autoriza o processamento da execução orçamentária da despesa, através da descentralização do orçamento programado entre os órgãos e as entidades das administrações direta e indireta do Poder Executivo, criando, assim, o chamado MCO – Movimentação de Crédito Orçamentário. Esse tipo de recurso não é incluso no orçamento da instituição beneficiada, tendo em vista que a mesma se utiliza do orçamento da unidade parceira, no qual é realizado todo o processo na instituição e empenhado e pago na unidade parceira. Com essa política, a partir de 2003, têm-se alterações nos recursos destinados ao custeio e capital das instituições, os quais evidenciam os valores repassados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, Secretaria de Estado da Saúde - SESA, pela Secretaria da Educação – SEED e pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU, através da movimentação de crédito orçamentário. No Gráfico 30 encontra-se uma comparação dos recursos correntes repassados às universidades, UEM e UEL, através de MCO, no período de 2003 a 2007.

Gráfico 30: Comparação dos recursos repassados para a UEM e UEL, pela MCO, no período de 2003-2007.



Na comparação se percebe que os valores repassados à UEL, através de Movimento de Crédito Orçamentário, são superiores ao valor da UEM na maioria dos anos, só em 2005 a UEM teve seu valor superior ao da UEL. Esse movimento se dá com convênios firmados entre os órgãos, é acompanhado pelo órgão titular,

sendo essa mais uma forma de controle da Secretaria do Estado da Fazenda quanto à execução orçamentária da despesa.

São classificados em receitas correntes os recursos oriundos de repasse do Estado do Paraná (tesouro), recursos próprios arrecadados através da prestação de serviços e recursos com convênios. Esses recursos são destinados à manutenção das instituições (custeio) e ao pagamento do pessoal. Para análise da manutenção das instituições, ou seja, como estão sendo mantidas as universidades estudadas, faz-se necessário um estudo dos valores dos recursos, excluindo-se o valor da folha de pagamento dos servidores, tendo em vista que esta equivale aproximadamente a 80% do total da receita. Diante disso, segue abaixo a Tabela 31 com uma comparação dos recursos correntes das universidades, UEM e UEL, excluindo-se o valor da folha de pagamento.

Tabela 31: Comparação dos recursos correntes, excluindo-se o valor do repasse para a folha de pagamento da UEM e UEL no período de 1987 a 2007

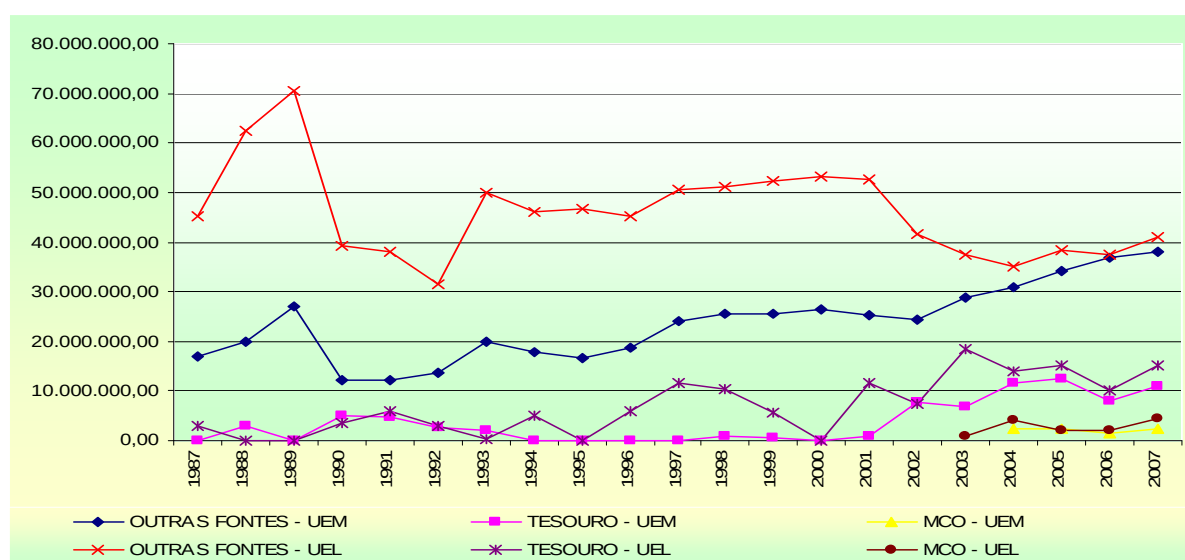
ANO	RECURSOS CORRENTES - UEM				RECURSOS CORRENTES - UEL			
	OUTRAS FONTES	TESOURO	MCO	TOTAL	OUTRAS FONTES	TESOURO	MCO	TOTAL
1987	17.097.878,15	-		17.097.878,15	45.133.431,11	3.098.359,83		48.231.790,94
1988	19.942.514,72	2.925.272,14		22.867.786,86	62.581.088,30	-		62.581.088,30
1989	27.016.479,56	39.409,94		27.055.889,50	70.606.549,89	-		70.606.549,89
1990	12.180.935,98	5.065.985,87		17.246.921,85	39.162.252,18	3.670.573,26		42.832.825,44
1991	12.249.845,53	4.846.870,66		17.096.716,19	38.203.459,72	5.885.495,44		44.088.955,16
1992	13.572.771,04	2.767.122,29		16.339.893,33	31.670.200,01	2.848.199,69		34.518.399,70
1993	20.073.307,70	2.109.905,10		22.183.212,80	49.952.075,01	228.769,60		50.180.844,61
1994	17.878.171,55	-		17.878.171,55	45.999.023,62	4.911.085,12		50.910.108,74
1995	16.722.839,81	-		16.722.839,81	46.574.849,82	-		46.574.849,82
1996	18.876.133,96	-		18.876.133,96	45.162.696,06	5.850.197,22		51.012.893,28
1997	24.202.903,08	-		24.202.903,08	50.687.116,14	11.629.891,61		62.317.007,75
1998	25.438.247,66	821.249,34		26.259.497,00	51.217.203,69	10.533.704,50		61.750.908,19
1999	25.575.285,81	567.719,90		26.143.005,71	52.478.024,81	5.504.280,29		57.982.305,10
2000	26.350.469,40	-		26.350.469,40	53.128.105,28	-		53.128.105,28
2001	25.213.064,58	796.072,11		26.009.136,69	52.630.161,05	11.466.571,62		64.096.732,67
2002	24.440.841,97	7.880.923,86		32.321.765,83	41.777.141,59	7.551.662,63		49.328.804,22
2003	28.905.528,69	6.867.414,82		35.772.943,51	37.397.964,36	18.295.796,51	755.111,30	56.448.872,17
2004	31.023.073,36	11.450.506,29	2.243.068,72	44.716.648,37	35.224.636,28	14.099.226,88	4.251.633,84	53.575.497,00
2005	34.121.787,44	12.358.100,97	2.446.608,21	48.926.496,62	38.230.097,60	15.052.236,26	2.039.953,20	55.322.287,06
2006	36.741.348,15	7.985.371,17	1.467.230,95	46.193.950,27	37.362.283,42	10.069.625,72	2.031.366,66	49.463.275,80
2007	38.104.564,52	11.067.907,45	2.310.657,31	51.483.129,28	41.021.353,08	15.294.336,82	4.451.138,11	60.766.828,01

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A. (IBGE)

Fonte: Demonstrações Contábeis da UEM, UEL e SIAF.

Conforme tabela acima, percebe-se que as universidades, UEM e UEL, no período de 1987 a 2007, utilizam-se de recursos próprios⁶ para sua manutenção e que a maior parte da arrecadação é proveniente da prestação de serviços, extensão e convênios. Outro fator interessante é a diferença que a UEL mantinha em relação à UEM na arrecadação, o que era um percentual de aproximadamente 182% superior. A UEM, atualmente, reduziu a uma diferença superior de apenas 18%. Essa redução foi gradativa ao longo dos anos. A UEM, teve seus recursos próprios aumentados em 288% contra (10)% da UEL, sendo esse um fator que aproximou os valores das arrecadações entre as universidades. Abaixo segue o Gráfico 31 para melhor visualização dessa comparação

Gráfico 31: Comparação dos recursos correntes, excluindo-se o valor do repasse para folha de pagamento da UEM e UEL no período de 1987-2007

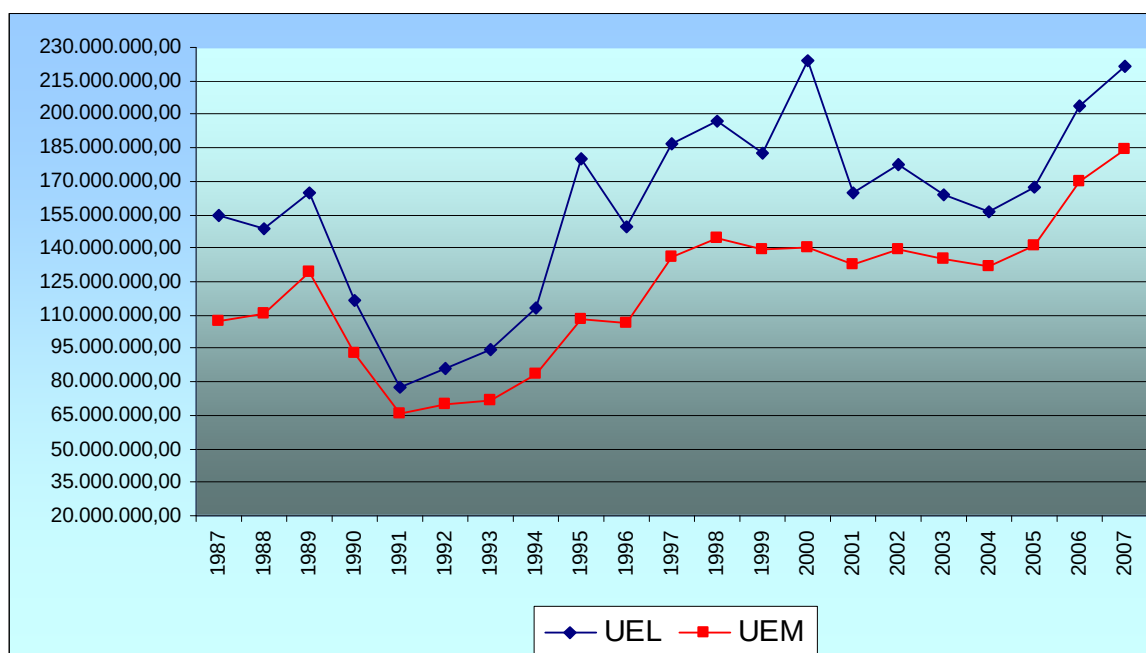


O Gráfico 31 demonstra a evolução dos recursos correntes da UEM e UEL no período de 1987 a 2007. É interessante observar a evolução contínua da UEM e as oscilações na evolução da UEL. Outro fator interessante também é que o repasse do tesouro para as universidades esteve bem discreto no período de 1987 a 2001, principalmente na UEM. Após esse período, o aumento foi gradativo

⁶ Os Recursos próprios da UEM estão subdivididos em projetos de prestação de serviço, projeto de extensão e ensino entre outros. Em caso de prestação de serviço, o valor que retorna para a administração da UEM é de aproximadamente 5% e os projetos com extensão são totalmente vinculados aos departamentos dos quais originaram, somente os recursos não-vinculados ficam para a administração geral da Universidade. No caso da UEL o valor destinado a administração é 20% dos recursos gerados.

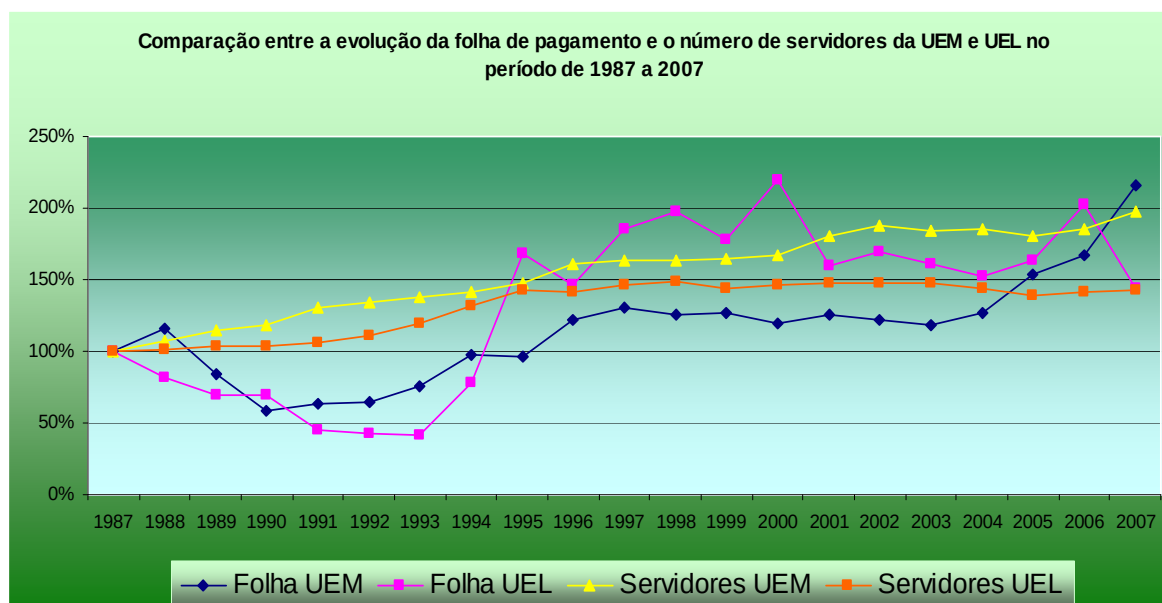
para as duas universidades. Ainda analisando-se os recursos correntes, têm-se os valores repassados pelo Estado do Paraná para a folha de pagamento dos servidores. Abaixo segue o Gráfico 32 que evidencia a despesa com pessoal da UEM e UEL no período de 1987 a 2007.

Gráfico 32: Valor em R\$ das despesas com a folha de pessoal da UEM e UEL (1987-2007)



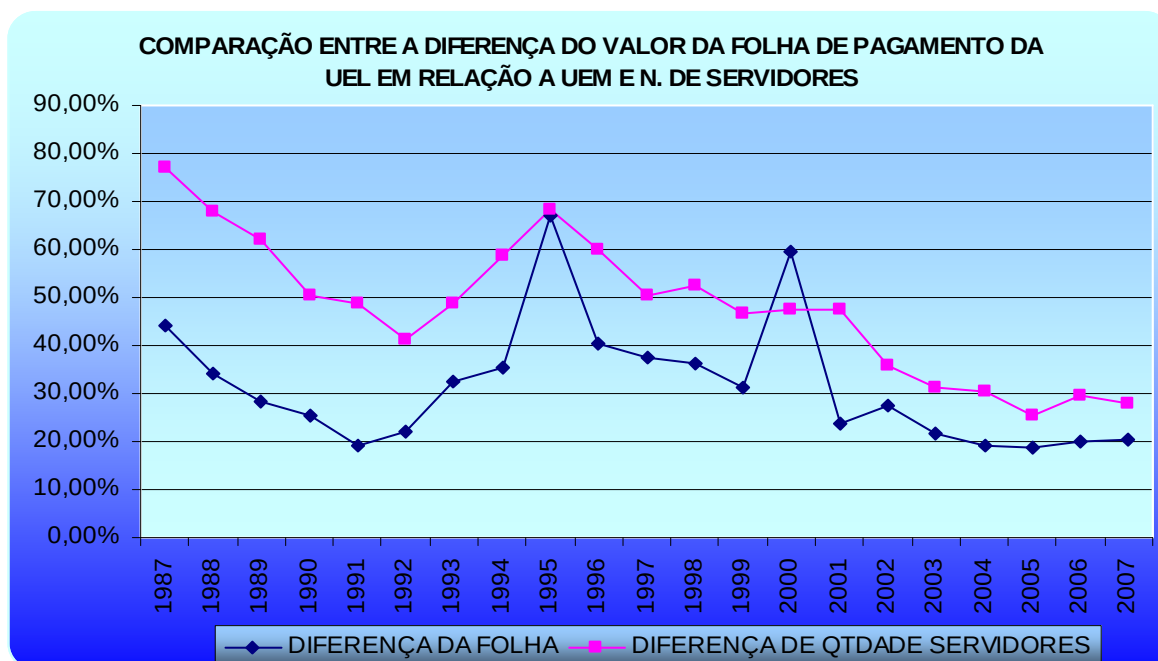
Observa-se que a despesa com a folha de pessoal da UEM e UEL teve grandes oscilações nos anos de 1988 a 1994 devido à perda aquisitiva da moeda e ainda a uma redução de aproximadamente 50% do financiamento junto às instituições, nesse período. Após esse período de recessão, a evolução foi gradativa, tendo dois momentos de oscilações devido ao reajuste salarial em 1998 e em 2006. Achou-se necessário, além do valor da folha, analisar a quantidade de servidores, para tanto segue o Gráfico 33.

Gráfico 33: Comparação da evolução da folha de pagamento e do número de servidores da UEM e UEL (1987-2007)



Ao analisar o valor da folha de pagamento, sentiu-se a necessidade de se levantar o número de servidores ao longo do período de 1987 a 2007, no intuito de se comparar as evoluções do mesmo. No gráfico 33, percebe-se que o número de servidores teve crescimento discreto em relação à folha, o que é mais curioso é que, na UEM, a evolução ficou um pouco acima da UEL. Isso, entretanto, não significa que a UEM tem mais servidores que a UEL, mas simplesmente que, na UEM, houve aumento de funcionários em termos percentual maior que na UEL. Porém cabe ressaltar que nos números de funcionários da UEM estão sendo considerados os servidores efetivos e tempo determinado. Exemplificando, em 1987 o quadro de servidores da UEM era de 2.101 servidores e, em 2007, era de 4.152 e, na UEL, em 1987, era de 3.721 servidores e, em 2007, era de 5.315, ou seja, a UEL tinha 77% de servidores acima do número de servidores da UEM em 1987, em 2007 essa diferença estava em 28%. Na sequência, tem-se o Gráfico 34 que evidencia essa diferença.

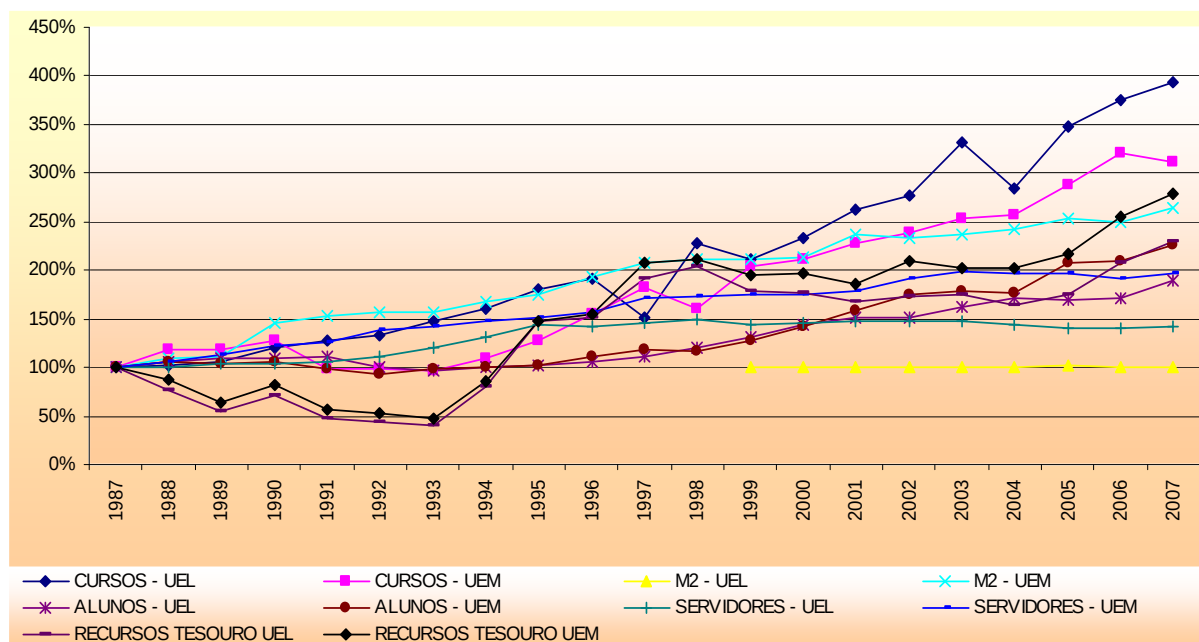
Gráfico 34: Comparação da diferença da folha de pagamento da UEM e UEL e no nº de servidores (1987-2007)



No Gráfico 34, está evidenciada a diferença que existe entre a UEM e UEL no tocante aos recursos com a folha de pagamento e ao número de funcionários. Nota-se que essa diferença está reduzindo ano a ano, a folha de pagamento que mantinha uma diferença de aproximadamente 44% reduziu para 20% em 2007.

Ao se estudar os relatórios contábeis das universidades em questão, surgiram à necessidade de se estudar o desenvolvimento delas no decorrer do período, pois não bastava apenas o estudo financeiro, mas a evolução das mesmas, uma vez que promovem o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural da sociedade. Foram levantados os dados da quantidade de cursos, alunos, servidores e ainda área construída. Porém, a UEL só forneceu área construída a partir de 1999, não sendo possível uma análise de comparação do crescimento físico da mesma. O Gráfico 35 demonstra a evolução das universidades estudadas no período de 1987 a 2007.

Gráfico 35: Evolução da UEM e UEL no período de 1987 a 2007 em relação aos cursos, alunos, servidores e à área construída



Com esse estudo, percebeu-se que as duas universidades estão em plena expansão em todas as áreas, em sua estrutura física, nos cursos oferecidos, na academia, nos números de servidores. Porém, considerando-se o crescimento dos cursos e da academia em relação ao aumento de servidores, pode-se afirmar que os números de servidores estão aquém do que deveriam. Enquanto os cursos tiveram um crescimento de 291% na UEL o quadro de servidores chegou a 39%. Na UEM, os cursos cresceram 211% e os servidores chegaram a 98%. A redução do número do funcionalismo público é sinônimo de redução de gasto público. No tocante a isso, Bresser Pereira (1998, p.31) defende que:

A administração pública gerencial é freqüentemente identificada com as idéias neoliberais por outra razão. As técnicas de gerenciamento são quase sempre introduzidas ao mesmo tempo em que se implantam programas de ajuste estrutural que visam enfrentar a crise fiscal do Estado. Como observa Nunberg⁷ (1995, p.11), “a primeira fase da reforma, geralmente chamada ‘gerenciamento diluído’, consistiu de medidas para reduzir o gasto público e o número de funcionários, como resposta às limitações fiscais.” [...] É verdade, no presente, na América Latina, incluído o Brasil, país em que a reforma administrativa é formalmente orientada para substituir a administração pública burocrática por uma administração pública gerencial. Este fato quase sempre desperta reações fortes nos servidores públicos [...].

⁷ NUNBERG, Barbara. Managing the Civil Service: Reform Lessons from Advanced Industrialized Countries. Washington: World Bank Discussion Paper, n.204, Abr. 1995.

O Estado do Paraná, ao que tudo indica, também aderiu a essa estratégia de 'gerenciamento diluído'. Nessa concepção, as reformas estruturais (fiscal, tributária, administrativa) tornam-se fundamentais para enxugar a máquina administrativa do Estado, associadas ao livre jogo do mercado. O que chama mais atenção é que o enxugamento da máquina está mais direcionado para os docentes, mesmo tendo aumentado para 211% os cursos na UEM, e para 293% na UEL, o aumento do corpo docente ficou na casa de 46% na UEM e de 22% na UEL. Abaixo segue a Tabela 32 que demonstra a evolução da quantidade de servidores da UEM e UEL, separados em docentes e técnicos administrativos.

Tabela 32: Evolução do quadro de servidores da UEM e UEL no período de 1987 a 2007

ANOS	UEM ⁸				UEL			
	Docentes		Técnicos Administrativos		Docentes		Técnicos Administrativos	
1987	985	100%	1116	100%	1320	100%	2401	100%
1988	1081	110%	1155	103%	1328	101%	2429	101%
1989	1198	122%	1194	107%	1370	104%	2509	104%
1990	1221	124%	1344	120%	1367	104%	2489	104%
1991	1199	122%	1454	130%	1398	106%	2546	106%
1992	1241	126%	1677	150%	1382	105%	2742	114%
1993	1246	126%	1745	156%	1433	109%	3010	125%
1994	1295	131%	1798	161%	1438	109%	3476	145%
1995	1248	127%	1918	172%	1559	118%	3777	157%
1996	1284	130%	2008	180%	1464	111%	3797	158%
1997	1297	132%	2312	207%	1542	117%	3884	162%
1998	1279	130%	2362	212%	1559	118%	3990	166%
1999	1284	130%	2378	213%	1545	117%	3829	159%
2000	1293	131%	2395	215%	1606	122%	3841	160%
2001	1332	135%	2412	216%	1671	127%	3844	160%
2002	1358	138%	2666	239%	1650	125%	3816	159%
2003	1403	142%	2785	250%	1679	127%	3813	159%
2004	1413	143%	2715	243%	1643	124%	3733	155%
2005	1431	145%	2701	242%	1504	114%	3684	153%
2006	1432	145%	2606	234%	1565	119%	3667	153%
2007	1437	146%	2715	243%	1609	122%	3706	154%

Fonte: Bases de Dados – ASP-Assessoria de Planejamento da UEM e PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento da UEL.

Isso demonstra que o atual governo do estado do Paraná, no tocante ao enxugamento da máquina, corrobora com essa política. Em 24/11/05 o Governador do Estado do Paraná através do decreto 5722/05 autoriza as IEES fazer concurso público para reposição do cargo de professor e agente

⁸ Nos números de servidores docentes e técnicos administrativos estão contidos os servidores efetivos e contratados por tempo determinado.

universitário, nos casos de vacância decorrentes de exonerações, aposentadoria e falecimentos. Porém, as reposições só poderão ocorrer com a autorização prévia da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e suas respectivas justificativas e planilha de custos. As vacâncias, anterior a esta data, não foram mencionadas neste decreto. Ainda assim, com o quadro de servidores abaixo do esperado as universidades estudadas tem contribuído no que se refere à pesquisa. A pesquisa, além de favorecer no aumento de recursos para a universidade, também auxilia o conteúdo da didática. No tocante a isso, Tsallis (1985, p.570) enfatiza que:

A pesquisa nas universidades não é um mal necessário, não é um bem desnecessário, ela é o germe da evolução, ela é um bem impreterível e profundamente necessário... A pesquisa nem sempre melhora a didática dos professores (qualidade esta que de algum modo pertence à categoria dos talentos naturais), mas sempre **melhora o conteúdo desta didática, a sua substância, a essência de sua mensagem. A pesquisa coloca o saber de quem ensina num contexto mais amplo, mais rico, define seu contorno, unifica, acrescenta nuances, lhe dá versatilidade, relevo, vida, alegria [...]** (grifo nosso).

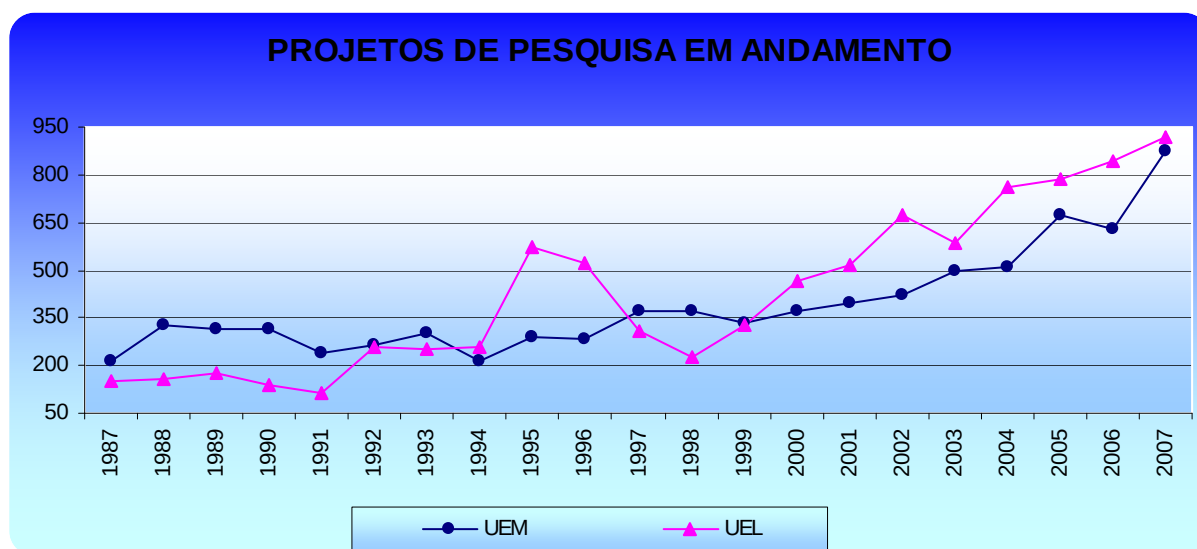
A pesquisa científica é um dos fatores responsáveis pelo aumento da destinação dos recursos para ciência e tecnologia do ensino superior. Segundo Lygia Pupatto (2008), as universidades públicas são responsáveis por 90% das pesquisas científicas. Abaixo segue a Tabela 33 e o Gráfico 36, que demonstra a evolução dos projetos de pesquisa em andamento no período de 1987 a 2007, nas universidades UEM e UEL.

Tabela 33: Evolução dos projetos de pesquisa em andamento na UEM e UEL no período de 1987 a 2007

ANO – UEM	QUANT. PROJ.PESQ. EM ANDAMENTO	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO ANO 1987	ANO – UEL	QUANT. PROJ.PESQ. EM ANDAMENTO	% EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO ANO 1987
1987	212	100%	1987	152	100%
1988	324	153%	1988	156	103%
1989	313	148%	1989	179	118%
1990	314	148%	1990	138	91%
1991	236	111%	1991	112	74%
1992	262	124%	1992	257	169%
1993	300	142%	1993	250	164%
1994	215	101%	1994	255	168%
1995	288	136%	1995	571	376%
1996	280	132%	1996	523	344%
1997	373	176%	1997	309	203%
1998	371	175%	1998	228	150%
1999	336	158%	1999	324	213%
2000	372	175%	2000	466	307%
2001	396	187%	2001	516	339%
2002	424	200%	2002	672	442%
2003	494	233%	2003	582	383%
2004	510	241%	2004	763	502%
2005	671	317%	2005	784	516%
2006	627	296%	2006	843	555%
2007	875	413%	2007	921	606%

Fonte: Bases de Dados – ASP-Assessoria de Planejamento da UEM e PPG – Pró-reitoria de Graduação (1999-2007) e PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento da UEL

Gráfico 36: Evolução dos projetos de pesquisa em andamento da UEM e UEL no período de 1987 a 2007



Com a pesquisa, pode-se gerar produção de novos conhecimentos e as universidades desempenham papel fundamental nestes. O Institute of Scientific Information Web Science indexa os registros de artigos científicos de todas as áreas, publicados nas mais relevantes revistas científicas do meio acadêmico internacional. Abaixo segue a Tabela 34 que demonstra o número de artigos de

docentes das universidades paranaenses, indexados na base ISI Web of Science, no período de 2000 a 2009.

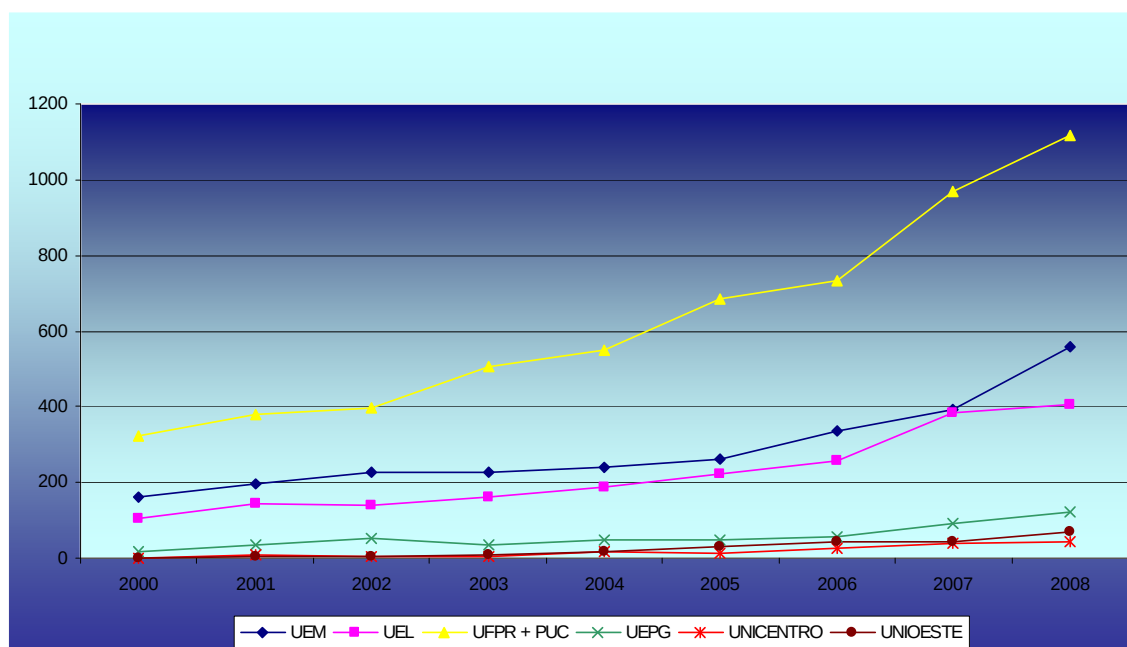
Tabela 34: Número de artigos de docentes das universidades paranaenses em artigos de periódicos indexados na ISI Web Of Science

UNIVERSIDADE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UFPR + PUC	325	379	395	508	551	686	733	967	1119	555
UEL	106	145	139	163	187	223	259	382	407	156
UEM	160	196	229	228	241	264	338	393	559	217
UEPG	18	34	52	37	46	49	58	90	122	65
UNICENTRO	-	08	06	06	16	14	25	38	44	18
UNIOESTE	02	04	05	07	16	29	42	44	71	33

Fonte: Pró-reitoria de pós-graduação da UEM – PPG – Atualizado em 17/07/2009.

Percebe-se que a UEM e a UEL têm grande participação nessa produção. Ao se observar o Gráfico 37 abaixo, pode-se visualizar que elas têm o mesmo comportamento ao longo dos anos em sua produção. Isso vem confirmar que as universidades públicas são responsáveis por 90% da produção científica.

Gráfico 37: Número de artigos de docentes das universidades paranaenses em artigos de periódicos indexados na ISI Web Of Science



Quando se fala de expansão de cursos e alunos, subentende-se que a estrutura física também tenha expandido, porque não tem como aumentar cursos sem aumentar salas de aula, espaço físico. Quanto a essa expansão, achou-se

necessário analisar os recursos com capital, considerando que esses recursos visam ao investimento das instituições para formação do patrimônio. Partindo desse estudo, segue a Tabela 35, a qual evidencia os recursos com capital.

Tabela 35: Recursos de capital por diversas fontes da UEM e UEL – no período de 1987 a 2007

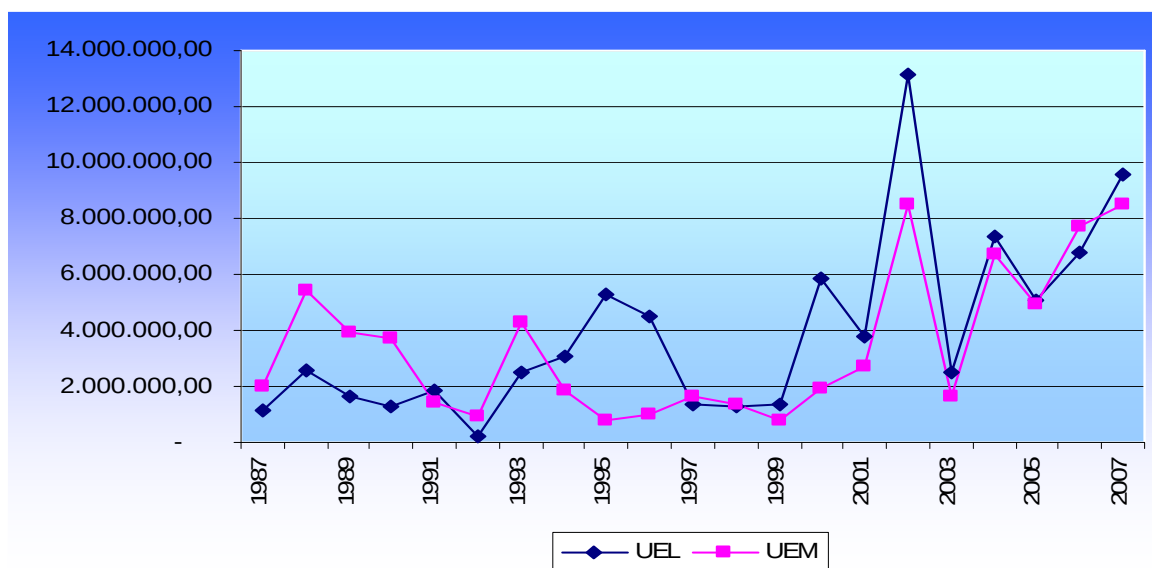
ANO	RECEITAS DE CAPITAL – UEM					RECEITAS DE CAPITAL – UEL				
	RECURSOS PRÓPRIOS	CONVÊNIOS	TESOURO	MCO	TOTAL	RECURSOS PRÓPRIOS	CONVÊNIOS	TESOURO	MCO	TOTAL
1987	10.951,16	1.965.398,92	-		1.976.350,08	207.113,15	316.934,64	595.527,64		1.119.575,43
1988	-	2.727.403,80	2.668.547,16		5.395.950,96	334.777,26	1.544.644,79	667.152,77		2.546.574,82
1989	218,79	2.233.063,00	1.715.053,69		3.948.335,48		1.287.132,87	328.912,00		1.616.044,87
1990	-	2.502.991,82	1.227.393,86		3.730.385,68	535.962,06	67.790,07	691.433,79		1.295.185,92
1991	20.878,85	1.009.711,80	364.439,72		1.395.030,37	14.869,22	1.250.562,98	567.129,95		1.832.562,15
1992	45.335,96	891.943,65	-		937.279,61		209.323,44	-		209.323,44
1993	-	3.522.897,42	766.485,90		4.289.383,32		867.046,30	1.625.050,66		2.492.096,96
1994	-	1.028.876,92	858.653,30		1.887.530,22	1.113.324,02	419.743,51	1.532.779,46		3.065.846,99
1995	-	776.416,43	-		776.416,43		1.010.780,53	4.290.168,22		5.300.948,75
1996	-	891.106,18	82.776,36		973.882,54		1.312.739,01	3.202.372,74		4.515.111,75
1997	-	1.149.391,57	464.956,60		1.614.348,17		935.083,94	387.463,83		1.322.547,77
1998	-	1.254.598,47	133.302,55		1.387.901,02		1.309.007,20	-		1.309.007,20
1999	-	796.654,44	-		796.654,44	850.377,66	507.930,42	-		1.358.308,08
2000	-	1.954.484,94	-		1.954.484,94	2.954.393,29	2.929.408,96	-		5.883.802,25
2001	-	2.710.171,76	-		2.710.171,76		3.807.046,91	-		3.807.046,91
2002	-	2.770.579,33	5.750.778,95		8.521.358,28	14.863,05	13.141.425,61	-		13.156.288,66
2003	29.059,50	1.632.003,44	-	-	1.661.062,94		2.495.743,09	5.035,24	0	2.500.778,33
2004	-	4.877.627,40	864.885,05	974.335,17	6.716.847,62	1.137.246,38	4.669.686,41	691.939,80	857.419,78	7.356.292,37
2005	-	4.506.357,80	-	420.969,18	4.927.326,98	163.675,88	3.219.848,52	350.114,31	1.314.144,34	5.047.783,05
2006	-	3.249.998,37	-	4.473.765,75	7.723.764,12	10.587,67	1.055.889,18	792.166,77	4.923.710,02	6.782.353,64
2007	-	3.505.183,92	-	5.022.003,73	8.527.187,65	4.884,55	3.253.549,48	-	6.309.601,08	9.568.035,11

Valores em R\$, a preços de dezembro de 2007, corrigidos pelo IPC-A. (IBGE)

Fonte: Demonstrações Contábeis da UEM e UEL e SIAF.

Analisando os recursos com capital, percebeu-se que nas universidades estudadas, a fonte que mais contribuiu para o investimento no patrimônio foram os convênios. Como nas outras análises, houve um período de recessão até 1994, depois de 1999 a 2001, a UEM se manteve apenas com recursos de convênios, já a UEL, no período de 1998 a 2002, manteve-se com convênios e recursos próprios. Após o ano de 2002, houve crescimento no investimento das universidades em questão e ainda, aumentou-se mais uma fonte de recurso com convênios através de Movimento de Crédito Orçamentário (MCO). Com o Gráfico 38, pode-se ter uma visão mais clara dessas oscilações.

Gráfico 38: Comparação das receitas de capital da UEM e UEL no período de 1987-2007



Observando-se o Gráfico 38, percebe-se que 2002 foi um ano de grande investimento nas universidades, e que, a partir de 2005 os investimentos se intensificam com um crescimento gradativo. A SETI através do apoio do atual governo do Estado do Paraná vem contribuindo na expansão das universidades estaduais do Paraná, ou seja, entre 2003 e 2008 o investimento no patrimônio das universidades tem aumentado ano a ano.

Como já comentado anteriormente, o atual governo tem uma política diferenciada em relação à gestão anterior, contudo, não se pode afirmar que isso seja um rompimento com a política de ajuste estrutural e setorial vigente no país e no Estado, mesmo porque, hoje vive-se uma heteronomia direta e não via mercado. Apesar de as universidades continuarem com a prestação de serviços, submetendo-se ao mercado, o Estado vem aumentando o financiamento junto às instituições, porém, ao invés de as instituições se submeterem diretamente à lógica do mercado, tem atendido em grande medida à agenda estatal, cumprindo com as exigências do Estado.

5 CONCLUSÃO

O objeto central desta dissertação foi o estudo das políticas públicas para o ensino superior nas universidades do Estado do Paraná, implementadas no período de 1987 a 2007, a fim de analisar os elementos fundamentais que expressam as proposições para a política estadual, entendendo a situação da educação superior no período delimitado e evidenciando sua estreita relação com as políticas de cunho neoliberal no Estado do Paraná e a reforma do Estado. A problemática de pesquisa focalizou-se no ensino superior do Estado do Paraná, no financiamento e nas repercussões nas instituições públicas, utilizando, como base para análise do financiamento das instituições públicas, as universidades UEM e UEL.

As reflexões realizadas baseiam-se no entendimento de que a política educacional adotada pelo governo do Estado do Paraná tem vinculações de abrangência mundial, tornando-se obrigatório considerar a influência direta ou indireta das agências internacionais nas reformas liberalizantes implementadas no período delimitado. Os programas de ajustes estruturais, dentre eles o da educação, mantêm vinculações com a conjuntura mais geral de re-estruturação capitalista e de ajustes macroeconômicos, implementados sob orientações de instituições financeiras internacionais. A pesquisa está fundamentada em análise de dados coletados junto à SEFA – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, nas Demonstrações Contábeis e nos dados levantados junto à Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina.

Para confirmação das hipóteses apresentadas na introdução do trabalho, foi necessário analisar o modelo de Estado conhecido como “Estado de Bem-Estar Social e o Desenvolvimentismo”, as “políticas públicas no Estado do Paraná a partir da gratuidade (1987)” e o “Financiamento das IEES Públicas Paranaenses no período de 1987 a 2007”.

O estudo sobre o Estado de Bem-Estar Social e o Desenvolvimentismo permitiu-nos uma compreensão fundamental sobre a teoria ideológica do neoliberalismo, trazendo em sua essência à defesa da ordem de natureza econômica capitalista, aumentando a desigualdade social, sendo sua base

material a naturalização dessa desigualdade. Nessa perspectiva, a estratégia encontrada pelo capitalismo para superar sua crise de superprodução em 1970 é a mundialização do capital, processo também conhecido como globalização.

Ao se estudar as políticas públicas para IEES Paranaenses a partir da gratuidade, foi possível compreender o reflexo da política mundial dentro do Estado do Paraná e o quanto essas políticas interferem nos projetos de Estado, e, ainda, perceber a diferença de estratégias na transição de um governo para outro, identificando que a forma de utilização do ideário muda de governo a governo. O governo Roberto Requião possui uma postura centralizadora e contrária à autonomia. Hoje, o que existe é uma total heteronomia no Estado do Paraná, no que tange às universidades públicas que recebem financiamento desde que colaborem com as ações do governo, isto é, participem ativamente nas ações implementadas pelos governos federal e estadual.

No estudo do financiamento das IES públicas paranaenses, pode-se perceber que, durante o período já referido, foram tomadas algumas medidas de governo no sentido de se diminuir o papel do Estado no ensino superior, medidas essas, sugeridas pelo Banco Mundial e pelos organismos multilaterais. Nestes 21 anos, a arrecadação do Estado do Paraná teve um crescimento gradativo, alcançando aproximadamente 275%, o que não ocorreu com os repasses às instituições públicas de ensino superior no Paraná. Com a redução do financiamento, as instituições foram obrigadas a buscar recursos junto a outras fontes, como convênios com diversos órgãos ou até mesmo com a prestação de serviços. Isso implicou o risco de as universidades perderem sua identidade de instituição social. Essa lógica de mercado vem ocorrendo oficialmente a partir de 1996, com a regulamentação através da Lei n.11.500/96.

Outro fator relevante é o crescimento/desenvolvimento das universidades públicas paranaenses em diversos segmentos, porém, o quadro de servidores não acompanha na mesma proporção. O enxugamento da máquina administrativa, a falta de substituição dos servidores e a não-contratação de novos para suprir o aumento de cursos, podem comprometer a qualidade do ensino. Quando se analisam os dados das universidades, UEM e UEL percebe-se que elas estão em plena expansão, na estrutura física, nos cursos, na academia,

etc. Nos últimos anos houve aumentos substanciais quanto ao investimento em infraestrutura. Com a adesão da UEM ao ensino a distância, foi investido em infraestrutura R\$ 1.313.744,47 no período de 11/11/04 a 15/09/06. Desde 2004, tem-se o curso de ensino a distância, o qual se iniciou com o curso normal superior. Hoje, esta instituição conta com sete cursos a distância, tendo matriculado 3.365 alunos, modalidade de curso que foi criada pelo governo federal. Isso implica em mais uma agenda estatal a cumprir.

Todas as reformas estruturais e setoriais implementadas no Estado do Paraná no período de 1987 a 2007, seguem o preceito dos interesses econômicos e políticos hegemônicos mundiais. As razões econômicas e ideológicas que sustentaram a política educacional paranaense para o ensino superior produziram um conjunto de alterações estruturais, funcionais, pedagógicas e culturais que prejudicaram o desenvolvimento social. Algumas alterações estruturais e institucionais foram rompidas parcialmente pelo atual governo estadual Roberto Requião, tais como a implementação das agências reguladoras autônomas para a área educacional; a não formalização de novos empréstimos à educação junto aos organismos financeiros multilaterais. Essas alterações são pequenas diante de todo aparato da reforma, não se pode afirmar que isto seja um rompimento com a política de ajuste estrutural e setorial vigente no país e no Estado.

As questões financeiras analisadas sobre a política educacional paranaense para o ensino superior não esgotam a análise da realidade histórica em que foram embasadas as decisões, as condições, as possibilidades, as tensões e as contradições de classe que produziram as relações sociais em determinado período da história paranaense. Além dos dados aqui tratados, seria necessário fazer uma análise qualitativa com relação à produtividade/qualidade do quadro de servidores das instituições, considerando-se a contratação, o vínculo empregatício, a dedicação, a carga horária, a forma de substituição, etc. O objetivo é chamar a atenção para um olhar mais crítico dos usuários para a importância do espaço físico das universidades públicas e a influência da qualidade desses espaços no nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luis; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

ALMEIDA JÚNIOR, V. P. A avaliação da educação superior no contexto das Políticas Educacionais. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Org.). **Avaliação Democrática**: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002. p.160-185.

ALTOÉ, Neusa. **A Universidades do Estado do Paraná**: os caminhos da heteronomia. 2007. 129f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Editora UNESP e Contraponto, 1994.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Editora UNESP e Contraponto, 1996.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Proposta da ANDES – Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira. **Cadernos Andes**, Brasília, DF: Edição Especial Atualizada e Revisada, n.2, jul. 1996.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. Proposta das associações de docentes e da ANDES para a universidade brasileira. **Caderno Andes**, Juiz de Fora, n.2, jul. 1986.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação superior como um bem público: desafios presentes – teoria do capital humano, individualismo e organismos multilaterais. In: SEMINÁRIO REDESTRADO – NUEVAS REGULACIONES EM AMÉRICA LATINA, 7., 2008, Buenos Aires, **Anais...** Buenos Aires, 2008. p.1-28.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A heteronomia universitária ou o modelo de intervenção lernista. **Jornal da Ciência da SBPC**, Rio de Janeiro, n.1982, 28 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=929>>. Acesso em: 29 maio 2009.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. 1995. Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/education/tertiary/documents/010-1344Sp.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2004.

BANCO MUNDIAL. Higher education in developing countries: peril and promise. Washington, D.C., Banco Mundial, 2000. **(La educación superior em los países em desarrollo: peligros y promesas)**. Trad.: Corporación de Promoción Universitaria. Santiago de Chile, 2000)

BARRETO, Maria Inês. As organizações Sociais na reforma do Estado brasileiro. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria (Org.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Clad/FGV, 1999. p.106-147.

BOITO JÚNIOR, Armando. Neoliberalismo e burguesia. In: _____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999. p.23-76.

BRASIL. **Lei n.4.024, de 20/12/1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Publicada no D.O.U de 27/12/1961.

BRASIL. **Lei n.5.540, de 28/11/1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

BRASIL. **MEC: Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior**. Por uma nova política para o ensino superior no Brasil, relatório final da “Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior”. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1985.

BRASIL. **Lei .9.131, de 24/11/1995**. Altera dispositivos da Lei n.4.024 de 20 de dezembro de 1961 e dá outras providências. Brasília, DF: Publicada no D.O.U de 25/11/1995.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.14, de 12/09/1996**. Modifica os art.34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Publicada no D.O.U. n.179, de 13/09/1996.

BRASIL. **Lei n.9.394, de 20/12/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Publicada no D.O.U. n.48, 23/12/1996.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Portaria n.145, de 31/01/1997**. Dispõe sobre o Exame Nacional de Cursos. Brasília, DF: Ministério da Educação e Desporto, 1997. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/prolei>>. Acesso em: 05 jan. 2005.

BRASIL. **Decreto n.2.935 de 11/01/1999**. Fixa para o exercício de 1999 o valor aluno ano de que trata o art.6º da Lei n.9.424/96. Brasília, DF: Publicada no D.O.U. de 12/01/1999.

BRASIL. **Portaria Ministerial n.1.843, de 31/10/2000**. Revoga a Portaria n.0963, de 15 de agosto de 1997. Atualiza e consolida a sistemática para a realização anual do Exame Nacional de Cursos – ENC. Brasília, DF: Ministério da Educação e Desporto, 2000. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/prolei>>. Acesso em: 05 jan. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 14.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. **Decreto n.4.580 de 24/01/2003**. Fixa para o exercício de 2003 o valor aluno ano de que trata o art.6º, §1º da Lei n.9.424/96 e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.mec.br>>. Acesso em: 21 set. 2004.

BRASIL. **Decreto n.4.861 de 20/10/2003**. Fixa para o exercício de 2003 o valor aluno ano de que trata o art. 6º, §1º da Lei n.9.424/96 e dá outras providências. Brasília, DF: Publicada no D.O.U de 21/10/2003.

BRASIL. **Lei n.10.861, de 14/04/2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2007.

BRASIL. **Medida Provisória n.213 de 10/09/2004**. Institui o programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira**. Conferência no Seminário sobre Reforma Constitucional, patrocinado pela Presidência da República, janeiro de 1995a. 1, revisada em abril/95.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Brasília, DF: Câmara da Reforma do Estado, nov. 1995b.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, Montevideu, n.45, p.49-95, 25-26 abr., 1997. Trabalho apresentado à segunda reunião do Círculo de Montevideu. Barcelona

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília, DF: ENAP, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria. Entre o Estado e o mercado: o público não estatal In: _____. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Clad/FGV, 1999. p.15-46.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAMOTTI, Elieti dos Santos. **As universidades estaduais paranaenses e o governo Lerner** (1995-1998 e 1999-2002): Políticas Públicas, Privatismo e Resistências. 2006. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais....** Caxambu: ANPED, 2006. p.1-16. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/29/index.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

CHAUÍ, Marilena. Resistir às determinações do mercado, em busca da autonomia do saber. **Revista ADUSP**, São Paulo, p.48-54, dez. 2000a.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, H (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000b. p.211-222.

CHAUI, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e Democratização do acesso à Educação Superior no Brasil: da Deserção do Estado ao Projeto de Reforma. **Educação. Sociedade**, Campinas, v.25, n.88, p.677-701, Especial, out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 out. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997a. p.199-206.

CURY, C.R.J. Reforma universitária na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.101, p.3-19, jul. 1997b.

CURY, C.R.J. A educação superior na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma nova reforma? In: CATANI, A. M. (Org.). **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998. p.75-81.

CURY, C.R.J. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DAVIES, Nicholas. **Financiamento da educação**: novos ou velhos desafios? São Paulo: Xamã, 2004.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF: MEC, 1993.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. Editorial. In: **Avaliação – Revista de Avaliação Institucional das Instituições de Ensino Superior**, Campinas: UNICAMP, ano 1, n.1, p.5-08, jul. 1996.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e privatização do ensino superior. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999a. p.61-72.

DIAS SOBRINHO, J. Concepções de universidade e de avaliação institucional. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999b. p.149-169.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. **Universidade e Avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior: valores republicanos, conhecimento para a emancipação, igualdade de condições e inclusão social. Seminário: Universidade: Por que e como reformar? **MEC/Sesu**, 6-7 de agosto de 2003a. Brasília. **Anais eletrônicos** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003b.

DIAS SOBRINHO, J. Políticas de avaliação, reformas do Estado e da Educação Superior. In: ZAINKO, Maria Amélia S.; GISI, Maria Lourdes (Org.). **Políticas e** DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003c. p.61-90.

DIAS SOBRINHO, J. Tendências Internacionais na educação superior. Um certo horizonte internacional: Problemas globais, respostas nacionais. In: ZAINKO, Maria Amélia S.; GISI, Maria Lourdes (Org.). **Políticas e Gestão da Educação Superior**. Curitiba/Florianópolis: Champagnat/Insular, 2003d. p.161-194.

DOURADO, Luis Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**. Políticas Públicas para Educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002. Campinas: CEDES, n.80, p.235-253, 2002.

DRAIBE, Sônia. O Welfare State no Brasil: Característica e Perspectiva, **Cadernos de Pesquisa do NEPP**, Campinas: UNICAMP/NEPP, n.8, 1993.

FAORO, Ramundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 12.ed. São Paulo: Globo, 1997.

FERRAZ, A.C.C. A Autonomia Universitária na Constituição de 05/10/1988. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo: Edição Especial, set. 1998. Disponível em: <<http://pge.sp.gov.br/revista/tes5.htm>> Acesso em: 10 out. 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico**. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIORI, José Luis. **O Vôo da Coruja**: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.24, n.1, p.37-68, 1998.

FOLDER. Universidade Estadual de Maringá: Perfil. Maringá, 2008

FOLDER. Universidade Estadual de Londrina: Em Dados 2008. Londrina, 2008b

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico – social capitalista. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio **Educação e a crise do capitalismo real**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2001. p.77-108.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOUVEIA, A.B.; BRUEL, A.L.; SOUZA, A.R.; SOARES, I.A.; SILVA, M. R. Os efeitos das reformas educacionais no financiamento da educação: análise dos recursos disponíveis em 13 escolas públicas no Estado do Paraná, Brasil. **Revista Série Estudos da UCDB**, Campo Grande, n.18, p.161-174, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7.ed. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel e Notas Sobre o Estado e a Política. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. v.3.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas: Unicamp, ano 21, n.55, p.30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br/arquivos/file/dados_ies_%20global_2007.pdf>. Acesso em: 20 set. 2007.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LAUGLO, J. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v.100, p.11-36, mar. 1997.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LEHER, R. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: Pablo Gentili. (Org.). **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001. v.1, p.151-188.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. Autonomia Universitária: uma conquista a ser reconquistada. **Revista Advir**, Rio de Janeiro: Asduerj, n.20, dez, 2006, p.24-30, dez. 2006. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/autonomia_universitaria1c.htm>. Acesso em: 27 set. 2007.

NASCIMENTO, Cristiano Santos do. **Autonomia universitária**: autonomia universitária e a Constituição Federal do Brasil. 2006. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/26/82/2682/>>. Acesso em: 02 out. 2007.

NEGRÃO, Sônia Regina. **Metodologia do ensino superior**: o sucateamento do ensino superior no Brasil. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/textos/x/12/70/1270/>>. Acesso em: 30 nov. 2006.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro : ENAP/Jorge Zahar, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do Antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade . **Educação básica**: gestão do trabalho e da pobreza. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1. 360 p

OLIVEIRA, Renato de. A atualidade do debate sobre autonomia universitária. **Interface. Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v.3, n.4, p.53-62, 1999.

PARANÁ. **Decreto n.4.959, de 16/12/1998**. Institui o Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado – CRAFE. Paraná: SEED: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1998.

PERONI, Vera. **Política Educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PRIORI, A. **Universidade Pública e Competente**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/012/12angelo.htm>>. Acesso em: 15 out. 2008.

PROUNI. **Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

LYGIA Pupatto lança programa na UEM e libera R\$ 18 milhões. 14 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.uem.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=838&pop=1&p>. Acesso em: 27 maio 2009.

RANIERI, Nina. **Autonomia Universitária**: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988. São Paulo: Edusp, 1994.

REIS, Luiz Fernando. **A autonomia universitária**: de princípio fundante às orientações do Banco Mundial e sua relação com as reformas atuais do ensino superior no Brasil e no Estado do Paraná. 2002. 341f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SEMINÁRIO ESTADUAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 1. Sugestões da UEM em Seminário. Assessoria de Comunicação Social, v.14, n.637, 2004. Disponível em: <<http://www.informativo.uem.br/637/637.htm>>. Acesso em: 15 out. 2008.

SENADO FEDERAL. Leis, Decretos-Leis, Medidas Provisórias e Portarias. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2007.

SGUISSARDI, V. Educação superior no limiar do novo século: traços internacionais e marcas domésticas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.3, n.7, p.121-144, set./dez. 2002, Disponível em: <http://www.pucpr.br/comunicacao/revistas_cientificas/dialogo_educacional/pdf/n_7/artigo9.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Educação Superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, V. . EDUCAÇÃO SUPERIOR NO LIMIAR DO NOVO SÉCULO: traços internacionais e marcas domésticas. In: Maria Amélia ZAINKO; Maria de Lourdes GISI. (Org.). Políticas e Gestão da Educação Superior. 1 ed. Curitiba, PR; Florinópolis, SC: Champagnat; Insular, 2003, v. 1, p.195-222.

SILVA JÚNIOR, J.R.; SGUISSARDI, V. Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil. In: SGUISSARDI, V. (Org). **Avaliação Universitária em Questão**: Reformas do Estado e da Educação Superior. Campinas: Autores Associados, 1997. p.93-106.

SIMIONATTO, Ivete. Reforma do Estado ou Modernização Conservadora? O retrocesso das políticas sociais públicas nos países do mercosul. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Ser Social**, Brasília, DF: DSS/UB, n.7, p.11-42, jul./dez. 2000.

SIQUEIRA, A.C. de . **Organismos Internacionais**: educação em uma política de integração soberana?. In: Fórum Mundial de Educação, 2001, Porto Alegre. Programação Oficial – Debates Especiais. Porto Alegre: Fórum Mundial de Educação, 2001. p.1-34.

SOARES, M.C.C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASSI, L.; WARDE, M.J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. p15-41.

TATTO, Luiz, Caon ; KORINE, Dekker de ; COLOSSI, Nelson. **Autonomia Universitária sem Respostas Fáceis**. Disponível em: <http://rapes.unsl.edu.ar/Congresos_realizados/Congresos/III%20Encuentro/Completo/TATTO.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.

TODOROV, J.C. A questão da autonomia na proposta do ensino. **Revista da UFG**, v.7, n.2, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.proec.ufg.br>>. Acesso em: 27 set. 2007.

TRINDADE, H. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. In: MOLLIS, M. (Org.). **Las universidades en America Latina**: reformadas o alteradas? Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/mollis/trindade.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

TRINDADE, Hégio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estuda**. Brasil: Dilemas e Desafios III, São Paulo, v.14, n.40, p.122-133, set./dez. 2000.

TRINDADE, Hégio. As metáforas da crise: da universidade em ruínas às universidades na penumbra na América latina. In: GENTILI, Pablo et al. (Org.). **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001. p.13-44.

TSALLIS, Constantino. Por que pesquisa na Universidade? **Ciência e Cultura**, v.37, n.4, p.570-572, abr. 1985.

WARDE, M.J. Políticas internacionais para a educação. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, ano 15, n.272, p.11-13, nov./dez. 1993.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti)capitalismo? **Crítica Marxista**, Campinas, n.17, p.37-50, nov. 2003.

XAVIER, M.E.S.P. Apresentação. In: DEITOS, R. A. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD**: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional. Cascavel: Edunioeste, 2000. p.7-8.

APÊNDICES

Tabela 1A: Arrecadação do Estado do Paraná com impostos em valores correntes, no período de 1987 a 2007.

ANO	MOEDA	ARRECAÇÃO COM RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ				
		ICMS	IPVA	ITCMD	AIR/ITBI/TAXAS	TOTAL ARRECADADO
1987	Cz\$	30.615.512.530,04	263.265.215,99	-	945.894.779,13	31.824.672.525,16
1988	Cz\$	203.482.070.711,73	1.600.630.440,22		6.108.425.438,50	211.191.126.590,45
1989	NCz\$	3.262.536.846,06	21.674.635,76	17.572.519,49	68.420.121,12	3.370.204.122,43
1990	Cr\$	98.587.018.176,22	1.094.202.244,18	446.337.330,10	2.504.827.233,35	102.632.384.983,85
1991	Cr\$	451.865.144.494,02	4.802.327.834,66	2.072.422.317,83	11.199.482.825,33	469.939.377.471,84
1992	Cr\$	4.620.500.705.130,53	133.733.836.864,65	19.880.337.685,76	130.019.919.901,77	4.904.134.799.582,71
1993	CR\$	91.953.205.341,26	5.011.868.097,49	477.344.117,14	850.785.142,06	98.293.202.697,95
1994	R\$	1.040.909.468,30	33.538.772,16	5.712.525,71	4.176.959,59	1.084.337.725,76
1995	R\$	1.829.451.266,41	59.989.982,01	10.745.585,56	8.572.944,19	1.908.759.778,17
1996	R\$	2.082.779.118,61	90.534.481,84	13.567.052,12	7.636.232,44	2.194.516.885,01
1997	R\$	2.069.973.675,43	103.037.427,32	17.210.424,42	8.880.082,90	2.199.101.610,07
1998	R\$	2.118.420.915,54	117.831.647,46	17.670.272,16	6.481.776,35	2.260.404.611,51
1999	R\$	2.508.332.256,31	125.105.117,17	20.588.914,87	4.743.000,96	2.658.769.289,31
2000	R\$	3.150.976.677,32	159.929.426,04	23.482.114,56	5.045.057,95	3.339.433.275,87
2001	R\$	4.854.434.612,89	336.712.985,38	28.005.122,62	5.706.897,41	5.224.859.618,30
2002	R\$	5.580.692.799,23	397.642.014,54	32.943.124,88	280.853.159,64	6.292.131.098,29
2003	R\$	6.679.675.263,91	459.908.786,36	45.835.587,39	325.198.972,18	7.510.618.609,84
2004	R\$	7.763.903.922,84	528.341.995,44	55.369.060,61	401.251.244,83	8.748.866.223,72
2005	R\$	8.707.026.434,83	630.181.127,62	52.896.610,19	461.043.996,00	9.851.148.168,64
2006	R\$	9.215.119.423,12	735.979.257,84	62.746.713,95	506.459.685,64	10.520.305.080,55
2007	R\$	10.057.293.916,18	893.350.883,38	75.518.403,41	631.859.068,36	11.658.022.271,33

Fonte Secretaria do Estado da Fazenda – SEFA

Tabela 2 A: Recursos arrecadados na Universidade Estadual de Maringá em valores correntes, período de 1987 a 2007.

ANO	MOEDA	RECURSOS ARRECADADOS UEM						
		RECURSOS CORRENTES			RECURSOS DE CAPITAL			TOTAL
		PRÓPRIAS	CONVÊNIO	TESOURO	PRÓPRIAS	CONVÊNIOS	TESOURO	
1987	Cz\$	71.470.403,49	69.159.178,30	877.126.800,00	90.073,00	16.165.352,53		1.034.011.807,32
1988	Cz\$	884.349.088,65	460.789.850,59	7.169.613.244,66		183.965.618,37	179.995.690,00	8.878.713.492,27
1989	NCz\$	19.514.012,70	5.182.009,97	93.325.274,00	200,00	2.116.264,27	1.492.747,00	121.630.507,94
1990	Cr\$	253.257.802,99	87.650.730,17	2.661.408.126,21		70.501.371,33	34.801.140,38	3.107.619.171,08
1991	Cr\$	1.399.709.248,96	426.066.716,48	10.000.100.046,00	3.110.861,00	150.442.852,71	54.300.000,00	12.033.729.725,15
1992	Cr\$	19.206.365.670,12	2.109.634.142,19	115.418.398.247,46	71.200.000,00	1.400.795.057,00	-	138.206.393.116,77
1993	CR\$	484.988.586,62	153596006,9	2.333.437.668,19		112.072.611,71	24.383.928,00	3.108.478.801,42
1994	R\$	2.894.247,09	1.602.097,15	21.445.833,16		258.761,63	215.950,54	26.416.889,57
1995	R\$	4.491.559,81	2.487.462,67	45.797.025,18		324.025,57	511,50	53.100.584,73
1996	R\$	4.665.903,22	4.455.605,93	53.119.871,00		430.609,00	40.000,00	62.711.989,15
1997	R\$	6.305.889,98	6.187.097,09	74.944.148,73		593.289,74	240.000,00	88.270.425,54
1998	R\$	6.529.010,57	7.067.258,89	77.633.263,50		670.559,51	71.247,73	91.971.340,20
1999	R\$	7.256.278,18	7.284.054,75	77.809.000,00		457.510,88		92.806.843,81
2000	R\$	9.009.740,76	6.947.114,37	83.289.825,30		1.176.223,50		100.422.903,93
2001	R\$	11.747.131,70	4.405.504,11	84.800.560,00		1.736.259,28		102.689.455,09
2002	R\$	13.172.127,41	3.827.894,46	101.619.829,22		1.927.098,47	4.000.000,00	124.546.949,56
2003	R\$	18.144.242,33	4.818.321,00	113.235.129,03	23.084,88	1.296.464,17		137.517.241,41
2004	R\$	20.916.398,44	5.431.896,78	120.984.698,27		4.142.631,69	734.558,00	152.210.183,18
2005	R\$	26.858.618,10	4.120.080,58	138.842.871,87		4.091.259,89		173.912.830,44
2006	R\$	30.055.875,55	4.646.124,81	167.272.622,96		3.069.605,51		205.044.228,83
2007	R\$	33.053.591,60	5.825.490,45	158.937.017,91		1.944.358,19		199.760.458,15

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá

Tabela 3 A: Recursos arrecadados com MCO, na Universidade Estadual de Maringá em valores correntes, período de 2004 a 2007.

ANO	MOEDA	CUSTEIO				
		SETI	SESA	SEED	SEJU	TOTAL
2004	R\$	369.615,77	2.009.155,72	-	19.348,06	2.398.119,55
2005	R\$	-	2.477.273,41	-	28.806,11	2.615.339,81
2006	R\$	389.798,75	1.352.036,75	-	51.235,93	1.526.393,49
2007	R\$	3.619.625,34	1.752.502,51	178.194,31	69.677,03	2.400.217,67
ANO	MOEDA	CAPITAL				
		SETI	SESA	SEED	SEJU	TOTAL
2004	R\$	0	1.041.685,53	-	-	1.041.685,53
2005	R\$	389.798,75	60.202,79	-	-	450.001,53
2006	R\$	3.619.625,34	1.034.534,19	-	-	4.654.159,53
2007	R\$	4.203.522,00	1.013.133,04	-	-	5.216.655,04

Fonte: Universidade Estadual de Maringá – relatório MCO Estado do Paraná – Sia162 (SIAF)

Tabela 4 A: Recursos arrecadados na Universidade Estadual de Londrina em valores correntes, período de 1987 a 2007.

RECURSOS ARRECADADOS - UEL								
ANO	MOEDA	Recursos correntes			Recursos com capital			TOTAL
		PRÓPRIOS	CONVÊNIOS	TESOURO	PRÓPRIOS	CONVÊNIOS	TESOURO	
1987	Cz\$	329.752.108,48	41.469.132,32	1.294.997.040,00	1.703.500,00	2.606.778,79	4.898.198,63	1.675.426.758,22
1988	Cz\$	4.038.911.562,16	182.234.060,22	9.477.686.629,00	22.581.000,00	104.187.555,44	45.000.000,00	13.870.600.806,82
1989	NCz\$	64.189.641,00	352.482,38	120.507.281,00		1.176.580,48	300.661,61	186.526.646,47
1990	Cr\$	1.091.688.174,51	4.347.956,80	3.372.750.494,00	15.000.000,00	1.897.244,50	19.351.196,00	4.505.035.065,81
1991	Cr\$	5.402.028.515,29	290.127.869,76	12.456.879.436,50		188.544.127,75	84.500.000,00	18.422.079.949,30
1992	Cr\$	43.457.236.976,25	6.280.725.569,96	139.459.942.782,00		328.741.892,00		189.526.647.220,21
1993	CR\$	1.309.779.251,22	279.327.336,82	3.022.965.964,84			79.280.144,02	4.691.132.782,18
1994	R\$	9.296.982,17	3.195.088,50	28.957.392,73	280.000,00		385.492,67	42.114.956,07
1995	R\$	15.654.517,10	4.204.620,92	65.539.358,93			1.790.436,36	87.188.933,31
1996	R\$	20.739.970,89	1.718.341,13	75.277.909,00			1.547.481,72	99.283.702,74
1997	R\$	23.744.994,64	2.418.539,73	101.850.701,74			682.669,02	128.696.905,13
1998	R\$	24.963.607,55	2.411.033,64	110.216.737,16			699.639,96	138.291.018,31
1999	R\$	28.167.285,82	1.510.528,63	105.291.816,80	191.807,16		284.495,48	135.445.933,89
2000	R\$	30.158.454,05	3.497.150,81	109.350.039,17	15.000,00		1.758.747,81	144.779.391,84
2001	R\$	29.910.269,48	3.807.005,20	110.216.564,04			2.438.967,39	146.372.806,11
2002	R\$	27.669.319,67	1.389.103,17	128.825.999,99	10.338,11		9.140.623,02	167.035.383,96
2003	R\$	30.106.318,92	1.589.053,25	143.007.445,74			1.986.619,29	176.689.437,20
2004	R\$	27.671.814,77	2.244.921,87	145.038.070,26	965.877,98	3.966.024,73	587.673,37	180.474.382,98
2005	R\$	31.187.671,70	3.520.904,92	165.431.481,84	148.599,07	2.923.255,92	317.863,94	203.529.777,39
2006	R\$	30.640.717,20	4.647.753,09	202.300.538,00	10.000,00	997.281,50	748.197,14	239.344.486,93
2007	R\$	35.506.347,56	4.739.816,35	157.202.086,74	4.792,25	3.192.066,47		200.645.109,37

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Londrina

Tabela 5 A: Despesa com pessoal da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina em valores correntes, no período de 1987 a 2007.

ANO	MOEDA	DESPESAS COM PESSOAL	
		UEM	UEL
1987	Cz\$	880.187.335,16	1.269.513.114,85
1988	Cz\$	7.468.210.599,39	10.034.123.723,52
1989	NCz\$	117.824.935,89	148.521.466,00
1990	Cr\$	2.605.880.089,86	3.270.021.955,84
1991	Cr\$	9.733.932.826,63	11.579.965.128,71
1992	Cr\$	110.393.655.787,46	134.986.852.965,50
1993	CR\$	2.272.869.478,26	3.015.688.203,52
1994	R\$	21.055.942,21	28.540.051,22
1995	R\$	45.035.691,26	63.951.844,04
1996	R\$	51.550.640,34	72.450.919,77
1997	R\$	70.034.585,41	96.330.285,72
1998	R\$	77.292.707,51	105.286.308,31
1999	R\$	78.079.185,58	109.875.220,00
2000	R\$	84.325.257,33	103.925.104,49
2001	R\$	85.132.536,03	105.309.524,17
2002	R\$	96.958.899,93	123.573.381,03
2003	R\$	107.339.270,56	130.459.672,42
2004	R\$	111.780.863,18	133.063.415,53
2005	R\$	127.836.243,18	151.765.764,81
2006	R\$	160.628.483,55	192.789.832,13
2007	R\$	149.299.669,64	142.196.770,23

Fonte: Demonstrações Contábeis da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina

Tabela 6 A: Recursos arrecadados com MCO na Universidade Estadual de Londrina em valores correntes, período de 2003 a 2007.

ANO	CUSTEIO				
	SETI	SESA		FEMA	TOTAL
2003	0,00	599.860,71	0,00	0,00	599.860,71
2004	89.719,54	3.509.025,90	0,00	12.221,86	3.610.967,30
2005	59.350,14	1.747.791,50	0,00	44.903,64	1.852.045,28
2006	506.749,36	1.349.891,71	0,00	61.973,52	1.918.614,59
2007	554.565,51	3.579.463,06	226.633,48	6.361,96	4.367.024,01
ANO	CAPITAL				
	SETI	SESA	SEED	FEMA	TOTAL
2003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2004	592.751,60	33.507,37	0,00	101.958,68	728.217,65
2005	1.023.656,58	25.467,96	0,00	143.968,92	1.193.093,46
2006	3.314.368,41	1.320.345,83	0,00	15.702,67	4.650.416,91
2007	4.182.375,59	1.997.638,64	0,00	10.352,99	6.190.367,22

Fonte: Universidade Estadual de Londrina – relatório MCO Estado do Paraná – Sia162 (SIAF)